



**Companhia Brasileira de Distribuição**

CNPJ/MF 47.508.411/0001-56

NIRE 35.300.089.901

**Proposta da Administração e Manual de Participação para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024.**

São Paulo, 29 de março de 2024.

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA VIA SISTEMA ELETRÔNICO .....</b>	<b>5</b>
<b>2.2.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO POR MEIO DOS BOLETINS DE VOTO À DISTÂNCIA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3.</b>	<b>INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>12</b>
<b>3.</b>	<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b><i>Assembleia Geral Ordinária</i></b>		
<b>I.</b>	<b>Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>13</b>
<b>II.</b>	<b>Compensação do Prejuízo Líquido .....</b>	<b>13</b>
<b>III.</b>	<b>Proposta de Remuneração Global dos Administradores.....</b>	<b>14</b>
<b><i>Assembleia Geral Extraordinária</i></b>		
<b>I.</b>	<b>Plano de Incentivo.....</b>	<b>14</b>
<b>II.</b>	<b>Capital social da Companhia.....</b>	<b>15</b>
<b>III.</b>	<b>Ajustes das competências do Conselho de Administração .....</b>	<b>15</b>
<b>IV.</b>	<b>Proposta de consolidação do Estatuto Social .....</b>	<b>15</b>
<b>4.</b>	<b>APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS .....</b>	<b>15</b>
	<b>Anexo I .....</b>	<b>117</b>
	<b>Anexo II .....</b>	<b>53</b>
	<b>Anexo III .....</b>	<b>117</b>
	<b>Anexo IV.....</b>	<b>117</b>
	<b>Anexo V .....</b>	<b>117</b>
	<b>Anexo VI.....</b>	<b>117</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”) vem apresentar a seguir informações acerca das matérias a serem deliberadas por proposta da Administração na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“Assembleia” ou “AGOE”) a ser realizada **de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, no dia 29 de abril de 2024, às 11h**, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas.

A Companhia preparou a presente Proposta de Administração e Manual de Participação para a Assembleia (“Proposta”), em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer a todos os seus acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua Diretoria de Relações com Investidores, para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

Em sede de Assembleia Geral Ordinária, serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- I. Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- II. Compensação do prejuízo líquido acumulado registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, mediante a utilização de parte das reservas de lucros da Companhia; e]
- III. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária, serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- I. Aprovação do novo “Plano de Incentivos Atrelados a Outorga de Ações e de Opção de Compra de Ações” da Companhia (“Plano de Incentivo”) com a consequente descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações, atualmente em vigor;
- II. Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os aumentos de capital aprovados em reunião do Conselho de Administração, realizadas em 13 de março de 2024 e em 29 de março de 2024;

**III.** Alteração das alíneas (l), (m) e (o) do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para adequar as competências do Conselho de Administração; e

**IV.** Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações acima propostas.

As propostas da Administração sobre os itens da Assembleia, bem como as informações sobre cada uma das matérias, estão detalhadas no item 3 desta Proposta.

São Paulo, 29 de março de 2024.

**A Administração**  
**Companhia Brasileira de Distribuição**

## 2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

Conforme orientações abaixo, a Companhia admitirá a participação dos acionistas mediante: (i) voto via sistema eletrônico durante a Assembleia; ou (ii) envio de boletim de voto a distância, sendo divulgado um boletim para votação das matérias a serem deliberadas em sede de Assembleia Geral Ordinária e outro para votação das matérias a serem deliberadas em sede de Assembleia Geral Extraordinária, os quais estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)) e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), e poderão ser encaminhados por meio de seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço), da Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador da Companhia (“Agente Escriturador”) ou diretamente à Companhia por *e-mail*, conforme abaixo indicado (em conjunto, “Boletins de Voto à Distância”).

O acionista que participar da Assembleia por meio da plataforma digital será considerado presente e assinante da ata e do livro de presença dos acionistas.

### 2.1. Participação na Assembleia via sistema eletrônico

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital “Ten Meetings”, que proverá acesso à Assembleia, bem como realizará o acompanhamento e controle da votação relativa a cada uma das matérias constantes da “Ordem do Dia” da presente Assembleia (“Plataforma Digital”). Dessa forma, o acionista que desejar participar e votar na Assembleia, deverá observar os procedimentos indicados de acordo com o seu tipo de participantes.

#### 2.1.1. Cadastro na Plataforma Digital

Os acionistas deverão acessar, até o dia 27 de abril de 2024, o *link* <https://assembleia.ten.com.br/708336898> (“Link de Cadastro”), e realizar o cadastro na Plataforma Digital.

Para realizar o cadastro na Plataforma Digital, o acionista deverá acessar o *Link* de Cadastro e **preencher as informações solicitadas pela plataforma para fins de cadastro na Plataforma Digital, conforme o tipo de participante, a saber:**

##### Cadastro de Acionistas Pessoa Física

Para os acionistas pessoa física que desejem participar diretamente, deverão ser fornecidas as seguintes informações: (i) nome completo; (ii) número do Cadastro de Pessoa Física da Fazenda (“CPF”); (iii) *e-mail*; e (iv) criação de senha conforme requisitos exigidos pela Plataforma Digital. Após preenchimento dos campos solicitados pela Plataforma Digital, o acionista deverá enviar cópia do documento pessoal com foto contendo número do seu CPF e da documentação a ele aplicável, conforme indicado no item 2.1.2 abaixo.

Uma vez concluído o cadastro, o acionista pessoa física irá receber um *e-mail*, informando alternativamente que seu cadastro está: **(i)** pendente, ou seja, que o cadastro foi concluído com sucesso e a Companhia está analisando os documentos apresentados; **(ii)** aprovado, ou seja, que a Companhia já analisou a documentação apresentada e aprovou o cadastro; ou **(iii)** reprovado, ou seja, que o cadastro não foi aprovado pela Companhia após a avaliação da documentação apresentada e, neste último caso, quais as providências deverá observar para atualização/correção e aprovação do cadastro.

Para atualizar/corriger o cadastro, o acionista deverá acessar novamente o *Link* de Cadastro, realizar o *login* com o usuário e senha criados quando do primeiro acesso à Plataforma Digital e realizar o *upload* dos novos documentos solicitados.

Após a correção/atualização do cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada e atualizará o status do referido acionista diretamente na Plataforma Digital.

O cadastro poderá ser atualizado/corrigido até o dia 27 de abril de 2024. Após este prazo, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81, não será possível corrigir/atualizar o cadastro.

#### *Cadastro de Acionistas Pessoa Jurídica e ou representados por Procurador/Representante Legal*

Para os acionistas pessoas jurídicas e/ou para os acionistas de qualquer natureza que sejam representados por procuradores e/ou representantes legais (“Outorgantes”), deverão ser fornecidas as seguintes informações a respeito dos respectivos representantes e/ou procuradores (“Representante”): **(i)** nome completo; **(ii)** número do CPF; **(iii)** *e-mail*; e **(iv)** criação de senha conforme requisitos exigidos pela Plataforma Digital. Após preenchimento dos campos solicitados pela Plataforma Digital, o Representante deverá enviar cópia do documento pessoal com foto contendo número do seu CPF.

Após a realização de seu cadastro, o Representante será direcionado automaticamente para a página na qual ele deverá preencher os dados requeridos para cada um dos Outorgantes, conforme o caso, que estiver representando. Alternativamente, caso o redirecionamento automático não ocorra, o Representante deverá acessar novamente o *Link* de Cadastro, realizar o *login* com o usuário e senha criados no primeiro acesso à Plataforma Digital, acessar o “Painel da Assembleia” e posteriormente clicar na aba “Cadastrar Outorgante” e preencher os dados requeridos para cada Outorgante que estiver representando.

Uma vez cadastrado um Outorgante, as informações gerais sobre o Outorgante serão apresentadas na listagem de Outorgantes e esse mesmo processo deve ser repetido pelo Representante para o cadastro de cada um dos Outorgantes por ele representados.

Concluído o preenchimento da lista de Outorgantes, o Representante deverá acessar a aba “Documentos” e clicar em “Adicionar Arquivo”. Neste campo ele deverá disponibilizar a documentação aplicável a cada um dos Outorgantes por ele representados, conforme aplicável, nos termos do item 2.1.2 abaixo. É possível anexar todos os documentos de uma única vez ou individualmente.

Uma vez concluído o *upload* da documentação, o Representante receberá um *e-mail*, informando alternativamente que o cadastro dos Outorgantes está: **(i)** pendente, ou seja, que o cadastro foi concluído com sucesso e a Companhia está analisando os documentos apresentados; **(ii)** aprovado, ou seja, que a Companhia já analisou a documentação apresentada e aprovou o cadastro; ou **(iii)** reprovado, ou seja, que o cadastro não foi aprovado pela Companhia após a avaliação da documentação apresenta e, neste último caso, quais as providências para atualização/correção e aprovação do cadastro.

Adicionalmente o Representante poderá acompanhar, diretamente na Plataforma Digital, a atualização do “*status*” de cada um dos Outorgantes por ele representados. Caso haja alguma inconsistência na documentação de habilitação relativa a cada um dos Outorgantes, tal fato será sinalizado na listagem de Outorgantes com o *status* “Reprovado”. Para acessar o motivo da reprovação diretamente por meio da Plataforma Digital, basta clicar no respectivo ícone “carta” em vermelho.

A tela com as razões da reprovação do cadastro do Outorgante pela Companhia apresentará a opção de anexar novos documentos para o respectivo Outorgante. Para atualizar/corrigir o cadastro o Representante deverá realizar o *upload* dos novos documentos solicitados.

Após a correção/atualização do cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada e atualizará o *status* dos referidos Outorgantes diretamente na Plataforma Digital.

O cadastro poderá ser atualizado/corrigido até o dia 27 de abril de 2024. Após este prazo, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81, não será possível corrigir/atualizar o cadastro.

#### *Cadastro de Representante Alternativo*

Caso o Representante queira cadastrar um representante alternativo, ele deverá acessar novamente o *Link* de Cadastro, realizar o *login* com o usuário e senha criados no primeiro acesso à Plataforma Digital, acessar “Painel da Assembleia” e posteriormente clicar na aba “Representantes” e, em seguida, clicar no botão “Convidar Representante”. O Representante deve inserir os dados solicitados e clicar em “Convidar Representante”. Um representante alternativo poderá ver e enviar documentos dos Outorgantes em comum, porém, **apenas o participante principal poderá manifestar os votos no dia da Assembleia.**

### Informações Adicionais

O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus Representantes que se credenciarem no prazo e modo fixados nesta Proposta da Administração. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou Representante que utilize de uma margem de 3 (três) dias de antecedência do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou Representante terá tempo hábil para sanar as eventuais pendências dentro do prazo estabelecido.

Em caso de necessidade de esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins de cadastro de participação, a Companhia poderá entrar em contato com o acionista (ou seu respectivo Representante, conforme o caso) para solicitar tais esclarecimentos, em qualquer cenário, em tempo hábil a permitir o envio das informações e orientações de acesso à Plataforma Digital no prazo estabelecido nesta Proposta.

Caso o acionista (ou seu respectivo Representante, conforme o caso) que tenha solicitado devidamente sua participação na Assembleia não tenha recebido as orientações acima mencionadas de acesso à Plataforma Digital em até **24 horas da realização da Assembleia (ou seja, até às 11 horas do dia 28 de abril de 2024)**, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do endereço eletrônico de *e-mail* [societario@multivarejogpa.com.br](mailto:societario@multivarejogpa.com.br), com cópia para [gpa.ri@gpabr.com](mailto:gpa.ri@gpabr.com), em qualquer cenário, com até 2 (duas) horas antes do horário de início da Assembleia, para que as orientações lhe sejam reencaminhadas.

A Companhia disponibilizará suporte para acesso à Plataforma Digital no telefone (21) 98126-5724 ou por quaisquer dos seguintes e-mails: [rodrigo.ventura@ten.com.br](mailto:rodrigo.ventura@ten.com.br) ou [suporte@ten.com.br](mailto:suporte@ten.com.br) até 2 (duas) horas antes do horário de início da Assembleia.

Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia. Recomenda-se, ainda, que os acionistas habilitados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital a fim de diminuir riscos relativos a problemas de incompatibilidade dos seus equipamentos com a plataforma e outros problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Administração esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da Plataforma Digital após o horário previsto para o seu início.

Os acionistas ou Representantes, conforme o caso, credenciados se comprometem a: **(i)** utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto e/ou votação na Assembleia; **(ii)** não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível; e **(iii)** não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

Nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital por acionistas (diretamente ou por seus Representantes) que não tenham se cadastrado no *Link* de Cadastro acima indicado ou daqueles que não tenham anexado os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo Representante, conforme o caso) integral responsabilidade com relação à posse e ao sigilo das informações e orientações que lhes forem transmitidas pela Companhia nos termos desta Proposta. O acionista ou seu Representante serão exclusivamente responsáveis pela veracidade das informações de identificação apresentadas à Companhia, responsabilizando-se civil e criminalmente pela utilização pessoal do *link*, *login* e senha de acesso à Assembleia, sendo vedada a sua divulgação a terceiros.

Em antecipação às informações de acesso à Plataforma Digital que serão enviadas por *e-mail* ao acionista devidamente cadastrado (ou seu respectivo Representante, conforme o caso), conforme acima descrito, a Companhia solicita que o acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade pela qual o acionista poderá assistir à Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o acionista (ou seu respectivo Representante, conforme o caso) for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda, com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, que os acionistas (ou seu respectivo Representante, conforme o caso) respeitem eventual tempo máximo que poderá ser estabelecido pela Companhia para que se manifestem durante a Assembleia, após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia.

No mais, conforme informado acima, considerando o previsto no artigo 28, parágrafo 1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia realizará a gravação integral da Assembleia, destacando-se, contudo, a vedação de gravação ou transmissão, ainda que de forma parcial, pelos acionistas (ou seu respectivo Representante, conforme o caso). No entanto, os acionistas presentes (ou seu respectivo Representante, conforme o caso), autorizam, desde já, a utilização, pela Companhia, de quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para: **(i)** registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; **(ii)** registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; **(iii)** registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas presentes (ou seu respectivo Representante, conforme o caso); **(iv)** cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e **(v)** defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

Os requisitos técnicos para participação da Assembleia por meio da Plataforma Digital são:

- (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e

- (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps).

*Observação:* O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, recomendando-se que seja utilizada a versão mais atualizada do navegador e sistema operacional. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN, demais videoconferências às quais esteja conectado no momento da Assembleia da Companhia ou outras plataformas que eventualmente utilizem sua câmera e microfone antes de acessar a Plataforma Digital.

A Companhia não será responsável por problemas de conexão dos acionistas ou de seus Representantes, conforme o caso, ou qualquer outra situação que não esteja sob seu controle.

O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou a seus Representantes, aos administradores da Companhia e às demais pessoas cuja presença seja obrigatória por força de lei ou da regulamentação aplicável.

### **2.1.2. Documentos para participação na Assembleia**

Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas e/ou seus Representantes, conforme o caso, por meio da Plataforma Digital no endereço eletrônico indicado acima:

- (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, expedido pelo órgão custodiante;
- (b) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;
- (c) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal;
- (d) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e
- (e) caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por seu Representante, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do Representante presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação

ICP-Brasil ou por meio do portal “Gov.br”.

Com o intuito de assegurar a participação dos acionistas, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notariação, legalização/apostilamento e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles assinados fora do país.

Ainda, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, sendo exigidas nos demais casos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto e vigentes: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

## **2.2. Participação por meio dos Boletins de Voto à Distância**

Os acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto à Distância, nos termos da Resolução CVM 81, deverão **(a)** preencher cada um dos Boletins de Voto à Distância, conforme orientações de preenchimento nele constante; e **(b)** enviá-los **(i)** diretamente à Companhia por *e-mail*; ou **(ii)** ao Agente Escriturador; ou **(iii)** aos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); conforme orientações a seguir.

Em todos os casos, para os Boletins de Voto à Distância produzirem efeitos, o dia 22 de abril de 2024 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas abaixo indicadas, e não o último dia para seu envio. Se os Boletins de Voto à Distância forem recebidos após o dia 22 de abril de 2024, os votos não serão computados.

Seguem abaixo as instruções para envio de cada um dos Boletins de Voto à Distância:

**I. Envio diretamente à Companhia:** O acionista deverá enviar por *e-mail*, com aviso de recebimento ao Departamento Jurídico Societário (societario@multivarejogpa.com), cada um dos Boletins de Voto à Distância (preenchido, rubricado e assinado, sem necessidade de reconhecimento de firma, conforme orientações de preenchimento nele constante) acompanhado da cópia dos documentos listados no item 2.1 acima. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará os Boletins de Voto à Distância assinados por meio eletrônico, preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil ou por meio do portal “Gov.br”; ou

**II. Envio ao Agente de Custódia ou ao Agente Escriturador da Companhia:** Os acionistas que detenham ações de emissão da Companhia depositadas em central depositária poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento de cada um dos Boletins de Voto à Distância, por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso prestem esse tipo de serviço. Os acionistas

que não tiverem suas ações depositadas em central depositária poderão transmitir as instruções de voto ao Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. A entrega dos Boletins de Voto à Distância estará sujeita às regras, orientações e prazos fixados por cada agente de custódia ou pelo Agente Escriturador, conforme o caso. Para tanto, o acionista deverá entrar em contato com estes e verificar os procedimentos, documentos e informações por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto pelos Boletins de Voto à Distância.

Os Boletins de Voto à Distância estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)) e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### **2.3. Instalação do Conselho Fiscal**

Importante destacar que a instalação de Conselho Fiscal, que constará no Boletim de Voto à Distância referente à Assembleia Geral Ordinária, não compõe esta Proposta, tendo sido inserida por exigência regulatória.

Nesse sentido, a Administração esclarece que, nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia já possui um Comitê de Auditoria Estatutário cujos membros são indicados pelo Conselho de Administração – sendo composto por membros independentes do próprio Conselho e externos – e que cumpre com **(i)** os requisitos obrigatórios previstos na Resolução da CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme em vigor; **(ii)** os requisitos obrigatórios previstos no Regulamento do segmento de listagem de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado; e **(iii)** os requisitos normativos previstos pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), considerando que a Companhia tem *American Depositary Receipts* -ADRs nível III admitidos e listados na Bolsa de Valores de Nova York (“**NYSE**”), nos Estados Unidos, desde 29 de maio de 1997.

O Comitê de Auditoria Estatutário possui as atribuições legais do Conselho Fiscal, inclusive aquelas exigidas pela *Sarbanes-Oxley Act*, em linha com as exigências às companhias listadas na NYSE.

### **3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração da Companhia submete à Assembleia as propostas descritas a seguir:

#### **(A) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

##### **I. Demonstrações Financeiras**

A Administração propõe que sejam aprovadas as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais obtiveram parecer favorável do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme divulgados em 21 de fevereiro de 2024 na íntegra no *website* de Relações com Investidores da Companhia e nos *websites* da CVM e da B3 e publicadas de forma resumida no jornal “Folha de São Paulo” em 21 de março de 2024, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”).

Em atendimento ao disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81, são apresentadas no **Anexo I** à presente Proposta as informações do item 2 do Formulário de Referência, as quais refletem os comentários da Administração sobre a situação financeira da Companhia.

Como a Companhia registrou prejuízo líquido, não haverá qualquer destinação do resultado contábil de tal exercício, razão pela qual as informações indicadas no artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81, não são apresentadas.

##### **II. Compensação do Prejuízo Líquido**

A Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 2.271.275.662,41 (dois bilhões, duzentos e setenta e um milhões, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que, somado ao prejuízo apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, culminou em um prejuízo acumulado no valor de R\$ 2.442.331.302,16 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e um mil, trezentos e dois reais e dezesseis centavos). Desta forma, a

Administração propõe, nos termos do parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76, a absorção do prejuízo acumulado total pelas seguintes reservas de lucros:

- Retenção de lucros: R\$ 1.931.071.553,89 (um bilhão, novecentos e trinta e um milhões, setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos); e
- Reserva de expansão: R\$ 511.259.748,27 (quinhentos e onze milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos).

Em razão do prejuízo observado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Anexo A da Resolução CVM nº 81/22 não será apresentado.

### **III. Proposta de Remuneração Global dos Administradores**

A Administração propõe a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2024, no valor total de até R\$ 70.370.371,71 (setenta milhões, trezentos e setenta mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e um centavos). Tal valor será distribuído entre Diretoria e Conselho de Administração, conforme critérios e padrões definidos pela Companhia e observada a legislação em vigor. Tal valor engloba a despesa decorrente dos contratos celebrados com a administração no âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia e Planos de Incentivos Arelados à Outorga de Ações.

Em atendimento ao disposto no artigo 13, inciso II, da Resolução CVM 81, a Companhia apresenta no **Anexo II** à presente Proposta as informações do item 8 do Formulário de Referência.

## **(B) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

### **I. Plano de Incentivo**

A Administração propõe a aprovação de novo Plano de Incentivos Arelados a Outorga de Ações e de Opção de Compra de Ações (“Plano de Incentivo”) com a consequente descontinuação dos planos atualmente em vigor da Companhia, quais sejam o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações, de forma a atualizar e prever condições que melhor estimulem o desenvolvimento de visão de longo prazo e o alinhamento dos interesses dos diretores e colaboradores com os interesses dos acionistas da Companhia.

Ainda, esclarece-se que o Plano de Incentivo, ora proposto, endereça oportunidades de melhoria do modelo de remuneração da Companhia, visando não só a adequação à sua nova estrutura acionária, mas também às melhores práticas de mercado.

Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Resolução CVM 81, são apresentadas no **Anexo III** à presente Proposta as informações indicadas no Anexo B da Resolução CVM 81, com as principais informações do Plano, e no **Anexo IV** a sua íntegra.

## **II. Capital social da Companhia**

A Administração propõe a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos do capital social, dentro do limite autorizado, aprovados em reunião do Conselho de Administração, realizadas em 13 de março de 2024 e em 29 de março de 2024.

## **III. Ajustes das competências do Conselho de Administração**

Considerando o Plano de Incentivo apresentado nesta Proposta e a realidade atual da Companhia, a Administração propõe a alteração do artigo 17 do Estatuto Social, **(i)** alínea (l), a fim de excluir o limitador ali previsto, considerando que o limite de ações a ser outorgado já estará previsto no Plano de Incentivo, **(ii)** alínea (m), a fim de refletir a alteração proposta no item (i) e refletir a nova estrutura de remuneração baseada em ações adotada pela Companhia; e **(iii)** alínea (o), a fim de adequar a redação à Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução CVM 81, a Administração apresenta o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas nos itens II e III acima, com um quadro comparativo entre a versão vigente e a proposta alterada no **Anexo V**.

## **IV. Proposta de consolidação do Estatuto Social**

A Administração propõe a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações propostas nos itens II e III acima. Desta forma, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Resolução CVM 81, a Administração apresenta o Estatuto Social consolidado, refletindo as alterações propostas no **Anexo VI**.

## **4. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS**

A presente proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de março de 2024, conforme ata que se encontra à disposição de V.Sas. na sede da Companhia, no *website* de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)), e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**ANEXO I**

**Situação Financeira da Companhia  
(Item 2 do Formulário de Referência)**

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*[Anexo segue na página seguinte]*

## **2.1. Os diretores devem comentar sobre:**

### *Introdução*

As informações financeiras comentadas neste item do Formulário de Referência, exceto quando mencionado de outra forma, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, por este motivo, as informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A análise dos Diretores em relação aos resultados e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas neste item 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita de venda de bens e serviços para os períodos/exercícios aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao total do ativo ou total dos passivos e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

#### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

Em 2021, a Companhia anunciou a saída do formato de hipermercados por meio da bandeira Extra, intensificando o foco e a aceleração da expansão dos negócios de maior rentabilidade da Companhia por meio dos segmentos *premium* e de proximidade, notadamente com as bandeiras Pão de Açúcar, Minuto Pão de Açúcar e Mercado Extra, além de reforçar a posição de liderança do GPA no varejo e e-commerce alimentar no país.

Adicionalmente, em consequência do processo de segregação dos negócios da Companhia e do Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”), conforme divulgado nos fatos relevantes em 10 de agosto, 5 de setembro e 30 de dezembro de 2022, 9 de janeiro de 2023 e 14 de fevereiro de 2023, as atividades do Éxito passaram a ser tratadas como atividades descontinuadas, tal qual a Companhia já vinha fazendo desde o 1º trimestre de 2022 com a linha de negócio Extra Hiper.

Dessa forma, as vendas líquidas, assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas retrospectivamente, conforme definido no IFRS 5/CPC 31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 – Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Exceto se de outra forma indicado, os comentários nesta seção 2 referem-se ao resultado das operações em continuidade.

Em 2022, a Companhia finalizou a operação de 68 Extras hipermercados e de 68 drogarias. No mesmo período, foi acelerado o projeto de expansão com a abertura de 121 lojas no Brasil, totalizando em 31 de dezembro de 2023, 767 lojas em atividade no Brasil, incluindo 71 postos de gasolina. A Companhia continuou avançando e reforçando seu ecossistema digital através da expansão dos modelos de entrega, plataforma de marketplace e fortalecimento do programa de coalizão Stix Fidelidade. Os varejistas Sodimac e Polishop se juntaram ao programa também neste ano, contribuindo para elevar sua presença no país. O faturamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 do *e-commerce* alimentar atingiu R\$ 1,6 bilhão, crescimento de 15% comparado ao ano de 2021. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 do *e-commerce* alimentar atingiu aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, crescimento de 13% comparado ao ano de 2022.

O faturamento bruto da Companhia no Brasil teve um aumento de 6,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 18,5 bilhões, e apresentou um aumento de 11,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação com o mesmo período em 2022, totalizando R\$20,6 bilhões. Para maiores informações, vide item 2.1.h.

A dívida líquida<sup>1</sup> passou de R\$ 777 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 2.112 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 1.335 milhões, em razão dos valores de 2021 considerarem o Grupo Éxito, que apresentava uma dívida líquida menor em comparação com o restante do consolidado. O Grupo Éxito, em 2022, passou a ser apresentado como ativo mantido para venda, dentro do processo de segregação e distribuição das ações mantidas pela Companhia, não impactando mais o endividamento líquido da Companhia.

---

<sup>1</sup> A Dívida Líquida divulgada pela Companhia consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida<sup>3</sup> reportada nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou R\$ 2.302 milhões, o que representou um aumento de R\$190 milhões em relação a 31 de dezembro de 2022. O aumento da dívida líquida ocorre, principalmente, do consumo de caixa apresentado no período, não totalmente compensado pela venda de ativos não core e pelo processo de melhora de rentabilidade da Companhia.

Consolidado  
(R\$ milhões)

	<u>Em</u> <u>30.12.2023 (A)</u>	<u>Em</u> <u>31.12.2022 (B)</u>	(A) – (B)	<u>Em</u> <u>31.12.2021 (C)</u>	(B) – (C)
Caixa e equivalentes de caixa	2.971	3.751	(780)	8.274	(4.523)
Dívida bruta <sup>(1)</sup>	(5.273)	(5.863)	590	(9.051)	3.188
Dívida líquida <sup>(2)</sup>	(2.302)	(2.112)	(190)	(777)	(1.335)

<sup>(1)</sup> A Dívida Bruta divulgada pela Companhia consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida bruta de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

<sup>(2)</sup> A Dívida Líquida divulgada pela Companhia consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

Os índices de liquidez corrente e geral permaneceram acima de 1 em todos os períodos apresentados abaixo.

Consolidado

	<u>Em</u> <u>31.12.2023 (A)</u>	<u>Em</u> <u>31.12.2022 (B)</u>	(A) – (B)	<u>Em</u> <u>31.12.2021 (C)</u>	(B) – (C)
Liquidez corrente <sup>(1)</sup>	1,21	1,61	(0,40)	1,08	0,53
Liquidez geral <sup>(2)</sup>	1,27	1,46	(0,18)	1,50	(0,04)

<sup>(1)</sup> Calculado com base na relação entre os ativos e passivos circulantes da Companhia.

<sup>(2)</sup> Calculado com base na divisão do ativo circulante somado ao realizável de médio e longo prazo pelo passivo circulante somado ao realizável de médio e longo prazo.

## b. estrutura de capital

A tabela abaixo demonstra a composição da estrutura de capital do GPA para as datas indicadas, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido

consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

(R\$ milhões, exceto %)	Em 31.12.2023	AV	Em 31.12.2022	AV	Em 31.12.2021	AV
Passivo (Circulante e Não-Circulante) (Capital de terceiros)	17.328	78,6%	30.106	68,7%	33.063	66,9%
Total Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	4.722	21,4%	13.733	31,3%	16.380	33,1%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.050	100,0%	43.839	100,0%	49.443	100,0%

## Endividamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou alavancagem de 0,6x Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados/EBITDA Ajustado. A Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados<sup>5</sup> totalizou R\$ 697 milhões em 31 de dezembro de 2021.

A posição de caixa contabilizou R\$ 8,3 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 80 milhões em 31 de dezembro de 2021, somando R\$ 8,4 bilhões em disponibilidade de recursos. A dívida bruta diminuiu R\$ 89 milhões, totalizando R\$ 9,1 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Desse total, R\$ 4,6 bilhões referem-se à emissão de debêntures e notas promissórias, com taxas médias de CDI + 1,59% a.a. e vencimento até 2028.

A Companhia encerrou o exercício social de 31 de dezembro de 2022 com alavancagem de 2,3x Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados/EBITDA ajustado. A Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados<sup>5</sup> totalizou R\$ 2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2022.

A posição de caixa contabilizou R\$ 3,8 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 83 milhões, somando R\$ 3,8 bilhões em disponibilidade de recursos em 31 de dezembro de 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta diminuiu R\$ 3,2 bilhões, sendo que a Companhia estima que aproximadamente R\$ 1,3 bilhão decorreu da descontinuidade do Grupo Êxito, totalizando R\$ 5,9 bilhões no período. Desse total, R\$ 2,7 bilhões referem-se à emissão de debêntures e notas promissórias, com taxas médias de CDI + 1,71% a.a. e vencimento até 2028.

A Companhia encerrou exercício social em 31 de dezembro de 2023, com alavancagem de 1,1x Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados/EBITDA Ajustado. A Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados<sup>5</sup> totalizou R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

A posição de caixa contabilizou R\$ 3,0 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 117 milhões, somando R\$ 3,1 bilhões em disponibilidade de recursos em 31 de dezembro de 2023.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta diminuiu R\$ 0,6 bilhões, atingindo R\$ 5,3 bilhões. Desse total, R\$ 3,4 bilhões referem-se à emissão de debêntures e notas promissórias, com taxas médias de CDI + 1,60% a.a. e vencimento até 2030.

### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Em 31 de dezembro de 2021, a posição de caixa e equivalentes da Companhia, apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas, era de R\$ 8.274 milhões, 5,6 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 1.470 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral<sup>2</sup> da Companhia atingiram 1,08 vezes e 1,50 vezes, respectivamente, considerando as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, a posição de caixa e equivalentes era de R\$ 4.662 milhões ao final de 2021, 3,8 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 1.243 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral<sup>6</sup>, por sua vez, eram de 1,28 vezes e 1,68 vezes, respectivamente.

A posição de caixa e equivalentes da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas, era de R\$ 3.751 milhões, 3,7 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 1.001 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral da Companhia atingiram 1,61 vezes e 1,46 vezes, respectivamente, considerando as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, que excluem o Grupo Êxito, a posição de caixa e equivalentes era de R\$ 3.632 milhões ao final de 2022, 3,6 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 1.001 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral<sup>6</sup>, por sua vez, eram de 2,32 vezes e 1,62 vezes, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, por sua vez, a posição de caixa e equivalentes da Companhia, apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas, era de R\$ 2.971 milhões, 3,1 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 972 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral da Companhia atingiram 1,21 vezes e 1,27 vezes, respectivamente, considerando as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais a posição de caixa e equivalentes era de R\$ 2.794 milhões em 31 de dezembro de 2023, 2,9 vezes maior do que a posição de dívida de curto prazo, de R\$ 972 milhões. Os índices de liquidez corrente e geral<sup>6</sup>, por sua vez, eram de 1,13 vezes e 1,27 vezes, respectivamente.

---

<sup>2</sup> O índice de liquidez corrente é calculado com base na relação entre os ativos e passivos circulantes da Companhia. O índice de liquidez geral, por sua vez, é calculado com base na divisão do ativo circulante somado ao realizável de médio e longo prazo pelo passivo circulante somado ao realizável de médio e longo prazo.

Esses valores confirmam a capacidade da Companhia em arcar com seus compromissos no curto prazo. No longo prazo, a Companhia trabalha na execução do projeto de redução da alavancagem financeira, com a venda de ativos não core, que inclui a venda da participação remanescente no Grupo Éxito, e melhoras operacionais, em linha com a projeção pública de margem EBITDA Ajustado<sup>3</sup> entre 8% e 9% em 2024. Diante deste plano, a Companhia espera obter uma recuperação gradual da geração de caixa e melhora da estrutura de capital, consolidando a capacidade da Companhia para pagamento das obrigações de longo prazo.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia usualmente capta recursos por meio de: **(A)** contratos financeiros que representam: (i) financiamentos contraídos em moeda corrente nacional, com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos contraídos em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento em moeda corrente nacional e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “*swap*”; **(B)** captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; **(C)** geração de caixa através de sua operação; e **(D)** antecipação de recebíveis.

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia não enfrentou dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A administração da Companhia entende que as fontes de financiamento são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo GPA como fontes de financiamento, se necessário.

Dessa forma, para fins de financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia pretende recorrer às seguintes fontes de financiamento: **(A)** contratos financeiros compreendendo: (i) financiamentos em moeda corrente nacional, com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos em moeda estrangeira, com a possibilidade de “troca” parcial ou na sua totalidade por obrigações de pagamento em moeda corrente nacional e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “*swap*”; **(B)** captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; **(C)** geração de caixa através de sua operação; e **(D)** antecipação de recebíveis.

---

<sup>3</sup> O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado (i) pelo resultado financeiro líquido, (ii) pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, (iii) pelas despesas de depreciação e amortização, (iv) pelas Outras Despesas Operacionais, líquidas, e (v) pelo Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas. Para mais informações vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

As tabelas abaixo apresentam (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma) o endividamento consolidado da Companhia junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, observado que a dívida é composta por: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures e notas promissórias.

*Contratos de empréstimo e financiamento*

<i>(em milhões de Reais)</i>		Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
<b>Debêntures</b>	Taxa Média			
Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários e Notas Promissórias	CDI + 1,6% a.a.	3.350	2.679	4.613
		3.350	2.679	4.613
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
<u>Em Moeda Local</u>				
Capital de Giro	CDI + 1,8% a.a.	1.753	2.721	2.737
Capital de Giro	TR + 9,8% a.a.	7	9	11
Contrato de Swap	CDI + 0,11% a.a.	(1)	-	(1)
Custo de Captação		(6)	(7)	(11)
		1.753	2.723	2.736
<u>Em Moeda Estrangeira</u>				
Capital de Giro	USD + 2,12% a.a.	142	403	448
Capital de Giro - pesos colombianos	IBR 1M + 1,45%	-	-	276
Capital de Giro - pesos colombianos	IBR 3M + 1,6%	-	-	959
Capital de Giro Argentina	Pré 39,52%	-	-	-
Carta de Crédito - Pesos Uruguaios		-	-	12
Contratos de Swap	CDI + 1,7% a.a.	28	58	7
		170	461	1.702
<b>Total da Dívida</b>		<b>5.273</b>	<b>5.863</b>	<b>9.051</b>

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante:

Ano	Consolidado		
	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
De 1 a 2 anos	1.872	1.371	2.724
De 2 a 3 anos	1.422	1.749	1.689
De 3 a 4 anos	260	1.250	1.334
De 4 a 5 anos	637	260	1.252
Após 5 anos	138	260	599
<u>Subtotal</u>	4.329	4.890	7.598
Custos de Captação	(29)	(28)	(17)
Total	4.301	4.862	7.581

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência

Financiamento do capital de giro: Debêntures e Notas promissórias

A Companhia utiliza a emissão de debêntures e notas promissórias para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures e notas promissórias emitidas não são conversíveis em ações, são da espécie quirografária e não possuem cláusulas de repactuação.

Swaps

Em relação às operações em moeda estrangeira, o GPA realiza operações de *swap* para trocar obrigações contraídas em dólares norte-americanos ou em outra moeda estrangeira e taxas de juros fixas para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média ponderada anual do CDI em 2022 foi de 12,39%.

Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia adota o CPC 06 R2 “Arrendamento Mercantil”.

No âmbito das celebrações dos contratos, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Caso positivo, a Companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de arrendamento do direito de uso, gozando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de ativos com valor individual inferior a US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos descontados a valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando-se a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado		
	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
<u>Passivo de Arrendamento Mercantil Financeiro - Pagamentos</u>			
<u>Mínimos de Aluguel</u>			
Até 1 ano	474	490	895
De 1 a 5 anos	1.800	1.766	2.807
Mais de 5 anos	2.026	1.781	2.416
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	4.300	4.037	6.118
Encargos futuros de financiamento	3.417	3.038	2.983
Valor Bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	7.717	7.075	9.101

## ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente, a Companhia não mantém quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

### **iii. grau de subordinação entre as dívidas**

O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, os empréstimos, financiamentos e títulos, locais ou internacionais, da Companhia eram compostos por dívidas com garantias fidejussórias (aval ou fiança corporativa), não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras da Companhia dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"): (i) créditos trabalhistas; (ii) os créditos gravados com direito real de garantia (se houver) até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos quirografários; (v) multas e penas pecuniárias; (vi) créditos subordinados (se houver) ; e (vii) os juros vencidos após a decretação da falência.

### **iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, dentre outras, determinam índices e limites de endividamento (*covenants* financeiros), limitação de alienação de ativos, de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário) e limitação ao pagamento de dividendos superiores ao mínimo obrigatório. Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que, conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira; e
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (*swap*, termo e opções).

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,25. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices, sendo:

Dívida Líquida / Patrimônio Líquido (< 1)	0,392	0,124	-0,003
Dívida Líquida / EBITDA (< 3,25)	1,474	1,542	-0,011

A Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado cruzado nas emissões de debêntures e notas promissórias e nos contratos de empréstimos bancários com as seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Bradesco, BTG Pactual, Scotia Bank, Safra e Santander.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, na data deste Formulário de Referência, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

#### g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

##### Financiamentos e empréstimos contratados com percentuais utilizados

Contratos	Objeto	Valor total (R\$ milhões)	Plano de Investimento	Data da Contratação	Desembolso em 2023 (R\$ milhões)	Garantias
Empréstimo Bancário	Alongamento de dívida	500	Capital de Giro	28/12/2022	500	Não aplicável

#### h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

##### ANÁLISE COMPARATIVA DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2023	AV	2022	AV	2021	AV
<b>Receita de venda de bens e serviços</b>	<b>19.250</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.321</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.298</b>	<b>100,00%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.817</b>	<b>25,02%</b>	<b>4.302</b>	<b>24,80%</b>	<b>4.356</b>	<b>26,70%</b>
Desp. Com Vendas, Gerais e Adm.	(3.678)	(19,11)%	(3.297)	(19,00%)	(3.267)	(20,10)%
Depreciação e Amortização	(1.017)	(5,28)%	(931)	(5,40)%	(810)	(5,00)%
Outras despesas operacionais, líquidas	(213)	(1,11)%	(434)	(2,50)%	(168)	(1,00)%
Resultado Financeiro Líquido	(1.009)	(5,24)%	(750)	(4,30)%	(623)	(3,80)%
<b>Lucro Líquido (prejuízo)</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(11,08)%</b>	<b>(4)</b>	<b>0,00%</b>	<b>960</b>	<b>5,90%</b>

##### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

##### *Receita de venda de bens e serviços*

A receita líquida de venda de bens e serviços da Companhia totalizou R\$19,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação ao

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$17,3 bilhões. Esta variação decorre, principalmente, do crescimento de receita líquida de 5,5% na base de lojas comparáveis, sem ajuste do efeito calendário, e da expansão do número de lojas da Companhia.

### ***Lucro Bruto***

O lucro bruto da Companhia totalizou R\$4,8 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$4,3 bilhões. Esta variação decorre, principalmente, do crescimento das vendas da Companhia no período.

### ***Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas***

As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$3,7 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$3,3 bilhões. Esta variação decorre, principalmente, do impacto inflacionário. Em percentual da receita de venda de bens e serviços, as despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia atingiram 19,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um leve aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que tinha sido 19,0%. Esse leve aumento se deve a despesas pontuais no exercício social encerrado em 2023, que não haviam ocorrido no ano de 2022.

### ***Depreciação e Amortização***

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$1.017 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento de 9,2% em relação ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$931 milhões.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$1.008 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação a 31 de dezembro de 2022, em que totalizou uma despesa de R\$750 milhões. Esta variação decorre, principalmente, do maior volume de recebíveis descontados, maior valor de juros sobre passivo de arrendamento e de receitas financeiras relacionadas aos recebíveis pelas vendas dos hipermercados, que impactaram positivamente o resultado em 2022 e não impactaram em 2023.

### ***Lucro Líquido (Prejuízo)***

O prejuízo líquido consolidado da Companhia totalizou R\$2,1 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que representou um aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que o prejuízo líquido totalizou R\$4 milhões.

Esta variação decorre, principalmente, do resultado das atividades descontinuadas, que apresentaram prejuízo líquido de R\$ 2,2 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um lucro de R\$ 0,9 bilhão no mesmo período de 2022.

### **Exercícios social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

#### ***Receita de venda de bens e serviços***

A receita de venda de bens e serviços do GPA totalizou R\$ 17,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumentando em 6,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, ambos os anos estão ajustados pelo IFRS-5 com a descontinuidade das operações de hipermercados e do Grupo Êxito. Essas receitas são provenientes das operações de supermercados do GPA Brasil e seus negócios complementares (James Delivery, Stix Fidelidade e Cheftime).

O crescimento observado do GPA é resultado da seguinte performance das bandeiras de supermercados: (i) Pão de Açúcar, com representatividade de 44% do total, com aumento de 7,8%; (ii) Mercado Extra e Compre Bem, com representatividade de 31% do total, com aumento de 16,6%; e (iii) Proximidade, com representatividade de 14% do total, com incremento de 18,9%. Essa performance das bandeiras é consequência da expansão orgânica, que em 2022 contou com 72 aberturas de lojas, sendo 44 lojas de proximidade, assim como o crescimento de vendas mesmas lojas. Os outros negócios da Companhia, que representam 10,8% do total, apresentaram redução de 26,6%, principalmente diante do menor fluxo de clientes nos postos de gasolina (81,3% dos outros negócios), com as reformas das lojas de hipermercado após a transação de venda para o Assaí Atacadista.

#### ***Lucro Bruto***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto totalizou R\$ 4,3 bilhões, redução de 1,3% diante do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A margem bruta atingiu 23,2%, patamar 1,8 p.p. inferior a 2021. O resultado bruto foi impactado pela alta inflação de alimentos de dois dígitos do período, com reflexo nos custos de mercadorias, mão de obra e de transporte para abastecimento das lojas, assim como o não repasse da totalidade da inflação no preço de venda.

#### ***Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas***

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 3,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um patamar bem próximo dos níveis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Como percentual da receita de venda de bens e serviços, as despesas apresentaram diluição, passando de 20,1% em 2021 para 19,0% em 2022. A eficiência capturada no período é resultado do projeto de redução de despesas na sede e lojas.

### ***Outras Despesas Operacionais, líquidas***

As Outras Despesas Operacionais, líquidas, atingiram R\$ 435 milhões em 2022 em comparação com R\$ 169 milhões em 2021. O aumento das outras despesas está relacionado com R\$ 284 milhões de despesas excepcionais ocorridas no 4T22, sendo: (i) R\$ (132) milhões relacionado a reavaliação de contingências possíveis de ICMS. Em outubro de 2022, o STF não recebeu recurso no qual se discutia o direito ao crédito de ICMS sobre energia elétrica de setores essenciais e produtivos da operação. Após essa decisão, a Companhia reavaliou os casos nos quais se discute o mesmo tema; (ii) R\$ (99) milhões referente a complemento do saldo de provisões para demandas trabalhistas, com o incremento relacionado a atualização de premissas considerando o valor das condenações mais recentes. Adicionalmente, ressaltamos que, apesar da complementação do saldo, foi observada tendência de queda de novas ações trabalhistas desde o 3T22; e (iii) R\$ (53) milhões referente a despesas com reestruturação e projeto de *resizing* da sede e lojas.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 750 milhões em comparação com uma despesa de R\$ 622 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em relação a receita de venda de bens e serviços, o resultado de 2022 representou -4,3% vs. -3,8% em 2021, esse aumento observado é consequência, principalmente, do maior custo de dívida em função do aumento do CDI no período.

### ***Lucro Líquido (Prejuízo)***

O prejuízo líquido consolidado do GPA totalizou R\$ 4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em comparação com um lucro líquido de R\$ 960 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A redução do lucro líquido é explicada, principalmente, pela pressão na margem bruta e aumento das outras despesas operacionais, conforme detalhado anteriormente.

## **ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021**

(em milhões de R\$)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	549	(216)	2.728
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.583)	2.834	(77)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(1.705)	(4.703)	(2.743)
<b>Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.739)</b>	<b>(2.085)</b>	<b>(92)</b>
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	89	(568)	(345)

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício  
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

5.621	8.274	8.711
<u>2.971</u>	<u>5.621</u>	<u>8.274</u>

## **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**

### Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais da Companhia foi de R\$549 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou uma aplicação de R\$216 milhões. Esta variação decorre, principalmente, (i) da linha de alienação do imobilizado e intangível, que havia apresentado uma aplicação de R\$ 2.6 bilhões em 2022 e uma aplicação de R\$ 14 milhões em 2023; (ii) da linha de lucro (prejuízo) líquido do período, que apresentou uma aplicação de R\$ 4 milhões em 2022 e uma aplicação de R\$ 2.134 milhões em 2023, devido principalmente ao resultado das atividades descontinuadas.

### Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento da Companhia foi de R\$1.583 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representa uma diminuição em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que o caixa líquido gerado totalizou R\$2.834 milhões. Esta variação decorre, principalmente, do efeito decorrente (i) da alienação das lojas Extra Hiper e imóveis no valor de R\$ 4.560 milhões ocorrido em 2022; e (ii) da saída de caixa da subsidiária Éxito.

### Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia foi de R\$1.705 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representa uma diminuição em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que totalizou R\$4.703 milhões. Esta variação decorre, principalmente, (i) de uma captação de empréstimos e financiamentos no período em um valor de R\$1.718 milhões, valor este maior em R\$ 173 milhões em comparação com o mesmo período em 2022, (ii) de pagamentos de empréstimos e financiamentos no período em um valor de R\$1.416 milhões, montante este menor de R\$ 2.408 milhões em comparação com o mesmo período de 2022, e (iii) de pagamentos passivo de arrendamento e juros, que totalizaram R\$ 1.166 milhões, montante de R\$ 212 milhões menor do que no mesmo período de 2022.

## **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

#### Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$216 milhões, que representa uma diminuição em relação ao caixa líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que totalizou R\$2.728 milhões. Essa variação decorreu, principalmente: (i) do efeito não caixa de juros incorridos e encargos de variações monetárias no valor de R\$ 1.696 milhões; (ii) do efeito não caixa de depreciação e amortização no valor de R\$1.902 milhões; (iii) do efeito não caixa das provisões para demandas judiciais no valor de R\$1.523 milhões; (iv) compensado em parte pelo ganho na alienação do imobilizado no valor de R\$2.569 milhões.

#### Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de investimentos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$2.834 milhões, que representa um aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que o caixa líquido aplicado totalizou R\$77 milhões. Essa variação decorreu, principalmente pela alienação das lojas Extra Hiper e imóveis no valor de R\$ 4.560 milhões. O efeito foi compensado em parte pelo investimento em abertura de lojas, manutenção, e aquisição de propriedades para investimento no valor de R\$ 1.726 milhões.

#### Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$4.703 milhões, que representa um aumento em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que totalizou R\$2.743 milhões. A Companhia recebeu R\$1.545 milhões em empréstimos e financiamentos. As captações foram compensadas principalmente: (i) por pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de R\$3.824 milhões; (ii) pagamento de arrendamentos e juros no valor de R\$1.378 milhões; (iii) pagamento de juros sobre empréstimos no valor R\$755 milhões; (iv) pagamento de dividendos no valor de R\$265 milhões.

## 2.2. Os diretores devem comentar:

### a. resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são provenientes das operações do GPA Consolidado, composto pelo GPA Brasil e Outros negócios. As informações da receita por mercado de atuação para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 são as seguintes:

Receita de vendas de bens e serviços (R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
<b>Consolidado</b>	<b>19.250</b>	<b>17.321</b>	<b>16.298</b>
<b>Subtotal Multivarejo<sup>(1)</sup></b>	<b>19.181</b>	<b>17.250</b>	<b>16.228</b>
Pão de Açúcar	8.682	7.629	7.079
Extra/ Compre Bem <sup>(2)</sup>	5.832	5.339	4.580
Proximidade <sup>(3)</sup>	2.969	2.476	2.082
Postos/ Drogarias/ Delivery	1.698	1.806	2.487
<b>Outros Negócios<sup>(4)</sup></b>	<b>69</b>	<b>71</b>	<b>70</b>
<b>Éxito</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui a linha outros negócios.

<sup>(2)</sup> Inclui vendas do Extra Supermercado, Mercado Extra e Compre Bem.

<sup>(3)</sup> Inclui vendas do Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar.

<sup>(4)</sup> Inclui as vendas do James Delivery, Cheftime e Stix Fidelidade.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita de venda de bens e serviços, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

### b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

### c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Para informações acerca do impacto da deflação na receita de venda de bens e serviços, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

**2.3. Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

A Companhia não teve mudanças significativas em suas práticas contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

A Companhia não teve opiniões modificadas ou ênfases no relatório do auditor para exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

**(i) Descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper e transação de venda de ativos com Sendas**

Como parte do segmento do Varejo, a Companhia opera diferentes formatos de lojas, incluindo, antes do início da transação ora descrita com a Sendas Distribuidora S.A. (“Assaí”), 103 lojas Extra Hiper, que operavam no modelo de hipermercados. Em linha com a estratégia de otimizar sua plataforma de lojas e alocar recursos relevantes para acelerar o crescimento das bandeiras mais lucrativas, a administração da Companhia decidiu em 2021 por descontinuar a operação de lojas com a bandeira Extra Hiper.

Desta forma, conforme fatos relevantes publicados em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e da Sendas Distribuidora S.A. (“Assaí”) a celebração de contrato de cessão de direitos de exploração de 66 pontos comerciais entre a Companhia e Sendas, localizados em diversos estados, envolvendo imóveis próprios e locados de terceiros.

A transação foi realizada da seguinte forma: (i) transferência do fundo de comércio de 66 lojas a Sendas pelo valor de R\$3,9 bilhões; e (ii) venda de 17 imóveis a um fundo imobiliário, com garantia e posterior aluguel pelo Assaí, no valor de R\$1,2 bilhão.

Adicionalmente, a Companhia realizou, junto a instituições bancárias, operações de cessões de recebíveis das parcelas residuais devidas pelo Assaí, sendo que o montante total devido pelo Assaí à Companhia pela aquisição de todos os 66 fundos de comércio já foi integralmente recebido pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

Ainda, em complemento a esta transação, das 37 lojas remanescentes Extra Hiper, a Companhia decidiu pela conversão de 25 pontos comerciais para outras bandeiras de maior rentabilidade (Pão de Açúcar e Mercado Extra) e encerramento ou venda das lojas remanescentes.

A transação está detalhada na nota 1.1 das demonstrações financeiras anuais de 2022 emitidas em 27 de fevereiro de 2023.

Embora o processo de alienação dos ativos relativos às lojas Extra Hiper tenha se iniciado em 2021, para fins de descontinuidade da operação sob o aspecto contábil tem-se que parte substancial da alienação se completou no primeiro trimestre de 2022, com o abandono e entrega de 86% do total de lojas ao Assaí.

Portanto desde o primeiro trimestre de 2022, o ganho líquido na alienação dos ativos e o resultado da linha de negócios de hipermercados estão sendo apresentados como operação descontinuada

(linha de negócio Extra Hiper), bem como as demonstrações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas, em uma única linha na demonstração do resultado, conforme previsto no IFRS5/CPC31.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita no valor de R\$3,9 bilhões, além das baixas de ativos correspondentes ao montante de R\$1.035 milhões e despesas de R\$1.345 milhões (sendo R\$566 milhões relacionadas à demissão de colaboradores, R\$95 milhões cancelamento de contratos e R\$684 milhões outras despesas relacionadas a transação – custos relacionados a transação, baixa de saldos de outras contas dos balanços relacionadas as lojas e de desmobilização), gerando o resultado líquido da transação no valor de R\$1.564 milhões registrado no resultado de Operações Descontinuadas (nota 33 das demonstrações financeiras anuais de 2022 emitidas em 27 de fevereiro de 2023).

**(ii) Transação de segregação e descontinuação das operações da Controlada Êxito na Companhia.**

Em 5 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento do resultado de estudos preliminares para eventual segregação da Companhia e do Êxito, autorizando a Administração a finalizar os estudos acerca dessa transação, bem como a avaliar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, incluindo todas as providências para a criação dos programas de BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*) e ADRs (*American Depositary Receipts*) do Êxito no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente.

Conforme plano elaborado pela Administração, a transação ocorreu por meio de uma redução de capital do GPA com o objetivo de distribuir aproximadamente 83% das ações do Êxito atualmente detidas pelo GPA aos seus acionistas. Desta forma, após a distribuição das ações, o GPA mantém, nesta data, participação minoritária de aproximadamente 13% no Êxito.

Assim, conforme o CPC 31/IFRS 5, a controlada Êxito e suas subsidiárias são apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2022 emitidas em 27 de fevereiro de 2023 como ativos mantidos para distribuição no balanço patrimonial e operações descontinuadas no resultado do exercício.

Em agosto de 2023, foi concluída a segregação do Êxito com a distribuição de, aproximadamente, 83% da participação detida pelo GPA aos seus acionistas. Desta forma, a partir desta data, o GPA passou a deter uma participação de 13,3% no capital do Êxito, que conseqüentemente passa a ser contabilizada na linha de aplicações financeiras no ativo circulante.

Em 13 de outubro de 2023 o Conselho de Administração do GPA aprovou a celebração de um pré-acordo para a venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Êxito de 13,3% por US\$ 156 milhões para o Grupo Calleja, detentor do grupo varejista de supermercados líder em El Salvador que opera sob a marca Super Selectos. A venda ocorreu no âmbito de uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) lançada pelo Grupo Calleja na Colômbia e Estados Unidos da América em dezembro de 2023 com objetivo de aquisição de 100% do capital do Êxito, tendo sua liquidação ocorrido em janeiro de 2024.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em setembro de 2023, o Casino propôs ao Conselho de Administração da Companhia iniciar negociações para a compra da participação detida pelo GPA na Cnova N.V. A proposta do controlador, em conjunto da ausência por parte do GPA de obrigação financeira atual ou futura perante a CNova e a intenção de alienação deste ativo, levaram à reversão dos prejuízos acumulados não caixa. A operação foi concluída no terceiro trimestre de 2023. Para mais informações vide item 1.11 deste Formulário de Referência.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não aplicável, em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais além daquelas já descritas no item 'a' acima. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**a. informar o valor das medições não contábeis**

**I. EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada**

O LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) ou EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado (i) pelo resultado financeiro líquido, (ii) pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e (iii) pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita de venda de bens e serviços.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA acima mencionado ajustado por (i) Outras Despesas Operacionais, líquidas, e (ii) Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas, conforme descritas no item (b) abaixo.

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício/período que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício. A Administração utiliza a medida em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita de venda de bens e serviços.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelo IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(R\$ milhões, exceto %)	2023	2022	2021
EBITDA	(410)	1.318	1.799
Margem EBITDA	(2,1)%	7,6%	11,0%
EBITDA Ajustado	2.023	895	1.162
Margem EBITDA Ajustada	10,5%	5,2%	7,1%

## II. Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados

A Dívida Bruta é uma medição não contábil, a qual é calculada pela soma dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures e notas promissórias, circulantes e não circulantes.

A Dívida Líquida é uma medição não contábil calculada pela Dívida Bruta deduzida pela soma dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados é calculada com base na Dívida Líquida subtraída dos descontos de recebíveis não antecipados, que consistem em saldos das administradoras de cartões de crédito contabilizados na rubrica de contas a receber da Companhia. A Administração entende que estes saldos poderiam simplesmente ser prontamente convertidos em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelo IFRS, e não devem ser considerados como substitutos como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida e da Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(R\$ milhões)	2023	2022	2021
Dívida Bruta	(5.273)	(5.863)	(9.051)
Dívida Líquida	(2.302)	(2.112)	(777)
Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados	(2.185)	(2.029)	(697)

**b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**I. EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada**

<i>(R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	(2.134)	(4)	960
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.009	750	623
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(418)	(454)	(725)
(+) Depreciação e Amortização	1.133	1.026	941
<b>EBITDA</b>	<b>(410)</b>	<b>1.318</b>	<b>1.799</b>
Receita de venda de bens e serviços	19.250	17.321	16.298
<b>Margem EBITDA</b>	<b>(2,1)%</b>	<b>7,6%</b>	<b>11,0%</b>

<i>(R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	(2.134)	(4)	960
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.009	750	623
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(418)	(454)	(725)
(+) Depreciação e Amortização	1.133	1.026	941
(+) Outras receitas e despesas operacionais, líquidas <sup>(1)</sup>	213	434	168
(+) Lucro/Prejuízo líquido das operações descontinuadas <sup>(2)</sup>	2.220	(857)	(805)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.023</b>	<b>895</b>	<b>1.162</b>
Receita de venda de bens e serviços	19.250	17.321	16.298
<b>Margem EBITDA Ajustada / Receita de venda de bens e serviços</b>	<b>10,5%</b>	<b>5,2%</b>	<b>7,1%</b>

<sup>(1)</sup> As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

<sup>(2)</sup> As operações descontinuadas fazem referência: nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, ao resultado líquido da operação dos hipermercados e drogarias Extra devido ao processo de descontinuidade destas operações, assim como ao resultado líquido

da operação do Grupo Éxito, devido ao processo de cisão entre as atividades da Companhia e do Almacenes Éxito S.A.

## II. Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipado

(R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Empréstimos e Financiamentos (circulante)	(941)	(980)	(381)
Debêntures (circulante)	(31)	(21)	(1.089)
Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	(983)	(2.204)	(4.058)
Debêntures (não circulante)	(3.319)	(2.658)	(3.524)
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(5.273)</b>	<b>(5.863)</b>	<b>(9.051)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.971	3.751	8.274
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(2.302)</b>	<b>(2.112)</b>	<b>(777)</b>
Descontos de Recebíveis	117	83	80
<b>Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados</b>	<b>(2.185)</b>	<b>(2.029)</b>	<b>(697)</b>

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são utilizados como medidas de desempenho, pois a administração da Companhia acredita que sejam medidas práticas para aferir o seu desempenho operacional.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados/revisados. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada auxiliam o entendimento de sua condição financeira e dos resultados de suas operações, sendo utilizadas internamente como medidas para avaliar a produtividade e eficiência, provando ser úteis para avaliar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada proporcionam aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade

de cumprir suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à Dívida Bruta, à Dívida Líquida e à Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados elaboradas por outras empresas. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados são usadas pela Companhia respectivamente para fins contratuais (Covenant) e para apresentação nos documentos ao mercado.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida Incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituto indicador de liquidez ou desempenho.

## **2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

### ***Venda da Participação na CNova N.V.***

A Companhia concluiu, em 27 de novembro de 2023, as negociações para a venda da sua participação societária indireta na CNova N.V. (“CNova”) para seu acionista controlador, o Casino Guichard Perrachon (“Casino”). A liquidação da Transação ocorreu em 30 de novembro de 2023.

O valor da transação será pago em duas parcelas, tendo sido a primeira à vista, representando 80% do montante total devido, correspondendo a € 8 milhões (R\$ 42,8 milhões, considerando a cotação do Euro para o Real de R\$5,351, com base em 24 de novembro de 2023), e a segunda parcela representando o restante do preço, no valor de € 2 milhões (R\$ 10,7 milhões, considerando a cotação do Euro para Real de R\$5,385, com base em 27 de março de 2024), foi paga em 27 de março de 2024.

Além dos valores acima, foi acordado o pagamento de parcela variável (“Equalization Payment”) no caso de uma transação subsequente (“Transação Subsequente”) envolvendo a venda da participação detida pelo Casino em CNova ou uma reorganização societária da CNova no prazo de 18 (dezoito) meses, contado a partir da Data de Liquidação. O objetivo do *Equalization Payment* é possibilitar à Companhia capturar a potencial valorização suplementar do ativo em uma Transação Subsequente, visando o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

O cálculo do *Equalization Payment* considera, entre outros fatores, a diferença entre o valor implícito na transação de € 29,4 milhões (R\$ 157,4 milhões) por 100% do capital da CNova, em comparação ao valor a ser atribuído por 100% do capital em uma potencial Transação Subsequente, cabendo à Companhia, no caso de variação positiva, o recebimento da diferença considerando a sua participação de 34% que detinha na CNova no momento da assinatura do contrato referente à presente Transação (“Diferença”). O montante devido pelo Casino a título de *Equalization Payment* corresponde a 100% da Diferença caso a Transação Subsequente seja efetuada nos primeiros 12 meses desde a Data de Liquidação da Transação, 75% se efetuada entre 13º e o 15º mês, e 50% se efetuada entre o 16º e o 18º mês.

Os valores colocados neste item consideram a cotação do Euro para o Real de R\$5,351, com base em 24 de novembro de 2023.

### ***Venda da Participação no Almacenes Éxito S.A.***

Em 13 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um pré-acordo com o Grupo Calleja (“Pré-Acordo”), detentor do grupo varejista de supermercados líder em El Salvador que opera sob a marca Super Selectos (“Comprador”), para venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”), correspondente a 13,31% do capital social do Éxito, no âmbito de uma oferta pública de aquisição lançada pelo Comprador na Colômbia e nos Estados Unidos da América para aquisição de 100% das ações do Éxito, sujeita à aquisição de pelo menos 51% das ações (“OPA”). Sociedades do

grupo Casino, que possuem 34,05% do capital social do Éxito, também são partes do Pré-Acordo e se comprometeram a vender sua participação na OPA.

O valor da OPA, considerando a totalidade das ações do Éxito, foi de US\$1.175 milhões, equivalente a US\$0,9053 por ação, sendo US\$156 milhões (correspondente a R\$790 milhões) referente à participação do GPA, pago pelo Comprador em dinheiro.

A OPA foi aberta em dezembro de 2023 e sua liquidação ocorreu em 23 de janeiro de 2024.

**2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

**a. regras sobre retenção de lucros**

**b. regras sobre distribuição de dividendos**

**c. periodicidade das distribuições de dividendos**

**d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

**e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>O Estatuto Social estabelece as seguintes deduções do lucro da Companhia, nesta ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda; e</li><li>(b) a importância a ser distribuída aos empregados e administradores a título de participação nos resultados da Companhia.</li></ul> <p>Após tais deduções, o lucro da Companhia terá as seguintes destinações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) 5% para a formação de reserva legal;</li><li>(b) importâncias destinadas a reservas para contingências, caso assim deliberado pela Assembleia Geral;</li><li>(c) 25% para pagamento do dividendo obrigatório.</li></ul> <p>Após as destinações acima, o lucro que não for utilizado para constituir Reserva para Expansão nos termos do Estatuto Social (limitada a 100% do valor do capital social) ou que seja objeto de retenção nos termos dos artigos 195-A (Reserva de Incentivos Fiscais) e 196 (Retenção de Lucros) da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo adicional.</p>		
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	<p>Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.</p>	<p>Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.</p>	<p>Conforme deliberado em AGOE realizada em 27 de abril de 2022, do lucro líquido de R\$802.326.854,48, forem destinados: (a) R\$40.116.342,72 à Reserva Legal; (b) R\$ 437.737.929,80 à reserva de Incentivos Fiscais; (c) R\$ 95.433.112,34 à título de dividendo mínimo obrigatório, sendo R\$81.118.145,49 o valor líquido de tributos; e (d) R\$229.039.469,62 à Reserva de Expansão</p>

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
<b>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.	Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.	(a): 5,00% (b): 54,56% (c): 11,89% (d): 28,54
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>Nos termos da lei e do Estatuto Social, a Companhia pode pagar dividendos oriundos:</p> <p>(a) do lucro líquido apurado no exercício fiscal;</p> <p>(b) do lucro líquido acumulado em exercícios fiscais anteriores, ou em qualquer semestre e/ou trimestre de um exercício fiscal anterior; ou</p> <p>(c) de reservas de lucro de exercícios fiscais anteriores ou do primeiro semestre de um exercício fiscal.</p> <p>Neste caso, “reservas de lucro” significa qualquer reserva para expansão, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, montantes destinados para orçamento de investimentos aprovado por deliberação de acionistas, ou reserva de lucro a realizar, não incluindo qualquer reserva legal.</p> <p>Os dividendos são declarados em Assembleia Geral Ordinária, de acordo com a recomendação do Conselho de Administração e devem ser disponibilizados aos acionistas no prazo definido pela Assembleia que deliberou sobre sua declaração.</p> <p>A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observada a taxa e os limites definidos em lei, sendo certo que os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio comporão o montante dos dividendos mínimos obrigatórios.</p> <p>Nos termos do Estatuto Social vigente à época da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovou a distribuição dos dividendos e da Lei das Sociedades por Ações, cada acionista conta com o prazo de 3 anos, a contar da data em que o pagamento do dividendo é devido, para reclamar o seu pagamento, após o qual a Companhia não será mais responsável pelo pagamento.</p> <p>A apuração do lucro líquido (ou prejuízo líquido, conforme o caso) e a destinação para reservas em qualquer exercício fiscal foram determinadas com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes.</p>		
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Em regra, a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios será anual. Não obstante, poderão ser declarados dividendos intermediários pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do § 3º do artigo 32 do Estatuto Social. A decisão sobre eventual distribuição de dividendos intermediários será tomada pelo Conselho de Administração, a depender da situação financeira e econômica da Companhia.</p>		
<b>d. Eventuais restrições</b>	As escrituras da 18ª e da 19ª emissão de debêntures e um contrato de empréstimo bancário preveem cláusula restritiva que limita a distribuição de dividendos acima do mínimo legal, ressalvadas determinadas exceções expressamente previstas em tais documentos. Para mais informações,	As escrituras da 18ª e da 19ª emissão de debêntures e um contrato de empréstimo bancário preveem cláusula restritiva que limita a distribuição de dividendos acima do mínimo legal, ressalvadas determinadas exceções expressamente previstas em tais documentos. Para mais informações,	O instrumento de escritura da 17ª emissão de debêntures e um contrato de empréstimo bancário preveem cláusula restritiva que limita a distribuição de dividendos acima do mínimo legal. Para mais informações, vide itens 2.1.iv e 12.3 deste Formulário de Referência.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
	vide itens 2.1.iv e 12.3 deste Formulário de Referência.	vide itens 2.1.iv e 12.3 deste Formulário de Referência.	
<b>e. Política de destinação de resultados</b>	A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.		

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos três últimos exercícios sociais.

**ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos três últimos exercícios sociais.

**iii. contratos de construção não terminada**

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia dos três últimos exercícios sociais.

**iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos três últimos exercícios sociais.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos três últimos exercícios sociais.

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**b. natureza e o propósito da operação**

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O Plano de Investimentos para o GPA Consolidado para o ano de 2024 totaliza R\$600 milhões, para (i) conversão, abertura e reforma de lojas; (ii) inovação e aceleração dos projetos de transformação digital, incluindo sistemas, marketplace, last milers e novos CD's; (iii) infraestrutura em TI, logística e outros projetos de melhoria da eficiência; e (iv) *real estate*.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do seu fluxo de caixa operacional, Reserva de Expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, notas promissórias e monetização de ativos maduros ou *non-core*.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A Companhia está atualmente realizando a venda de determinados ativos *non-core*, como parte do seu plano de redução da sua alavancagem financeira. Desta forma, durante o ano de 2023, a Companhia concluiu a venda de, dentre outros ativos: (i) 11 lojas, por meio de *sale and leaseback*; (ii) terreno situado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (iii) participação societária detida na Cnova N.V. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia segue em negociação para a venda de outros ativos *non-core*, sendo que iniciou a negociação da venda de postos de gasolina de sua titularidade em diversas regiões do Brasil e do imóvel onde está localizada a sua sede administrativa.

**iv. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há eventos a divulgar.

**v. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**vi. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Questões ASG são um dos pilares estratégicos de negócio do GPA, possuindo a Companhia um time dedicado a tais questões e um plano de ação validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Diversidade e pelo Conselho de Administração, o qual conta com atividades, metas e compromissos para os próximos anos.

O planejamento ASG da Companhia engloba aspectos relacionados a cinco pilares de atuação: diversidade e inclusão, impacto social, cadeias de valor, mudanças climáticas e ética e transparência. Para execução de ações relacionadas a esses pilares, a Companhia conta com investimentos em diferentes áreas, o que permite a constante evolução dos processos e políticas em linha com os compromissos estabelecidos.

Além do investimento que a Companhia realiza diretamente em ações voltadas aos temas de ASG e do constante estudo de oportunidades de melhoria de nossos negócios visando a minimização de impactos negativos e a potencialização de impactos positivos, o GPA possui como uma de suas metas de remuneração variável importantes temas de ASG, quais sejam, o aumento do percentual de mulheres em cargos de liderança (gerência e acima) e a redução de emissões de CO<sub>2</sub>, direcionando o esforço coletivo da companhia neste tema.

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste item 2.

**ANEXO II**

**Proposta de remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal  
(Item 8 do Formulário de Referência)**

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*[Anexo segue na página seguinte]*

## **8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2019, alterada em 31 de maio de 2022 (“Política de Remuneração”), com objetivo de estabelecer as diretrizes para remunerar os membros da administração de acordo com as práticas de mercado e, conseqüentemente, possibilitar a atração e retenção de profissionais qualificados e o seu envolvimento alinhado com os interesses da Companhia, norteadas pelos seguintes critérios:

- (i) Responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, quando instalado, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) Tempo dedicado às suas funções;
- (iii) Competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e
- (iv) Valor de seus serviços no mercado.

Adicionalmente, nos termos da Política de Remuneração, a remuneração dos membros da administração poderá ser composta pelos seguintes elementos:

- (i) Remuneração fixa;
- (ii) Benefícios diretos e indiretos, correspondentes a plano de assistência médica, seguro de vida, check-up, benefício para alimentação, entre outros;
- (iii) Remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos Lucros e Resultados);
- (iv) Remuneração variável de longo prazo; e
- (v) Benefícios pós-emprego, correspondentes à contrapartida em plano de previdência privada para optantes.

A Política de Remuneração será atualizada oportunamente para incluir a possibilidade da remuneração variável de longo prazo incluir planos de remuneração baseado em ações, conforme

novo plano de incentivo que está sendo submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024.

A Política de Remuneração encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)), e nas páginas eletrônicas da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>).

**b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Nos termos do art. 152 da Lei das S.A. e da Política de Remuneração da Companhia, a Assembleia Geral é responsável por fixar a remuneração global da administração, bem como do Conselho Fiscal, quando instalado, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral entre os órgãos da administração, sendo vedado aos membros do Conselho de Administração que também ocuparem cargo de diretor, ainda que provisoriamente, intervirem no processo de determinação de sua própria remuneração como diretor.

Também compete à Assembleia Geral aprovar planos de opção de compra de ações e de remuneração baseados em ações com entrega diretamente em ações, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a criação dos programas, estabelecendo suas condições e beneficiários.

Ainda, a Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Tais recomendações são submetidas ao Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG), responsável pelo encaminhamento e aconselhamento referente a temas de remuneração da Administração, bem como funcionários e executivos não estatutários. Dessa forma, o Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG) e o Conselho de Administração avaliam a adequação da remuneração paga de forma anual para o Conselho de Administração e para a Diretoria, como um todo, contando com a assessoria, quando necessária, de consultoria de remuneração contratada para tanto.

Em relação à remuneração individual, o Conselho de Administração da Companhia acompanha todo o processo decisório para definir as referências salariais de cada um dos cargos, conforme práticas de mercado, e aplicável aos administradores conforme as regras de governança da Companhia.

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Conforme informado no item “a” acima, a Política de Remuneração estabelece os critérios adotados para remuneração dos administradores, a saber:

- (i) Responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, quando instalado, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) Tempo dedicado às suas funções;
- (iii) Competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e
- (iv) Valor de seus serviços no mercado.

Ademais, a Companhia contrata empresas especializadas para realizar ou prover acesso a estudos e realizar a avaliação e comparação da posição a ser remunerada de acordo com a prática de mercado (tendo sido aferidas para o exercício de 2022, último ano de sua aplicação, através da Pesquisa *Top Exec* da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação, bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos).

No que tange à remuneração variável dos Diretores estatutários, a Companhia realiza os pagamentos nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não financeiros, independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 8.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio Diretor estatutário, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

Ao analisar o valor da remuneração total de um membro da Diretoria, é necessário destacar que a Companhia referenda a Política de Remuneração de maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais a Companhia se compara (maiores grupos econômicos do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração ao Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG) e ao Conselho de Administração.

### **iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, realizadas por renomadas consultorias externas especializadas e contratadas para tal.

A remuneração mensal, os parâmetros e referências disponibilizadas pela consultoria especializada são avaliados anualmente e comparados ao efetivamente praticado pela Companhia. Com base nestas análises, a área dedicada a temas de remuneração e estrutura recomenda propostas ao Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG) e ao Conselho de Administração, de modo a manter a competitividade da Companhia e aderência à estratégia estabelecida.

### **c. composição da remuneração, indicando:**

#### **i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

##### **Conselho de Administração**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por uma parcela fixa, que é reajustada periodicamente com base no valor usualmente pago pelo mercado, incentivando tais profissionais a manterem a excelência no exercício de suas funções e a contínua busca pela melhoria dos resultados.

Para o exercício de 2024, a Companhia não possui remuneração para o Conselho de Administração além da remuneração fixa.

##### **Diretoria Estatutária e não estatutária**

A remuneração da Diretoria é composta de uma parcela fixa e uma parcela variável. Com relação à parcela fixa, esta é calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizada pelas consultorias externas contratadas pela Companhia.

Os diretores fazem jus a um pacote de benefícios compatível àqueles oferecidos pelo mercado a profissionais que ocupam cargos de administração em outras companhias, que incluem reembolso odontológico, avaliação médica (*check-up*), segurança, vale refeição, previdência privada, seguro de vida, plano de saúde e seguro social, além de serem beneficiários do seguro D&O informado no item 7.7 do Formulário de Referência. O valor do prêmio do seguro D&O não está considerado nos valores constantes do item 8.2 do Formulário de Referência.

A remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos lucros e resultados), é realizada mediante pagamento anual vinculado aos resultados do exercício da Companhia, sendo pago tanto para a Diretoria estatutária quanto para a não estatutária. O montante a ser pago pode variar de 0% a 200%, sendo que tal valor é determinado com base no desempenho da Companhia e do próprio membro da Administração. Atualmente, o valor *target* do componente de remuneração variável representa aproximadamente 30% da remuneração direta anual dos executivos.

A remuneração variável de longo prazo (correspondente ao plano de incentivos atrelados a ações e de opção de compra de ações da Companhia) tem como objetivo estimular e incentivar a eficiência, produtividade, resultado e comprometimento dos Diretores estatutários e não estatutários na sua atuação. O montante a ser pago em decorrência dos planos pode variar de 0% a 200%, sendo que tal valor é determinado com base em critérios discricionários/subjetivos, levando em conta a contribuição dos executivos diante dos objetivos estratégicos da Companhia. Atualmente, o valor *target* do componente de remuneração em ações representa aproximadamente 30% da remuneração direta anual dos executivos.

A administração da Companhia entende que os componentes da remuneração estão em linha com os princípios da Companhia, e são satisfatórios para atingir os objetivos da Companhia expostos em sua Política de Remuneração, de geração de valor a curto e longo prazo para a Companhia e seus acionistas.

### **Conselho Fiscal**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado por solicitação da Assembleia Geral, será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

### **Comitês Não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração**

#### **Comitê de Auditoria**

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta por uma parcela de remuneração fixa calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo conforme as pesquisas de mercado realizadas pelas consultorias contratadas pela Companhia, bem como da participação e número de participação em reuniões nos respectivos órgãos administrativos, assim como a remuneração dos demais comitês.

Os membros do Comitê são beneficiários do seguro D&O informado no item 7.7 deste Formulário de Referência.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A administração da Companhia entende que os componentes da remuneração estão em linha com os princípios da Companhia e são satisfatórios para atingir os objetivos da Companhia expostos em sua Política de Remuneração.

Com relação à parcela fixa, esta é calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizada pelas consultorias externas contratadas pela Companhia. Para os casos do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, é considerado ainda a participação e número de participação em reuniões nos respectivos órgãos administrativos e/ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia.

A remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos lucros e resultados) é realizada mediante pagamento anual vinculado aos resultados do exercício da Companhia para a Diretoria estatutária. Para os membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, o pagamento vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades ou projetos específicos voltados à estratégia da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo tem como objetivo estimular e incentivar a eficiência, produtividade, resultado e comprometimento dos conselheiros e dos Diretores estatutários e não estatutários na sua atuação.

Por fim, os benefícios diretos e indiretos oferecidos pela Companhia têm por objetivo tornar o pacote remuneratório oferecido pela Companhia mais atraente para os profissionais que se pretenda atrair e reter em seus quadros.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos 3 (três) exercícios sociais:

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

% em relação à remuneração total						
	Salário Base	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração variável	Cessação do cargo	Planos de opção de compra de ações	Total
<b>Conselho de Administração</b>	92,90%	3,55%	0,00%	0,00%	3,56%	100,00%
<b>Diretoria</b>	69,87%	9,22%	13,71%	0,00%	7,21%	100,00%
<b>Conselho Fiscal</b>	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

% em relação à remuneração total						
	Salário Base	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração e variável	Cessação do cargo	Planos de opção de compra de ações	Total
Conselho de Administração	48,99%	2,99%	0,00%	26,00%	22,02%	100,00%
Diretoria	29,69%	7,36%	0,00%	55,45%	7,51%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Planos de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	71,71%	7,84%	0,00%	20,44%	100,0%
Diretoria	61,53%	2,32%	24,79%	11,35%	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas anualmente, por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração, inclusive para Diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Estas recomendações são submetidas ao Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG), responsável pelo encaminhamento e deliberação referente a temas de remuneração da administração, bem como funcionários e executivos não estatutários.

O Conselho de Administração elabora a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores.

No que tange à remuneração variável dos diretores, a Companhia realiza os pagamentos nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não financeiros, independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 8.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Visando cumprir com os objetivos da Política de Remuneração, que é remunerar de acordo com as práticas de mercado (tendo sido aferidas para o exercício de 2022 através da Pesquisa *Top Exec* da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país), possibilitando atrair e reter os melhores talentos em busca de excelência, cada elemento da remuneração considera os seguintes indicadores de desempenho na sua determinação:

- **Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos):** determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o *know-how*, soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo. A Companhia organiza sua estrutura por grades salariais e respectivos salários médios por cada um desses grades, buscando manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado.
- **Participação nos Resultados:** observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no seu plano de negócios, que leva em consideração resultados quantitativos e avaliação de desempenho dos diretores, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia, elaborado nos termos da Lei nº 10.101/2000. A título exemplificativo, nos últimos anos, a Companhia tem utilizado métricas baseadas nos seguintes indicadores para o cálculo dos valores a serem distribuídos no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados: Vendas Líquidas, NPS, Despesas Gerais Administrativas e de Vendas, EBITDA, Índice de Sustentabilidade (% Pessoas com Deficiências; % Mulheres na Liderança; Consumo de Energia), e *Market Share*. Para fins das métricas, alguns indicadores financeiros, dentre eles o lucro líquido, são baseados na norma contábil francesa, que é a norma utilizada pelo acionista controlador da Companhia para consolidação de suas subsidiárias, e que permite que todos os executivos do grupo sejam remunerados sob o mesmo critério.

Como se pode observar, parte desses indicadores são estritamente financeiros e os demais (que incluem parâmetros ESG) são fatores mensuráveis que contribuem para o resultado da Companhia

e, portanto, possuem uma correlação com o seu desempenho financeiro. Dada a independência entre os diversos indicadores, cabe notar que haverá a possibilidade de pagamento de valores aos diretores da Companhia no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados independentemente da distribuição de dividendos pela Companhia, com base nos indicadores de desempenho aplicáveis, nos termos dos Programas de Participação nos Resultados celebrados anualmente pela Companhia. Assim, especialmente nos exercícios em que há apuração de prejuízo líquido ou de lucro líquido abaixo das metas corporativas, é possível que o alcance de percentual superior a 100% no cumprimento das metas atribuídas aos indicadores não estritamente financeiros, compense, ainda que parcialmente, o não atingimento dos indicadores estritamente financeiros. O valor total pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados está previsto e limitado pelos termos e condições previstos nos referidos Programas.

O resultado dos indicadores de Grupo e dos indicadores Individuais é mensurado conforme alcances mínimo, *target* e máximo, estipulados e aprovados, respectivamente, Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG) e pelo Conselho de Administração. É a média de tais resultados que definirá a porcentagem a ser aplicada sobre o alvo dos Programas de Participação nos Resultados de cada indivíduo.

Para a apuração e determinação do valor a ser pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados, a Companhia aplica o método denominado *Performance Score* (alinhado internamente aos objetivos traçados pelo GPA e suas controladas), método que no ano de 2022 foi aplicado inclusive para todos os empregados da Companhia de média liderança (Coordenadores).

- **Remuneração baseada em ações:** informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações estão dispostas nos itens 8.4 e 8.9 do Formulário de Referência.

## **ii. razões que justificam a composição da remuneração**

Os elementos que compõem o pacote de remuneração da Companhia focam a atração e retenção de talentos, profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia, que poderão contribuir com os seus resultados.

Para tanto, no que tange à remuneração total de um membro da Diretoria, a Companhia referenda a Política de Remuneração de maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais a Companhia se compara (maiores grupos econômicos do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil.

## **iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

O Presidente do Conselho de Administração não recebe nenhum tipo de remuneração, tendo em vista a sua renúncia ao seu direito de receber qualquer remuneração.

**d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a remuneração de Administradores e membros dos comitês foi suportada integralmente pela Companhia, assim como o será no exercício de 2024.

**e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Com a conclusão da oferta pública de distribuição primária de ações de emissão da Companhia (“Oferta”), determinados executivos que estão envolvidos nos preparativos e demais atividades vinculadas à referida Oferta farão jus a um prêmio/bônus financeiro extraordinário, que no conjunto poderá representar até 1,75% do valor total da Oferta, observado o atingimento de determinadas condições a serem verificadas posteriormente ao referido evento societário.

**8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Social de 2024 (Prevista)</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	8,75	4	0	12,75
<b>Número de membros remunerados</b>	8,5	4	0	12,50
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base ("Fixo")	10.996.940,00	14.587.075,19		25.584.015,19
Benefícios Diretos e Indiretos		2.885.950,73		2.885.950,73
Remuneração por Comitês				
Outros (d.i)				
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus ("Remuneração Variável")				
Participação em Resultados		11.093.165,22		11.093.165,22
Remuneração por participação em Reuniões				
Comissões				
Outros (d.ii)				
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>				
<b>Remuneração baseada em ações</b>		30.807.240,57		30.807.240,57
<b>Total</b>	<b>10.996.940,00</b>	<b>59.373.431,71</b>	<b>0,00</b>	<b>70.370.371,71</b>
<b>Observações:</b> O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.2 do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2024.				

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Social de 2023</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	12	4	3	19
<b>Número de membros remunerados</b>	11	4	3	18
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base ("Fixo")	21.866.692,53	19.882.398,59	186.000,54	41.935.091,66
Benefícios Diretos e Indiretos	834.626,06	2.623.591,57		3.458.217,63
Remuneração por Comitês	-	-	-	-

Outros (d.i)	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus ("Remuneração Variável")	-	-	-	-
Participação em Resultados		3.900.272,99		3.900.272,99
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
Benefícios cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	837.399,89	2.051.851,61		2.889.251,50
Total	23.538.718,48	28.458.114,76	186.000,54	52.182.833,78
<b>Observações:</b> O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.b do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2023.				

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Social de 2022</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	12	4	3	19
<b>Número de membros remunerados</b>	11	4	3	18
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base ("Fixo")	30.357.866,30	9.426.336,60	432.000,00	40.216.202,90
Benefícios Diretos e Indiretos	1.851.465,24	2.336.754,70	-	4.188.219,94
Remuneração por Comitês	-	-	-	-
Outros (d.i)	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus ("Remuneração Variável")	-	-	-	-
Participação em Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
Benefícios cessação do exercício do cargo	16.114.039,00	17.604.897,29	-	33.718.936,29
Remuneração baseada em ações	13.646.000,00	2.383.000,00		16.029.000,00
Total	61.969.370,54	31.750.988,59	432.000,00	94.152.359,13
<b>Observações:</b> O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.b do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2022.				

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Social de 2021</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	9,67	2,83	2,58	15,08
<b>Número de membros remunerados</b>	8,67	2,83	2,58	14,08
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base ("Fixo")	24.233.299,21	17.360.180,83	432.000,00	42.025.480,04
Benefícios Diretos e Indiretos	2.650.518,78	655.727,30	0,00	3.306.246,08
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus ("Remuneração Variável")	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Resultados	0,00	6.994.532,46	0,00	6.994.532,46
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração baseada em ações</b>	6.907.644,00	3.201.608,00	0,00	10.109.252,00
<b>Total</b>	<b>33.791.461,99</b>	<b>28.212.048,59</b>	<b>432.000,00</b>	<b>62.435.510,58</b>
<b>Observações:</b> O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.b do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2022.				

### 8.3. Remuneração variável

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,75	4,00	0,00	12,75
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
<b>EM RELAÇÃO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	22.186.330,00	0,00	22.186.330,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	11.093.165,00	0,00	11.093.165,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	12,00	4,00	3,0	19,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,0	4,00
<b>EM RELAÇÃO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	22.176.448,00	0,00	22.176.448,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	11.088.224,00	0,00	11.088.224,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0	3.900.273,00	0,00	3.900.273,00

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	12,00	4,00	3,0	19,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,0	4,00
<b>EM RELAÇÃO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	17.261.355,00	0,00	17.261.355,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	8.630.678,00	0,00	8.630.678,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	9,67	2,83	2,58	15,08
Número de membros remunerados	0,00	2,83	0,00	2,83
<b>EM RELAÇÃO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	28.981.131,30	0,00	28.981.131,30
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	14.490.565,65	0,00	14.490.565,65
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	6.994.532,46	0,00	6.994.532,46

#### **8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

Em 9 de maio de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária (i) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Opção”); e (ii) a criação do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de Remuneração” e, em conjunto com o Plano de Opção Antigo e o Plano de Opção, os “Planos”). O Plano de Opção e o Plano de Remuneração tiveram ainda alterações aprovadas nas (i) Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015 e em 25 de abril de 2019 e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2019.

O montante a ser recebido por cada membro da Administração da Companhia, no âmbito dos Planos, é determinado de acordo com o nível de senioridade do executivo e faz parte do pacote de remuneração de cada membro da Administração.

Os montantes a serem recebidos por membros do Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente são previamente indicados nos contratos com eles firmados, levando em consideração pesquisas de mercado realizadas com instituições de renome. O montante a ser recebido pelos demais diretores estatutários é definido pelo Diretor Presidente, com base no montante total disponível para esse pagamento determinado pelo Conselho de Administração.

O montante a ser pago em decorrência dos Planos pode variar de 0% a 200%, sendo que tal valor é determinado com base em critérios discricionários/subjectivos, levando em conta a contribuição dos executivos diante dos objetivos estratégicos da companhia. Atualmente, o valor *target* do componente de remuneração em ações representa aproximadamente 25% da remuneração direta anual dos executivos.

Importante ressaltar que a Companhia está submetendo à aprovação dos acionistas, na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2023, um novo plano de remuneração baseado em ações com a consequente descontinuação dos planos vigentes, cujos termos e condições constam dos **Anexos III e IV** desta Proposta da Administração. Caberá ao Conselho de Administração aprovar os programas com base no plano aprovado em assembleia, sendo que o primeiro programa de remuneração baseado em ações – *performance shares*, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023, sujeito à aprovação do novo plano na assembleia.

Além do plano de remuneração a ser apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024, há um Programa de Incentivo de Longo Prazo para Diretoria Executiva da Companhia lastreado em *Phantom Shares* com pagamento em dinheiro, apurado com base em indicador de performance da ação definido com padrão de mercado, com período de *vesting* de 3 anos, com o objetivo de alinhar a diretoria com os ganhos de médio e longo prazo

dos acionistas. Referido programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2024 e será liquidado em dinheiro, não havendo previsão de transferência de ações. Em caso de saída do executivo antes do prazo de exercício, será pago *pro-rata*.

A seguir, a Companhia descreve os Planos que possuíam opções vigentes em 31 de dezembro de 2023.

## **PLANO DE REMUNERAÇÃO**

### **a. termos e condições gerais**

O Plano de Remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia para assessorá-lo na administração do Plano de Remuneração, dentre outras matérias (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que for necessário para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B” seguida de um número, sendo que a primeira outorga de opções de compra de ações sob os termos do Plano de Remuneração receberá a letra B1 e as séries subsequentes a letra B e o número subsequente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontravam-se em vigor opções outorgadas das séries B9 e B10 do Plano de Remuneração.

São elegíveis para participar do Plano de Remuneração os empregados e administradores da Companhia, assim como os empregados e administradores das sociedades integrantes do Grupo GPA que sejam considerados executivos-chave (“Participante”), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação no Plano de Remuneração não interfere nos rendimentos a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorários, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

### **b. data de aprovação e órgão responsável**

O Plano de Remuneração foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de maio de 2014, tendo sido aditado em assembleias gerais extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015, 24 de abril de 2019, e 30 de dezembro de 2019.

#### **c. número máximo de ações abrangidas**

Nos termos do Plano de Remuneração, as opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Remuneração poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Remuneração está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

#### **d. número máximo de opções a serem outorgadas**

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer as quantidades totais de opções a serem outorgadas por meio de programas, observado, no entanto, o número máximo de opções a serem outorgadas previstos no item (c) acima.

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

#### **e. condições de aquisição de ações**

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Remuneração (“Contrato de Opção”).

Para os fins do Plano de Remuneração, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Remuneração com a formalização do Contrato de Opção (“Data de Outorga”).

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia informando a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer, e somente poderá exercê-la durante Período de Exercício (conforme definido abaixo. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção (“Termo de Exercício de Opção”).

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício, observados os respectivos períodos de carência, conforme indicado no item (g) abaixo.

O Plano de Remuneração não prevê outras condições para permitir o exercício das opções outorgadas e consequente aquisição das ações.

#### **f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgada no âmbito do Plano de Remuneração é de R\$0,01 (um centavo) (“Preço de Exercício”).

#### **g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga (“Período de Carência”) e somente poderão ser exercidas no Período de Exercício que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga (“Período de Exercício”), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (k) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

#### **h. forma de liquidação**

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção (“Data de Aquisição das Ações”); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de desconto em folha de pagamento do Participante, observado que a data limite será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações (“Data de Pagamento”).

#### **i. restrições à transferência das ações**

O Plano de Remuneração não prevê restrições à transferência ou circulação das ações obtidas com o exercício das opções, ficando ressalvada a competência do Conselho de Administração para estabelecer tais restrições nos contratos de outorga que entender necessários.

#### **j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

As opções outorgadas nos termos do Plano de Remuneração extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício

integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Remuneração; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (k) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Remuneração venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Remuneração.

#### **k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Remuneração poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano Remuneração. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA, conforme o caso) por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Remuneração. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese de o Participante ser transferido da Companhia para outra sociedade do Grupo Pão de Açúcar, o Participante poderá exercer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da transferência, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

## **PLANO DE OPÇÃO**

### **a. termos e condições gerais**

O Plano de Opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelo Comitê (conforme definido acima).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “C” seguida de um número, sendo que a primeira outorga de opções de compra de ações recebeu a denominação “C1” e as séries

subsequentes a letra C e o número subsequente. Na data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções das séries C do Plano de Opção.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e administradores da Companhia, sendo certo que poderão também participar os empregados e administradores das sociedades integrantes do GPA que sejam considerados executivos-chave (“Participante”), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação do Participante no Plano de Opção não interfere na remuneração a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

#### **b. data de aprovação e órgão responsável**

O Plano de Remuneração foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de maio de 2014, tendo sido aditado em assembleias gerais extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015, 24 de abril de 2019, e 30 de dezembro de 2019.

#### **c. número máximo de ações abrangidas**

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Opção está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

#### **d. número máximo de opções a serem outorgadas**

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer as quantidades totais de opções a serem outorgadas por meio de programas, observado, no entanto, o número máximo de opções a serem outorgadas previstos no item (c) acima.

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

#### **e. condições de aquisição de ações**

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Opção (“Contrato de Opção”).

Para os fins do Plano de Opção, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Opção com a formalização do Contrato de Opção (“Data de Outorga”).

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção (“Termo de Exercício de Opção”).

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício, observados os respectivos períodos de carência, conforme indicado no item (g) abaixo.

O Plano de Opção não prevê outras condições para permitir o exercício das opções outorgadas e consequente aquisição das ações.

#### **f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício da opção de compra de ações para cada série outorgada no âmbito do Plano de Opção, deverá ser correspondente a 80% (oitenta por cento) da média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que deliberar a outorga das opções daquela série (“Preço de Exercício”).

#### **g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga (“Período de Carência”) e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga (“Período de Exercício”), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (k) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

#### **h. forma de liquidação**

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no

Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção (“Data de Aquisição das Ações”); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações (“Data de Pagamento”).

#### **i. restrições à transferência das ações**

Nos termos do item 6.5 do Plano de Opção, o Participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Pagamento de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou ainda celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Opção.

#### **j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Opção; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (k) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

#### **k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele

conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores

legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese de o Participante ser transferido da Companhia para outra sociedade do Grupo Pão de Açúcar, o Participante poderá exercer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da transferência, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

**8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente (2024)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	8,75	4
<b>N.º de membros remunerados</b>	0	4
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0%	0,46%
Em aberto no início do exercício social	0	2,23
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0

**Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações -exercício social encerrado em (2023)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º de membros remunerados</b>	1	4
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0%	0,83%
Em aberto no início do exercício social	0	2,23
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0

**Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações - exercício social encerrado em (2022)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º de membros remunerados</b>	2	3
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0,12%	0,17%
Em aberto no início do exercício social	2,87	32,84
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	35,32

**Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações - exercício social encerrado em (2021)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º de membros remunerados</b>	1,00	2,83
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0,12%	0,23%
Em aberto no início do exercício social	2,87	35,05
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	31,31

**8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data da outorga**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não existe previsão de outorga de opções de compra de ações para o exercício social corrente (2024).

**Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2023**

<b>Série B10</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	-	4
Data de outorga	-	31/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	-	582.031
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	31/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	-	31/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Éxito e GPA, que impactou o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Éxito e GPA, que impactou o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.

<b>Série B9</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12-	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	-	1
Data de outorga	-	31/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	-	487.013
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	31/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	-	31/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Éxito e GPA, que impactou o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Êxito e GPA, que impactou o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.
--	---	---

### Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2022

Série B8		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	12	4
N.º total de membros remunerados	2	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	250.888	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	17,67	17,67
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$4.433.191,96	R\$3.141.779,01

Série C8		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	12	4
N.º total de membros remunerados	1	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	77.196	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	180 dias	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	7,68	7,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$592.865,28	R\$1.365.527,04

### Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2021

Série B7		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9,67	2,83
N.º total de membros remunerados	2,00	2,83
Data de outorga	01/01/2021	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	193.466	29552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2023	01/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2023	30/11/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 72,68	R\$ 72,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$14.061.108,88	R\$2.147.839,36
Série C7		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9,67	2,83
N.º total de membros remunerados	0,00	2,83
Data de outorga	N/A	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	29.552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	01/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30/11/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 31,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$920.544,80

**8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. órgão**

**b. número total de membros**

**c. número de membros remunerados**

**d. em relação às opções ainda não exercíveis**

**i. quantidade**

**ii. data em que se tornarão exercíveis**

**iii. prazo máximo para exercício das opções**

**iv. prazo de restrição à transferência das ações**

**v. preço médio ponderado de exercício**

**vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**

**e. em relação às opções exercíveis**

**i. quantidade**

**ii. prazo máximo para exercício das opções**

**iii. prazo de restrição à transferência das ações**

**iv. preço médio ponderado de exercício**

**v. valor justo das opções no último dia do exercício social**

**f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023**

<b>Série B10</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	0	4
Data de outorga	-	31/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	-	582.031
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	31/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	-	31/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Éxito e GPA, que impactou o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Éxito e GPA, que impactou o valor de

		mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.
--	--	---

Série B9		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	12	4
N.º total de membros remunerados	0	4
Data de outorga	-	31/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	-	487.013
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	31/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	-	31/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Éxito e GPA, que impactou o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	Em virtude da segregação dos negócios de Éxito e GPA, que impactou o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.

### Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Série B8		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	12	4
N.º total de membros remunerados	2	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	250.888	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	17,67	17,67

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$4.433.191,96	R\$3.141.779,01
--	-----------------	-----------------

<b>Série C8</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	1	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	77.196	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	180 dias	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	7,68	7,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$592.865,28	R\$1.365.527,04

### **Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2021**

<b>Série B7</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º total de membros remunerados</b>	2,00	2,83
Data de outorga	01/01/2021	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	193.466	29552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2023	01/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2023	30/11/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 72,68	R\$ 72,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$14.061.108,88	R\$2.147.839,36
<b>Série C7</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º total de membros remunerados</b>	0,00	2,83
Data de outorga	N/A	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	29.552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	01/06/2023

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30/11/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 31,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$920.544,80

**8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não foram exercidas opções relativas à remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Ainda, abaixo são apresentadas as opções exercidas e as ações entregues em razão do exercício para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia nos exercícios sociais de 2022 e 2021.

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**

Série B6		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	12	4
N.º de membros remunerados	2	3
N.º de ações	83.431	16.475
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,01	R\$0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$88,26	R\$88,26
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$7.363.620,06	R\$ 1.454.083,50

Série C6		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	12	4
N.º de membros remunerados	1	2
N.º de ações	11.974	17.704
Preço médio ponderado de exercício	R\$17,39	R\$17,39
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$70,88	R\$70,88
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$848.717,12	R\$1.254.859,52

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

Série B5		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9,67	2,83
N.º de membros remunerados	0,00	2,83
N.º de ações	0	68.602
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$84,24
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de	-	R\$5.778.346,46

exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		
--	--	--

Série C5		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9,67	2,83
N.º de membros remunerados	0,00	2,83
N.º de ações	0	68.602
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$62,61
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$84,24
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$1.456.420,46

**8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. órgão**

**b. número total de membros**

**c. número de membros remunerados**

**d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

A Companhia está submetendo à aprovação dos acionistas, na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2023, um novo plano de remuneração baseado em ações com a consequente descontinuação dos planos vigentes, cujos termos e condições constam dos **Anexos III e IV** desta Proposta da Administração. Caberá ao Conselho de Administração aprovar os programas com base no plano aprovado em assembleia, sendo que o primeiro programa de remuneração baseado em ações – *performance shares*, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023, sujeito à aprovação do novo plano na assembleia.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	8,75	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	-	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia não tinha um plano de remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

**8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de ações outorgadas**
- f. prazo máximo para entrega das ações**
- g. prazo de restrição à transferência das ações**
- h. valor justo das ações na data da outorga**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

A Companhia está submetendo à aprovação dos acionistas, na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2023, um novo plano de remuneração baseado em ações com a consequente descontinuação dos planos vigentes, cujos termos e condições constam dos **Anexos III e IV** desta Proposta da Administração. Caberá ao Conselho de Administração aprovar os programas com base no plano aprovado em assembleia, sendo que o primeiro programa de remuneração baseado em ações – *performance shares*, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023, sujeito à aprovação do novo plano na assembleia.

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8.75	4
Nº de membros remunerados	0	4
Data de outorga	0	31/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	0	4.249.338
Prazo máximo para entrega das ações	0	01/06/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	0	n/a
Valor justo das ações na data da outorga	0	n/a
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0	n/a

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a Companhia não tinha um plano de remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

### **8.11. Ações Entregues**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tinha um plano de remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, nos últimos 3 exercícios sociais.

**8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

A Companhia está submetendo à aprovação dos acionistas, na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2023, um novo plano de remuneração baseado em ações com a consequente descontinuação dos planos vigentes, cujos termos e condições constam dos **Anexos III e IV** desta Proposta da Administração. Caberá ao Conselho de Administração aprovar os programas com base no plano aprovado em assembleia, sendo que o primeiro programa de remuneração baseado em ações – *performance shares*, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023, sujeito à aprovação do novo plano na assembleia.

As informações abaixo se referem ao Plano de Opção e ao Plano de Remuneração atualmente vigentes.

**a. modelo de precificação**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções, conforme é possível observar no item “b” a seguir.

**b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções. Segue abaixo os valores das opções outorgadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 2023:

	<u>Na data de outorga</u>
Preço médio ponderado das ações (por ação), conforme valor médio dos 20 últimos pregões com relação à data de outorga	Série B3: R\$ 46,51 Série C3: R\$ 46,51 Série B4: R\$ 70,98 Série C4: R\$ 70,98 Série B5: R\$ 78,26 Série C5: R\$ 78,26 Série B6: R\$ 88,27 Série C6: R\$ 88,27 Série B7: R\$ 63,97 Série C7: R\$ 63,97 Série B9: R\$ 12,32 Série B10: R\$ 3,47
Preço de exercício	Série B3: R\$ 0,01 Série C3: R\$ 37,21 Série B4: R\$ 0,01 Série C4: R\$ 56,78* Série B5: R\$ 0,01 Série C5: R\$ 62,61* Série B6: R\$ 0,01 Série C6: R\$ 70,62* Série B7: R\$ 0,01 Série C7: R\$ 51,18* Série B8: R\$ 0,01 Série C8: R\$ 17,28* Série B9: R\$ 0,01 Série B10: R\$ 0,01
Volatilidade atualizada esperada	78,97%

Prazo de vida das opções	<b>3 anos</b>
Dividendos esperados	2,59%
Taxa de juros livre de riscos	10,58%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	Vide item 8.7 acima

*\*Considerando que em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada a cisão de Sendas Distribuidora S.A. e que tal operação ocasionou a redução proporcional do valor de mercado das ações da Companhia, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01/06/2021, foi reafirmada a definição do preço de fechamento do pregão de 1º de março de 2021 das ações da Companhia para reduzir, de forma proporcional, o preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia das opções em aberto naquela data, em relação às séries C4, C5, C6 e C7, conforme segue:*

*Série C4 --- R\$ 13,98*

*Série C5 --- R\$ 15,42*

*Série C6 --- R\$ 17,39*

*Série C7 --- R\$ 12,56*

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para as séries B8 e C8: (a) expectativa de dividendos de 4,50%, (b) expectativa de volatilidade de 43,48% aproximadamente, e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,96%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para as séries B9: (a) expectativa de dividendos de 2,59%, (b) expectativa de volatilidade de 45,86% aproximadamente, e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,58%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para as séries B10: (a) expectativa de dividendos de 2,59%, (b) expectativa de volatilidade de 78,97% aproximadamente, e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,58%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2023 é de 2,43 anos. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3,49.

### **c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não são considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados decorrentes de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário, bem como em decorrência de eventos societários.

A Companhia adota a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que se tornarem exercíveis. Dessa forma, o prazo de vida das opções adotado nos cálculos é de 3 anos, de acordo com a série de outorga e correspondentes prazos de carência.

### **d. forma de determinação da volatilidade esperada**

Para o cálculo da volatilidade esperada, a Companhia utiliza o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia, de acordo com o prazo de vigência das opções.

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

A Companhia entende que não há outras características adicionais a informar neste item. Todas as características relevantes relacionadas ao Plano de Opção e ao Plano de Remuneração estão descritas e consideradas neste item, bem como nos itens anteriores.

**8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

**a. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum:**

Conselho de Administração	92.109 ações ordinárias
Diretoria	9.871 ações ordinárias
Conselho Fiscal	Não aplicável

**8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

**a. órgão**

**b. número total de membros**

**c. número de membros remunerados**

**d. nome do plano**

**e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**

**f. condições para se aposentar antecipadamente**

**g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**

**h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**

**i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
N.º total de membros	12	4
N.º de membros remunerados	1	3
Nome do plano	Plano de Previdência Privada do Grupo Pão de Açúcar, com a Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Plano de Previdência Privada do Grupo Pão de Açúcar, com a Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	- Ter, no mínimo, 60 anos de idade; - Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com o Grupo Pão de Açúcar; - Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e - Ter cessado o vínculo com o Grupo Pão de Açúcar.	- Ter, no mínimo, 60 anos de idade; - Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com o Grupo Pão de Açúcar; - Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e - Ter cessado o vínculo com o Grupo Pão de Açúcar.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.624.128,13	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 225.661,10	
Possibilidade de resgate antecipado e condições	É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção: - Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 4 anos; - Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 4 a 5 anos; e - Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 5 anos	É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção: - Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 4 anos; - Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 4 a 5 anos; e - Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 5 anos. Exclusivamente para os casos de Diretores Estatutários, será liberado 100% da reserva no final do respectivo mandato.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/23	31/12/22	31/12/21	31/12/23	31/12/22	31/12/21	31/12/23	31/12/22	31/12/21
Nº de membros	4	4	2,83	12	12	9,67	3	3	2,58
Nº de membros remunerados	4	4	2,83	11	11	8,67	3	3	2,58
Valor da maior remuneração (Real)	13.336.087,42	15.775.839,84	9.329.083,17	16.779.265,97	43.161.131,79	25.722.978,79	67.166,86	156.000,00	156.000,00
Valor da menor remuneração (Real)	2.728.270,19	4.989.079,98	911.422,79	187.200,00	224.640,00	53.005,79	59.416,84	138.000,00	46.000,00
Valor médio da remuneração (Real)	7.114.528,69	7.937.747,15	9.968.921,76	2.139.883,50	5.633.579,14	3.897.515,80	62.000,18	144.000,00	167.441,86

### Observações

Diretoria Estatutária	
31/12/2023	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por período inferior a 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2022	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por período inferior a 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2021	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2023	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por período inferior a 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2022	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por período inferior a 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2021	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2023</b>	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
<b>31/12/2022</b>	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
<b>31/12/2021</b>	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

**8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Indenidade

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2021, foi aprovada a alteração do estatuto social da Companhia para a inclusão de artigo prevendo expressamente a possibilidade da Companhia celebrar contratos de indenidade com seus administradores, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração e desde que observados os parâmetros mínimos estabelecidos no Estatuto Social.

Em 31 de maio de 2022, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada uma política de indenidade prevendo as condições gerais dos compromissos de indenidade que podem ser celebrados entre a Companhia e seus administradores, a qual possui como anexo a minuta padrão do contrato de indenidade em si.

O objetivo do contrato de indenidade é indenizar e manter indene os administradores, membros de comitês estatutários, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão da Companhia ou de suas subsidiárias (“Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por tais pessoas por força do exercício regular de suas funções. Tal indenização possui caráter suplementar, sendo devida apenas após a utilização de eventuais coberturas do seguro D&O.

Cada Beneficiário deve firmar seu respectivo contrato de indenidade com a Companhia, sendo que o compromisso de indenidade será vinculado a um limite máximo conforme definido em cada contrato. Outrossim, não estão incluídas nas obrigações de indenização atos que tenham sido praticados por qualquer Beneficiário em desacordo com a legislação aplicável, o estatuto social e as políticas e códigos da Companhia, bem como em descumprimento e/ou não observância dos deveres dos administradores.

A política de indenidade na íntegra, bem como o modelo de contrato de indenidade a ela anexo, pode ser consultada no site da CVM e no site de RI da Companhia.

Cessação de Cargo

Os contratos dos executivos-chave da Companhia que possuem funções estratégicas, preveem a possibilidade de pagamento de remuneração em virtude da cessação do cargo, a qual é negociada individualmente entre a Companhia, por intermédio da sua área de recursos humanos, e o executivo e levam em consideração o seu tempo de casa, salário e benefícios. Tal remuneração pode compreender pagamento de verbas rescisórias de reconhecimento do tempo de serviço e dedicação à Companhia e acordo de não competição. Com base no regramento contábil aplicável, não são necessárias provisões no que tange a esses valores, uma vez que seu pagamento depende de um evento futuro e incerto, que é a saída do executivo.

**8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Órgão	Exercício corrente (2024)	Exercício 2023	Exercício 2022	Exercício 2021
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	16,37%	8,85%	4,38%	7,06%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

**8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Nos três últimos exercícios sociais não houve remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupavam nos órgãos da administração da Companhia.

De igual modo, não há previsão, para o exercício social corrente, de que os administradores da Companhia recebam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

**8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve valores de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

De igual modo, não há previsão, para o exercício social corrente (2024), de que sejam reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia valores de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos determinados valores de remuneração atribuída em função do cargo ocupado (conforme tabelas abaixo) no resultado da Sendas Distribuidora S.A., à época controlada da Companhia, e também no resultado da Companhia, por consolidação. Portanto, tais valores estão refletidos nas remunerações informadas no item 8.2 deste Formulário de Referência.

<b>Exercício social 31.12.2021 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Controladas do emissor</b>	0,00	8.047.481,32	0,00	8.047.481,32
<b>Sociedades sob controle comum</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

**8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Cumprir registrar que a remuneração registrada em virtude da cessação do cargo em 2022, conforme informação apresentada no item 8.2 deste Formulário de Referência, se deu como resultado da saída de três executivos chave que trabalharam na Companhia por mais de 10 anos, resultando, portanto, em valor significativo de rescisão contratual.

### **ANEXO III**

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*[Anexo segue na página seguinte]*

**Plano de Incentivos Atrelados a Outorga de Ações e de Opção de Compra de Ações**  
**Anexo B, Resolução CVM 81**

**1. Fornecer cópia do plano proposto**

A cópia do Plano de Incentivos Atrelados a Outorga de Ações e de Opção de Compra de Ações (“Plano de Incentivo”) consta do Anexo IV a esta Proposta.

**2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:**

**(a) potenciais beneficiários**

O Plano de Incentivo será aplicável aos membros da Diretoria Estatutária, Diretoria Executiva e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle.

**(b) número máximo de opções a serem outorgadas**

As opções outorgadas nos programas de opção de compra de Ações, somadas às ações concedidas nos programas de incentivo, que vierem a ser instituídos no âmbito do Plano de Incentivo, não poderão ultrapassar o limite máximo de 3,5% (três e meio por cento) das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia. Este limite é adicional e não considera as opções de compra de ações já concedidas no âmbito dos planos vigentes da Companhia, que serão descontinuados para novas outorgas com a aprovação do novo Plano.

**(c) número máximo de ações abrangidas pelo plano**

As Ações concedidas nos programas de incentivo, somadas às opções outorgadas nos programas de opção de compra de Ações, que vierem a ser instituídos no âmbito do Plano de Incentivo, não poderão ultrapassar o limite máximo de 3,5% (três e meio por cento) das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

**(d) condições de aquisição**

O participante celebrará contrato com a Companhia que estabelecerá os termos e condições específicos da sua participação no Programa.

**(e) critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício**

O preço de exercício das opções será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação dos programas de opção de compra de ações no âmbito do Plano de Incentivo.

**(f) critérios para fixação do prazo de exercício**

Caberá ao Conselho de Administração fixar o prazo de exercício das opções e os prazos de carência e/ou às condições específicas para o recebimento das ações quando da dos respectivos programas.

**(g) forma de liquidação de opções**

As ações objeto das opções serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia: (i) da emissão de novas ações ordinárias, as quais conferirão aos participantes os mesmos direitos das ações atualmente emitidas pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria, se disponíveis. As ações serão entregues mediante o pagamento do preço de exercício determinado pelo Conselho de Administração pelos participantes.

As ações objeto dos incentivos concedidos por meio dos programas de incentivo que venham a ser instituídos, serão provenientes de ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação aplicável, ou, alternativamente, caso não haja ações em tesouraria, mediante pagamento em dinheiro nos termos definidos pelo Conselho de Administração nos respectivos programas. Caberá ao Conselho de Administração determinar as metas de desempenho para recebimento das ações, se for o caso, e se a outorga se dará de forma gratuita ou onerosa.

**(h) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano de Incentivo entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e terá prazo indeterminado. O Plano de Incentivo poderá ser extinto, suspenso ou alterado a qualquer tempo, mediante aprovação em sede de Assembleia Geral da Companhia. O término de vigência do Plano de Incentivo não afetará a eficácia dos programas aprovados com base nele.

**3. Justificar o plano proposto, explicando:**

**(a) os principais objetivos do plano**

O Plano de Incentivo objetiva: (i) incentivar o sentimento de “dono” da Companhia nos participantes; (ii) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e (iii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos participantes, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia.

**(b) a forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os beneficiários selecionados se tornem acionistas da Companhia, a Companhia espera incentivá-los a se comprometerem efetivamente com a criação de valor à Companhia, bem como para exercerem suas funções considerando também seus interesses como acionistas da Companhia, integrando assim os objetivos sociais aos planos de crescimento da Companhia e maximizando os lucros, gerando uma relação de longo prazo entre a Companhia e os beneficiários.

**(c) como o plano se insere na política de remuneração da companhia**

O Plano de Incentivo se insere na Política de Indicação e Remuneração da Companhia na medida em que esta busca a remuneração equivalente ao desempenho do beneficiário, alinhando, assim, os interesses destes com os da Companhia.

**(d) como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo**

O Plano de Incentivo alinha os interesses dos beneficiários e da Companhia a curto, médio e longo prazo na medida em que gera engajamento e incentivos para os beneficiários buscarem resultados ainda melhores e sustentáveis para a Companhia, assim como para criar valor para os acionistas, por meio de estratégias que tenham efeitos duradouros na criação de valor para a própria Companhia.

**4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto**

A Companhia estima que, anualmente, serão outorgados em ações para Beneficiários do Plano de Incentivo o montante de R\$ 53.704.177,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e quatro mil, cento e setenta e sete reais) reconhecidos ao longo do exercício. O número de ações efetivamente outorgadas poderá variar a cada ano, observado o limite mencionado no item 2 acima, bem como os critérios específicos de outorga dos programas.

## ANEXO IV

### Plano de Incentivos Atrelados a Ações e de Opção de Compra de Ações

## **PLANO DE INCENTIVOS ATRELADOS A OUTORGA DE AÇÕES E DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

### **COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 47.508.411/0001-56**

O presente Plano de Incentivos Atrelados a Outorga de Ações e de Opção de Compra de Ações ("Plano") da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em [data].

#### **SEÇÃO I – CONDIÇÕES GERAIS**

Esta Seção I tem como objetivo estabelecer as condições gerais para a outorga: (i.) de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações") e/ou (ii.) de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Opções") à Diretoria Estatutária, Diretoria Executiva e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle, por meio da instituição de Programas de Incentivos Atrelados a Ações e/ou de Programas de Opção de Compra de Ações (em conjunto, "Programas"), ambos sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração").

#### **CAPÍTULO I.**

#### **LIMITES**

- 1.1. As Ações concedidas e as Opções outorgadas nos Programas, conforme o caso, que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano, não poderão ultrapassar o limite máximo de 3,5% (três e meio por cento) das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia. Este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral. Este limite é adicional e não considera opções e/ou ações já outorgadas/concedidas no âmbito de Planos de Outorga Anteriores, conforme definido na Cláusula 14.1 abaixo.

#### **CAPÍTULO II.**

#### **ADMINISTRAÇÃO DO PLANO E DOS PROGRAMAS**

- 2.1. Os Programas que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano pelo Conselho de Administração serão administrados pelo Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG) ou pelo comitê que venha a sucedê-lo nas questões de recursos humanos e remuneração ("Comitê"), a quem caberá todas as decisões e aprovações relativas ao Plano e aos Programas.
- 2.2. As deliberações do Comitê terão caráter vinculante para os Participantes (como definido na Cláusula 3.2 abaixo), delas não cabendo qualquer recurso, a menos que sejam contrárias aos termos e condições gerais estabelecidas neste Plano, no Estatuto Social da Companhia ou na legislação aplicável.
- 2.3. O Conselho de Administração e o Comitê estarão sujeitos aos limites e condições gerais estabelecidos neste Plano, no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, e deverão respeitar as diretrizes da Assembleia Geral da Companhia.
- 2.4. Observado o disposto no item 2.3, o Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos Programas, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

- (a) aprovar os Programas a serem instituídos no âmbito deste Plano, bem como seus contratos e eventuais aditivos;
- (b) modificar as condições dos contratos relacionados aos Programas, incluindo adaptações que vierem a ser realizadas em decorrência de alterações implementadas na legislação aplicável;
- (c) definir a totalidade de Ações e/ou Opções, conforme aplicável, a serem outorgadas no âmbito de cada um dos Programas, respeitado o limite máximo estabelecido no item 1.1 acima;
- (d) eleger, a seu exclusivo critério, os Participantes que farão jus às Ações e Opções concedidas no âmbito dos Programas que venham a ser instituídos;
- (e) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano e dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação das suas condições;
- (f) decidir, em relação aos Programas de Incentivos Atrelados a Ações, em qualquer caso devendo ser observados os termos deste Plano, quanto (i) às datas de concessão das Ações; (ii) aos direitos dos Participantes em razão de cada Programa de Incentivos Atrelados a Ações; (iii) aos prazos de carência e/ou às condições específicas para o recebimento das Ações, (iv) às regras de restrição à venda das Ações, (v) aos Participantes a quem as Ações serão concedidas; e (vi) quaisquer outros termos e condições relacionados às outorgas de Ações;
- (g) decidir, em relação aos Programas de Opção de Compra de Ações, em qualquer caso devendo ser observados os termos deste Plano, quanto (i) às datas de outorga das Opções, (ii) ao volume de Opções a ser outorgado, (iii) ao Preço de Exercício das Opções, (iv) aos prazos de carência e/ou às condições específicas para o exercício das Opções, (v) aos prazos para o exercício das Opções, (vi) às normas sobre transferência das Opções em caso de sucessão, (vii) às regras de restrição à venda das ações adquiridas em razão do exercício das Opções, (viii) aos Participantes a quem as Opções serão outorgadas; e (ix) quaisquer outros termos e condições relacionados às outorgas de Opções;
- (h) deliberar sobre a emissão de novas ações da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, bem como sobre a alienação de ações mantidas em tesouraria, aquisição de ações em mercado e/ou demais inventivos devidos aos Participantes para cumprimento do estabelecido neste Plano e nos Programas, conforme aplicável;
- (i) alterar ou extinguir Programas;
- (j) analisar casos excepcionais relacionados a este Plano e aos Programas, incluindo a possibilidade de alterações individuais relativas a contratos específicos de Participantes; e
- (k) deliberar sobre quaisquer outros termos e condições, desde que não estejam em desacordo com os termos e condições gerais este Plano.

2.5. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, delegar ao Comitê quaisquer das suas responsabilidades e atribuições descritas na Cláusula 2.4 acima, exceto aquelas que não forem passíveis de delegação nos termos da legislação aplicável ou do Estatuto Social da Companhia.

**CAPÍTULO III. PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS**

- 3.1. Serão elegíveis à outorga de Ações e/ou de Opções no âmbito deste Plano quaisquer membros da Diretoria Estatutária, Diretoria Executiva e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle ("Elegíveis").
- 3.2. O Comitê selecionará, dentre os Elegíveis determinados em cada Programa, a seu exclusivo critério, os Participantes que farão jus à outorga das Ações e/ou das Opções em cada Programa, conforme o caso ("Participantes").
- 3.3. A outorga dos incentivos a cada Participante far-se-á por meio da celebração do respectivo contrato entre a Companhia e o respectivo Participante. A assinatura do contrato relacionado a cada Programa implicará a aceitação de todas as condições deste Plano e do respectivo Programa pelo Participante.
- 3.4. O Conselho de Administração e/ou o Comitê, conforme o caso, não poderá, em qualquer hipótese, conferir aos Participante direitos que: (i) assegurem sua reeleição ou permanência na administração da Companhia ou da sociedade sob seu controle até o término de seu mandato; (ii) impeçam sua destituição a qualquer tempo pela Companhia ou pela sociedade sob seu controle; (iii) assegurem sua permanência como empregado da Companhia ou de sociedade sob seu controle; ou (iv) impeçam a rescisão da sua relação de trabalho a qualquer tempo pela Companhia ou pela sociedade sob seu controle.
- 3.5. O Participante somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento (i) da aquisição efetiva das Ações como consequência do exercício das Opções ou (ii) da transferência de titularidade plena das Ações, e nenhuma Ação será entregue ao Participante a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Participante.

**CAPÍTULO IV. DESLIGAMENTO, FALECIMENTO, INVALIDEZ PERMANENTE, APOSENTADORIA, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

- 4.1. O Conselho de Administração e/ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes para definir em cada um dos Programas as regras, consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos às Opções e/ou às Ações pelos Participantes em caso de (i) rescisão contratual; (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente; (iv) aposentadoria; ou (v) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

**SEÇÃO II – CONDIÇÕES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES**

Esta Seção II tem como objetivo estabelecer as condições específicas para concessão de incentivos por meio de Programas de Incentivos Atrelados a Ações.

**CAPÍTULO V. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES**

- 5.1. Os principais objetivos dos Programas de Incentivo Atrelado a Ações são:
  - (i) incentivar o sentimento de "dono" da Companhia nos Participantes;
  - (ii) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e
  - (iii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos Participantes, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia.

## **CAPÍTULO VI. AÇÕES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS ATRELADOS A AÇÕES**

- 6.1. As Ações concedidas no âmbito deste Plano e dos Programas de Incentivo Atrelados a Ações que venham a ser instituídos, em conjunto com as Opções outorgadas no âmbito de seus respectivos Programas e neste Plano, não poderão ultrapassar o limite máximo de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia previsto na Cláusula 1.1 acima.
- 6.2. As ações objeto dos incentivos concedidos por meio dos Programas de Incentivo Atrelado a Ações que venham a ser instituídos, serão provenientes de ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação aplicável, ou, alternativamente, caso não haja ações em tesouraria, mediante pagamento em dinheiro nos termos definidos pelo Conselho de Administração no Programa de Incentivo Atrelado a Ações.
- 6.3. O Conselho de Administração poderá implementar o tipo de incentivo que entender necessário/adequado, podendo, inclusive, implementar incentivos envolvendo a outorga de ações, restritas ou não, de forma gratuita ou onerosa, atrelados ou não a metas de desempenho e, até mesmo, *matching* de ações, com outorga gratuita ou onerosa de ações aos Participantes.
- 6.4. Os incentivos baseados em ações de emissão da Companhia que não envolvam a entrega efetiva de ações aos beneficiários poderão ser implementados mediante aprovação do Conselho de Administração fora do âmbito deste Plano.

## **SEÇÃO III – CONDIÇÕES DOS PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

Esta Seção III tem como objetivo estabelecer as condições específicas para a outorga das Opções por meio de Programas de Opção de Compra de Ações.

## **CAPÍTULO VII. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

- 7.1. Os principais objetivos dos Programas de Opção de Compra de Ações são:
  - (a) estimular a expansão da Companhia e o maior alinhamento dos Participantes, na qualidade de acionistas da Companhia; e
  - (b) promover os interesses da Companhia, mediante o comprometimento de longo prazo dos Participantes.

## **CAPÍTULO VIII. AÇÕES OBJETO DOS PROGRAMAS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

- 8.1. O número de ações objeto das Opções outorgadas no âmbito deste Plano e dos Programas de Opção de Compra de Ações que venham a ser instituídos no âmbito deste Plano não poderão ultrapassar:
  - (i) o limite máximo de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia previsto na Cláusula 1.1 acima, o qual deverá ser considerado conjunto com as Ações outorgadas no âmbito de seus respectivos Programas e neste Plano,; e
  - (ii) o limite do capital autorizado da Companhia.
- 8.2. As ações objeto das Opções serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (i) da emissão de novas ações ordinárias, as quais conferirão aos Participantes os mesmos direitos das ações atualmente emitidas pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou
  - (ii) de ações mantidas em tesouraria, se disponíveis.
- 8.3. Os demais acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício das Opções, nos termos do artigo 171, §3º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada.

**CAPÍTULO IX. OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES**

- 9.1. Os Programas de Opção de Compra de Ações instituídos no âmbito do Plano serão aprovados pelo Conselho de Administração em conformidade com as necessidades da Companhia, e seus termos e condições serão definidos pelo Conselho de Administração, nos limites deste Plano.

**CAPÍTULO X. PREÇO DE EXERCÍCIO**

- 10.1. O preço de exercício das Opções para a subscrição ou aquisição das Ações será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do Programa de Opção de Compra de Ações ("Preço de Exercício").

**CAPÍTULO XI. EXERCÍCIO DA OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

- 11.1. Exceto por deliberação em contrário do Comitê, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos em cada Programa de Opção de Compra de Ações.

**CAPÍTULO XII. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 12.1. O Preço de Exercício por ação será pago pelos titulares da Opção, nas condições determinadas nos regulamentos de cada Programa de Opção de Compra de Ações, respeitada a realização mínima prevista em lei.

**CAPÍTULO XIII. ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS OPÇÕES PELOS PARTICIPANTES**

- 13.1. As Opções outorgadas nos respectivos Programas de Opção de Compra de Ações não poderão ser alienadas ou oneradas, de maneira direta ou indireta, pelos Participantes, exceto por deliberação do Conselho de Administração.

**SEÇÃO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CAPÍTULO XIV. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, ambos aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/05/2014 e alterados em 30/12/2019 ("Planos de Outorga Anteriores"), serão descontinuados a partir da data de aprovação do presente Plano, bem como não serão mais realizadas outorgas no âmbito dos Planos de Outorga Anteriores a partir de referida data. A descontinuação dos Planos de Outorga Anteriores não afetará a eficácia das outorgas já realizadas pela Companhia que ainda estejam em vigor.
- 14.2. Este Plano entrará em vigor na data de sua aprovação e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. O término da vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada Programa.

- 14.3. Este Plano, bem como os seus respectivos Programas, não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as sociedades sob seu controle, devendo o Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos regulamentos. A outorga de Ações ou Opções, nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de alienação de controle e de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações e/ou das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; e/ou (b) a antecipação do período de exercício, com extinção dos períodos de carência, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão.
- 14.4. Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Comitê deverá informar aos Participantes por escrito o ajuste correspondente ao preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada do incentivo e/ou Opção em vigor, conforme o caso.
- 14.5. O Comitê, ouvido o Conselho de Administração, caso necessário, será competente para dirimir eventuais dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas neste Plano, sendo que, em caso de conflito entre as disposições deste Plano, e dos Programas e/ou dos respectivos contratos de outorga, prevalecerão as disposições deste Plano.
- 14.6. As Ações e/ou Opções a serem concedidas no âmbito deste Plano e dos Programas aos Participantes que sejam diretores estatutários da Companhia estarão sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia do montante global ou individual da remuneração dos administradores para o respectivo exercício social, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

\* \* \* \* \*

## ANEXO V

### **Relatório de Origem e Justificativa das Alterações Propostas (Artigo 12, II, da Resolução CVM 81)**

Segue abaixo quadro comparativo entre a versão atualmente em vigor e a alteração proposta no Estatuto Social da Companhia:

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Racional da alteração
<p><b>ARTIGO 4º</b> – O capital social da Sociedade é R\$1.807.167.455,83 (um bilhão, oitocentos e sete milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 270.139.069 (duzentas e setenta milhões, cento e trinta e nove mil e sessenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p><b>ARTIGO 4º</b> – O capital social da Sociedade é R\$2.511.167.813,73 (dois bilhões, quinhentos e onze milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e treze reais e setenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 490.174.859 (quatrocentas e noventa milhões, cento e setenta e quatro mil e oitocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p><b>ARTIGO 4º</b> – O capital social da Sociedade é <del>R\$1.807.167.455,83 (um bilhão, oitocentos e sete milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos)</del> R\$2.511.167.813,73 (dois bilhões, quinhentos e onze milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e treze reais e setenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em <del>270.139.069 (duzentas e setenta milhões, cento e trinta e nove mil e sessenta e nove)</del> 490.174.859 (quatrocentas e noventa milhões, cento e setenta e quatro mil e oitocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Ajuste na redação para refletir os aumentos de capital social da Companhia decorrentes: (i.) da oferta pública de ações, aprovada em reunião do Conselho de Administração em 13 de março de 2024; e (ii.) do exercício de opções de compra de ações, dentro do limite de capital autorizado, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2024.</p>

<p>(l) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do Artigo 189 da Lei n.º 6.404/76;</p>	<p>(l) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor;</p>	<p>(l) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. <del>As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do Artigo 189 da Lei n.º 6.404/76;</del></p>	<p>Ajuste de redação para adequação à realidade atual da Companhia, de forma que apenas o limitador previsto no Plano de Incentivo seja aplicável.</p>
<p>(m) estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite previsto no item “l” acima;</p>	<p>(m) estabelecer o limite de ações a serem outorgadas no âmbito dos planos de opção de compra de ações e dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia previamente aprovados pela Assembleia Geral, quando for o caso;</p>	<p>(m) estabelecer o limite de ações a serem <del>emitidas</del> outorgadas dentro o âmbito <del>dos Planos de Opção de Compra de Ações e dos planos de remuneração baseados em ações</del> da Companhia previamente aprovados pela Assembleia Geral, <del>quando for o caso, observado o limite previsto no item “l” acima;</del></p>	<p>Ajuste de redação para prever a nova estrutura de remuneração baseada em ações a ser adotada pela Companhia nos termos do Plano de Incentivo.</p>
<p>(o) deliberar sobre a aquisição,</p>	<p>(o) deliberar sobre a aquisição,</p>	<p>(o) deliberar sobre a aquisição,</p>	<p>Ajuste de redação para adequar a</p>

<p>alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia, ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado, ao longo de um trimestre, superior ao valor em Reais equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme apurado na última demonstração financeira consolidada divulgada pela Companhia, prevalecendo o valor que for maior;</p>	<p>alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia, ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado, ao longo de um trimestre, superior ao valor em Reais equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme apurado na última demonstração financeira consolidada divulgada pela Companhia, prevalecendo o valor que for maior, <b>exceto em caso de realização de investimentos ou concessão de fianças, avais ou outras garantias em favor de sociedades controladas, diretas ou indiretas, da Companhia, dentro do curso normal de seus negócios;</b></p>	<p>alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia, ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado, ao longo de um trimestre, superior ao valor em Reais equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme apurado na última demonstração financeira consolidada divulgada pela Companhia, prevalecendo o valor que for maior, <b>exceto em caso de realização de investimentos ou concessão de fianças, avais ou outras garantias em favor de sociedades controladas, diretas ou indiretas, da Companhia, dentro do curso normal de seus negócios;</b></p>	<p>redação à Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia.</p>
---	--	--	---

**Anexo VI**  
**Estatuto Social Consolidado**

**COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO**

CNPJ/MF nº 47.508.411/0001-56

NIRE 35.300.089.901

Companhia Aberta de Capital Autorizado

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**ARTIGO 1º – COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“Companhia”)** é uma sociedade por ações, com sede e foro à Av. Brigadeiro Luis Antônio n. 3142, na Cidade de São Paulo, República Federativa do Brasil, que doravante se regerá por este Estatuto Social, pela Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei n.º 6.404/76**”), conforme alterações e demais dispositivos legais em vigor.

**Parágrafo Único** – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**ARTIGO 2º** – O objeto social da Companhia é a comercialização de produtos manufaturados, semimanufaturados ou “in natura”, nacionais ou estrangeiros, de todo e qualquer gênero e espécie, natureza ou qualidade, com a exploração do ramo supermercadista, que inclui, mas não se limita a, minimercados, supermercados e hipermercados, bem como restaurantes, lanchonetes e similares no perímetro dos estabelecimentos operados pela Companhia.

**Parágrafo 1º** – A Companhia poderá também praticar as seguintes atividades:

- (a) a industrialização, processamento, manipulação, transformação, exportação, importação e representação de produtos, alimentícios ou não alimentícios, por conta própria ou de terceiros;
- (b) o comércio internacional, inclusive de café;
- (c) a importação, distribuição e comercialização de produtos cosméticos de higiene e toucador, perfumaria, saneantes e domissanitários e suplementos alimentares;
- (d) o comércio em geral de drogas e medicamentos, especialidades farmacêuticas e homeopáticas; produtos químicos, acessórios, artigos odontológicos, instrumentos e aparelhos cirúrgicos; a fabricação de produtos químicos e especialidades farmacêuticas, podendo ser especializadas como, Drogeria ou Farmácia Alopática, Drogeria ou Farmácia Homeopática ou Farmácia de Manipulação de cada especialidade;
- (e) o comércio de produtos e derivados de petróleo, abastecimento de combustíveis de quaisquer

espécies, podendo também prestar serviços de assistência técnica, oficinas de serviços, consertos, lavagem, lubrificação, venda de acessórios e outros serviços afins, de quaisquer veículos em geral;

(f) o comércio de produtos, drogas e medicamentos veterinários em geral; consultório, clínica e hospital veterinário e “pet shop” com serviços de banho e tosa;

(g) a locação de qualquer mídia gravada;

(h) prestação de serviços de estúdios fotográficos, cinematográficos e similares;

(i) a prática e a administração de operações imobiliárias, comprando, promovendo loteamentos e incorporação, locando e vendendo bens imóveis próprios e de terceiros;

(j) agir como distribuidora, agente e representante de comerciantes e industriais estabelecidos dentro do país ou fora dele e nesta qualidade, por conta dos comitentes ou por conta própria adquirir, reter, possuir e fazer quaisquer operações e transações do interesse próprio ou dos comitentes;

(k) a exploração de edificações e construção em todas as suas modalidades, por conta própria ou de terceiros, a compra e venda de materiais para construção e a instalação e manutenção de sistemas de ar-condicionado, de monta-cargas e elevadores de carga;

(l) aplicação de produtos saneantes domissanitários;

(m) o transporte rodoviário municipal, estadual e interestadual de cargas em geral para seus próprios produtos e de terceiros, podendo inclusive armazená-los, depositá-los e fazer sua carga, descarga, arrumação e guarda de bens próprios de terceiros de qualquer espécie, bem como subcontratar os serviços previstos nesta alínea;

(n) a exploração de serviços de comunicação, publicidade em geral e propaganda, inclusive de bares, lanchonetes e restaurantes, podendo estender-se a outros ramos que lhe sejam compatíveis ou conexos, respeitadas as restrições legais;

(o) a compra, venda e distribuição de livros, revistas, jornais, periódicos e assemelhados;

(p) a realização de estudos, análises, planejamento e pesquisas de mercado;

(q) a realização de testes para lançamento de novos produtos, embalagens e marcas;

(r) a elaboração de estratégias e análises do comportamento setorial de vendas, de promoções especiais e de publicidade;

(s) a prestação de serviços relacionados a cartões vale alimentação, refeição, combustível,

transporte e outros cartões que decorram das atividades relacionadas ao seu objeto social;

(t) o arrendamento e subarrendamento de bens móveis próprios ou de terceiros;

(u) a prestação de serviços na área de gerenciamento;

(v) representação de outras sociedades nacionais ou estrangeiras e a participação como sócia ou acionista, no capital social de outras sociedades, qualquer que seja a forma ou objeto destas, e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza;

(w) agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos e ingressos;

(x) exploração da atividade de correspondente bancário, incluindo, mas não se limitando a: (i) serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos, contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento e outras atividades decorrentes de contratos de serviços mantidos pela Companhia com instituições financeiras; (ii) fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; (iii) recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito; (iv) emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral; e (v) serviços suplementares para o levantamento de dados cadastrais e documentação, bem como controle e processamento de dados;

(y) prestação de serviços de estacionamento, estadia e guarda de veículos;

(z) a importação de bebidas, vinhos e vinagres;

(aa) comércio de sementes e mudas;

(bb) comércio de produtos de telecomunicações;

(cc) a importação, distribuição e comercialização de brinquedos, painéis metálicas, escadas domésticas, carrinhos de bebê, artigos de festas, artigos escolares, pneus, eletrodomésticos, bicicletas, cadeiras plásticas monobloco e lâmpadas; e

(dd) exploração de gestão de ativos intangíveis não financeiros.

**Parágrafo 2º** – A Companhia poderá prestar fianças ou avais em negócios de seu interesse, vedados os de mero favor.

**ARTIGO 3º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

**ARTIGO 4º** – O capital social da Sociedade é ~~R\$1.807.167.455,83 (um bilhão, oitocentos e sete milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos)~~R\$2.511.167.813,73 (dois bilhões, quinhentos e onze milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e treze reais e setenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em ~~270.139.069 (duzentas e setenta milhões, cento e trinta e nove mil e sessenta e nove)~~490.174.859 (quatrocentas e noventa milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** – As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais.

**Parágrafo 2º** – As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, na Instituição Financeira autorizada que a Companhia designar, sem emissão de certificados.

**Parágrafo 3º** – O custo dos serviços de transferência de propriedade das ações escriturais que for cobrado pela instituição financeira depositária poderá ser repassado ao acionista, conforme autoriza o Artigo 35, parágrafo 3º da Lei n.º 6.404/76, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Parágrafo 4º** - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**ARTIGO 5º** – A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 800.000.000 (oitocentos milhões) ações ordinárias.

**Parágrafo 1º** – O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º** – A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços.

**ARTIGO 6º** - As emissões de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, com exclusão ou redução do prazo para exercício do direito de preferência, conforme previsto no Artigo 172 da Lei n.º 6.404/76.

**Parágrafo Único** – Ressalvado o disposto no "caput" deste Artigo, os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, regendo-se o exercício deste direito pela legislação que lhe for aplicável.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral é a reunião dos acionistas, que a ela poderão comparecer por si ou por representantes constituídos na forma da Lei, a fim de deliberarem sobre as matérias de interesse da Companhia.

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e terá as seguintes atribuições:

- i. reformar o Estatuto Social;
- ii. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- iii. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- iv. aprovar a emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações de sua própria emissão ou quaisquer títulos, valores mobiliários ou outros direitos ou participações que sejam permutáveis ou conversíveis em ações de sua própria emissão, sem prejuízo da competência do Conselho de Administração prevista no Artigo 5º e no Artigo 17(g);
- v. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- vi. deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia;
- vii. deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s);
- viii. examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); e
- ix. definir a remuneração global anual da administração da Companhia e do Conselho Fiscal, caso instalado.

**Parágrafo Único** - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia ou, ainda, por empregados da Companhia que possuam cargos de diretores, ainda que não estatutários que escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos.

**ARTIGO 9º** – Para qualquer deliberação da Assembleia Geral será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável.

**ARTIGO 10** – A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas em lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social.

**Parágrafo Único** – Sempre que necessário a Assembleia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

## **CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 11** – A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.

**Parágrafo 1º** – A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 38.

**Parágrafo 2º** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo 3º** – Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

### **Seção I Do Conselho de Administração**

**ARTIGO 12** – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º** – No caso de vacância no cargo de Conselheiro, competirá ao Conselho de Administração eleger substituto para preenchimento do cargo em caráter definitivo, até o término do respectivo mandato. No caso de vacância simultânea da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

**Parágrafo 2º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) membro(s) do Conselho de Administração eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei n.º 6.404/76, na hipótese de haver acionista controlador.

**Parágrafo 3º** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**ARTIGO 13** – O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e até 1 (um) Vice-Presidente, eleitos pelos membros do Conselho de Administração na reunião que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros.

**Parágrafo 1º** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo 2º** – No caso de vacância do cargo de Presidente ou impedimento do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá tal cargo, permanecendo até o término do respectivo mandato, ou até que ocorra uma nova indicação pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º** - No caso de vacância do cargo de Vice-Presidente, o Conselho de Administração indicará um substituto ao cargo para permanecer até o término do respectivo mandato.

**Parágrafo 4º** – No caso de ausência do Presidente, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente.

**ARTIGO 14** – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos seis vezes ao ano, para revisar os resultados financeiros e demais resultados da Companhia e para rever e acompanhar o plano anual de investimentos, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que necessário.

**Parágrafo 1º** – Compete ao Presidente ou, na ausência do Presidente, ao Vice-Presidente, convocar as reuniões do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou mediante solicitação escrita de qualquer conselheiro.

**Parágrafo 2º** – As convocações das reuniões do Conselho de Administração deverão ser feitas por meio eletrônico ou carta, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da data de cada reunião, especificando hora e local para a realização em primeira e, se for o caso, em segunda convocação, e incluindo a ordem do dia. Qualquer proposta e toda documentação necessária e correlata à ordem do dia deverá ser disponibilizada aos Conselheiros. A convocação poderá ser dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos Conselheiros em exercício, ou pela concordância prévia, por escrito, dos conselheiros ausentes.

**Parágrafo 3º** – O “quórum” mínimo requerido para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da presença de pelo menos metade de seus membros em exercício, em primeira convocação, e de qualquer número de conselheiros, em segunda convocação, considerando-se presentes, inclusive, aqueles representados na forma autorizada por este Estatuto.

**ARTIGO 15** – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente e na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar posteriormente a correspondente ata.

**Parágrafo 2º** – No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer conselheiro, o conselheiro ausente poderá indicar, por escrito, dentre os demais membros do Conselho de Administração, aquele que o substituirá. Nessa hipótese, o conselheiro que estiver substituindo o conselheiro temporariamente ausente ou impedido, além de seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro substituído.

**ARTIGO 16** – O Conselho de Administração aprovará qualquer modificação do Regimento Interno e elegerá um Secretário Executivo, a quem competirá exercer as funções definidas no Regimento Interno, bem como emitir certidões e atestar, perante terceiros, a autenticidade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 17** – Além dos poderes estabelecidos em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar ou alterar o plano de investimentos da Companhia;
- (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e designações;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (e) convocar a Assembleia Geral;
- (f) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia;
- (g) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de integralização;
- (h) escolher e destituir os auditores independentes, observada a recomendação do Comitê de Auditoria;
- (i) emitir parecer sobre qualquer proposta da Diretoria à Assembleia Geral;

- (j) autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou manutenção em tesouraria, observada a regulamentação aplicável;
- (k) desenvolver, em conjunto com a Diretoria e aprovar um plano de participação de empregados e administradores nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e administradores vinculados ao resultado da Companhia (“**Plano de Participação nos Resultados**”);
- (l) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. ~~As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do Artigo 189 da Lei n.º 6.404/76;~~
- (m) estabelecer o limite de ações a serem ~~emitidas~~ outorgadas dentro do âmbito ~~dos~~ ~~Planos~~ de ~~Opção~~ de ~~Compra~~ de ~~Ações~~ e dos planos de remuneração baseados em ~~ações~~ da Companhia previamente aprovados pela Assembleia Geral, ~~quando for o caso, observado o limite previsto no item “l” acima;~~
- (n) constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração e definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto neste Estatuto;
- (o) deliberar sobre a aquisição, alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia, ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado, ao longo de um trimestre, superior ao valor em Reais equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme apurado na última demonstração financeira consolidada divulgada pela Companhia, prevalecendo o valor que for maior, ~~exceto em caso de realização de investimentos ou concessão de fianças, avais ou outras garantias em favor de sociedades controladas, diretas ou indiretas, da Companhia, dentro do curso normal de seus negócios;~~
- (p) deliberar sobre qualquer operação financeira que envolva a Companhia, inclusive a concessão ou tomada de empréstimos e a emissão de debêntures não conversíveis em ações em valor superior, por transação, a 1/2 (metade) do LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização), conforme apurado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social anterior à respectiva operação;
- (q) deliberar sobre qualquer associação da Companhia com terceiros que envolva investimento individual ou agregado, ao longo de um exercício social superior ao valor

em Reais equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior; e

- (r) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e
- (s) deliberar sobre qualquer alteração na política de distribuição de dividendos da Companhia.

**Parágrafo 1º** – Quando se tratar de deliberação a ser tomada pelos órgãos sociais das sociedades que sejam controladas pela Companhia, ou nas quais a Companhia eleja membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, competirá ao Conselho de Administração orientar o voto dos administradores da Companhia, no caso de decisões tomadas em sede de assembleia geral, reunião de sócios ou órgão equivalente, ou o voto dos administradores eleitos ou indicados pela Companhia para os órgãos da administração de tais sociedades, quando a deliberação se enquadrar nas alíneas (o), (p) e (q) deste Artigo, calculando-se os parâmetros ali referidos com base no mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral das sociedades controladas ou investidas.

**Parágrafo 2º** – O Conselho de Administração aprovará uma política de transações com partes relacionadas, podendo estabelecer alçadas, atribuições e procedimentos específicos para a aprovação daquelas transações.

## **Seção II**

### **Comitê de Auditoria e Demais Órgãos Auxiliares da Administração**

**ARTIGO 18** – O comitê de auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

**Parágrafo 1º** – O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no caput.

**Parágrafo 2º** – Os membros do Comitê de Auditoria, observado o disposto no Artigo 20 e no Capítulo V deste Estatuto Social, devem ser eleitos pelo Conselho de Administração e preencher os requisitos aplicáveis de independência previstos nas regras da Comissão de Valores Mobiliários e do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 3º** – As atividades do Coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 19** – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para

um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, observados os termos do regimento interno do Comitê de Auditoria.

**Parágrafo 1º** – No curso de seus mandatos, os membros do Comitê de Auditoria somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses:

- (a) morte ou renúncia;
- (b) ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões alternadas por ano; ou
- (c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** – Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.

**Parágrafo 3º** – Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

**ARTIGO 20** – Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei n.º 6.404/76 e do Capítulo V abaixo, o Comitê de Auditoria conservará suas atribuições, respeitadas as competências outorgadas por lei ao Conselho Fiscal.

**ARTIGO 21** – O Conselho de Administração poderá constituir outros Comitês, com a composição que determinar, os quais terão a função de receber e analisar informações, elaborar propostas ou efetuar

recomendações ao Conselho de Administração, em suas específicas áreas de atuação, como vier a ser estabelecido em seus regimentos internos, a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** – Os membros dos Comitês criados pelo Conselho de Administração terão os mesmos deveres e responsabilidades dos administradores.

### **Seção III Da Diretoria**

**ARTIGO 22** – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 14 (quatorze) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) necessariamente indicado para o cargo de Diretor Presidente e 1 (um) necessariamente indicado para o cargo de Diretor de Relação com Investidores e os demais Diretores Vice-Presidentes e Diretores.

**Parágrafo Único** – O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

**ARTIGO 23** – Aos Diretores compete o exercício das funções gerais discriminadas neste Estatuto e daquelas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, mantendo entre si recíproca colaboração e auxiliando-se mutuamente no exercício de seus cargos e funções.

**Parágrafo 1º** – As atribuições e denominações específicas de cada um dos Diretores serão definidas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** – Nos casos de vacância, ausência, licença, impedimento ou afastamento temporário ou definitivo, os Diretores substituir-se-ão na seguinte forma:

- (a) em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este designará uma pessoa para substituí-lo e, em caso de vacância, o Conselho de Administração deverá eleger um substituto no prazo de até 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor Presidente substituído;
- (b) em caso de ausência ou impedimento temporário dos demais Diretores, estes serão substituídos pelo Diretor Presidente e, em caso de vacância, o Conselho de Administração deverá eleger um substituto no prazo de 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor substituído.

**ARTIGO 24** – A Diretoria se reunirá por convocação do Diretor Presidente, ou ainda por convocação de metade dos Diretores em exercício.

**Parágrafo Único** – O "quorum" mínimo para a instalação das reuniões da Diretoria é de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Na hipótese de empate nas deliberações de matérias sujeitas à aprovação da Diretoria, tal

matéria deverá ser submetida à aprovação do Conselho de Administração.

**ARTIGO 25** – Além dos deveres e responsabilidades de que possa ser incumbida pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, compete à Diretoria, sem prejuízo de outras atribuições legais:

- (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir este Estatuto;
- (ii) dar cumprimento ao objeto social;
- (iii) aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle no interesse do desenvolvimento da Companhia, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- (iv) elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício, bem como os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- (v) dirigir todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e adequadas à consecução dos seus objetivos;
- (vi) propor ao Conselho de Administração os planos e programas de investimentos;
- (vii) autorizar a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e/ou instituir delegações, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior;
- (viii) manifestar-se a respeito dos assuntos sobre os quais o Conselho de Administração vier a solicitar apreciação específica; e
- (ix) desenvolver em conjunto com o Conselho de Administração e executar o Plano de Participação nos Resultados.

**ARTIGO 26** – Compete, em especial, ao Diretor Presidente:

- (a) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;
- (b) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores;
- (c) convocar e instalar as reuniões da Diretoria;
- (d) coordenar e conduzir o processo de aprovação do orçamento anual/plurianual e do plano

de investimento e expansão junto ao Conselho de Administração; e

- (e) sugerir designações e respectivos candidatos para os cargos da Diretoria da Companhia e submeter tal sugestão à aprovação do Conselho de Administração.

**ARTIGO 27** – Compete aos demais Diretores auxiliar o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, desde que autorizados pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 28** – Os Diretores representarão a Companhia ativa e passivamente, em juízo e fora dele e perante terceiros, praticando e assinando todos os atos que obriguem a Companhia.

**Parágrafo 1º** – Nos atos de constituição de procuradores, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, em conjunto. As procurações em nome da Companhia deverão conter prazo de validade, com exceção daquelas para fins judiciais, além da descrição dos poderes conferidos, os quais poderão abranger todo e qualquer ato, inclusive os de natureza bancária.

**Parágrafo 2º** – Para os atos que importem em aquisição, oneração ou alienação de bens, inclusive bens imóveis, bem como os atos de constituição de procuradores para tais práticas, a Companhia deverá ser representada, obrigatoriamente, por 2 (dois) Diretores, 2 (dois) procuradores ou 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em conjunto.

**Parágrafo 3º** – A Companhia se considerará obrigada quando representada:

- (a) conjuntamente por 2 (dois) Diretores;
- (b) conjuntamente por um Diretor e um procurador, constituído nos termos deste Estatuto Social;
- (c) conjuntamente por dois procuradores, constituídos nos termos deste Estatuto Social; ou
- (d) singularmente, por um procurador ou por um Diretor, em casos especiais, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

## **CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 29** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

**Parágrafo 1º** –O Conselho Fiscal somente será instalado mediante requisição de acionista(s) da Companhia, observada a legislação aplicável.

**Parágrafo 2º** – O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

**Parágrafo 3º** – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 38.

## **CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ARTIGO 30** – O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

**ARTIGO 31** – A Companhia poderá, a critério da Diretoria, levantar balanços trimestrais ou semestrais.

## **CAPÍTULO VII DA DESTINAÇÃO DO LUCRO**

**ARTIGO 32** – Levantado o balanço patrimonial, serão observadas, quanto à distribuição do resultado apurado as seguintes regras:

- (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda;
- (ii) após deduzidas as parcelas descritas no item (i) acima, será deduzida importância a ser distribuída a título de participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, conforme determinação do Conselho de Administração em observância ao Plano de Participação nos Resultados, nos termos e limites dos itens "k" e "l" do Artigo 17 deste Estatuto Social;
- (iii) os lucros remanescentes terão as seguintes destinações:
  - (a) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
  - (b) importâncias destinadas à constituição de reserva para contingências, caso deliberado pela Assembleia Geral;
  - (c) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo obrigatório, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo do presente Estatuto Social.
  - (d) o lucro que não for utilizado para constituir a reserva de que trata o Parágrafo 2º deste Artigo, nem retido nos termos do Artigo 196 da Lei n.º 6.404/76, será distribuído como dividendo adicional.

**Parágrafo 1º** – O dividendo obrigatório será calculado e pago de acordo com as seguintes normas:

- (a) base de cálculo do dividendo será o lucro líquido do exercício diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, e acrescido da reversão das reservas de contingências formadas em exercícios anteriores;
- (b) o pagamento do dividendo determinado nos termos da alínea anterior poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado nos termos da lei, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e
- (c) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

**Parágrafo 2º** – Fica criada Reserva para Expansão, que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações de que tratam as alíneas "a", "b", e "c" do item (iii), não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

**Parágrafo 3º** – A Companhia poderá distribuir, autorizada pelo Conselho de Administração, dividendos intermediários, "ad referendum" da Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º** – A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração e *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observadas a taxa e os limites definidos em lei.

**ARTIGO 33** – O montante dos dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio será colocado à disposição dos acionistas no prazo a ser deliberado pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral, podendo ser atualizados monetariamente, conforme determinação do Conselho de Administração, observadas as disposições legais pertinentes.

## **CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 34** - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a liquidação, determinando-lhes a remuneração.

## **CAPÍTULO IX ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO**

**ARTIGO 35** - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única

operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

## **CAPÍTULO X**

### **AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE NA COMPANHIA**

**ARTIGO 36** - Qualquer pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas (“**Acionista Adquirente**”): (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria; ou (b) de quaisquer outros direitos de acionistas, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia que representem percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria (“**Participação Relevante**”), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante, com os seguintes requisitos mínimos, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo (“**OPA**”):

I. ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia;

II. o preço ofertado deve corresponder a, no mínimo, o maior valor entre: (i) o Valor Econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) o maior preço pago pelo Acionista Adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem ao atingimento da Participação Relevante; e (iii) 125% da cotação unitária média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 120 (cento e vinte) pregões anteriores à realização da OPA; e

III. ser efetivada em leilão a ser realizado na B3.

**Parágrafo 1º** - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outra pessoa ou acionista, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Parágrafo 2º** - As obrigações constantes no artigo 254-A da Lei n.º 6.404/76 e do Artigo 35 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes neste Artigo.

**Parágrafo 3º** - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ordinárias ou as exigências da CVM e da B3 relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 4º** - A obrigação de realização de OPA nos termos deste Artigo 36 não se aplica na hipótese

de uma pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas tornar-se titular de ações de emissão da Companhia caso o atingimento da Participação Relevante decorra: (a) de operações societárias de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, (b) no caso de aquisição, via aumento de capital privado ou subscrição de ações realizada em oferta primária por quem tenha direito de preferência ou ainda, no caso de aquisição, via aumento de capital privado ou subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tenha o direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição; e (c) nos casos de ofertas públicas de distribuição de ações (incluindo ofertas públicas de esforços restritos).

**Parágrafo 5º** - Para fins do cálculo do percentual de Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, da recompra de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Parágrafo 6º** - Para os fins do disposto neste Artigo 36, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por acordo de voto (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, "trusts", condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (c) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (d) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

“**Valor Econômico**” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por instituição financeira de primeira linha com operações no Brasil, mediante a utilização do método de fluxo de caixa descontado.

**ARTIGO 37** – A OPA de que trata o Artigo 36 acima poderá ser dispensada pela Assembleia Geral observados os termos abaixo.

**Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação.

**Parágrafo 2º** - Caso o quórum do parágrafo 1º não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

**Parágrafo 3º** - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral, excluídos os votos do Acionista Adquirente.

## **CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS**

**ARTIGO 38** – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**ARTIGO 39** – A Companhia indenizará e manterá indene seus administradores, membros de comitês estatutários, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam o cargo ou função de gestão na Companhia, na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por tais pessoas por força do exercício regular de suas funções na Companhia, mesmo que o beneficiário não mais exerça o cargo ou função para o qual foi eleito ou exerceu na Companhia e/ou quaisquer de suas sociedades controladas ou coligadas (“**Beneficiários**”).

**Parágrafo 1º** - A indenização somente será devida após a utilização e apenas em caráter suplementar a eventuais coberturas de seguros de responsabilidade civil concedidos pela Companhia e/ou quaisquer de suas sociedades controladas ou coligadas (“**Seguro D&O**”). Os pagamentos a serem feitos pela Companhia deverão corresponder ao excedente do valor coberto pelo Seguro D&O e observados os limite previstos no contrato de indenidade a ser celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, conforme referido no Parágrafo 4º abaixo (“**Contrato de Indenidade**”).

**Parágrafo 2º** - O Contrato de Indenidade poderá prever situações de exceção em que a Companhia faça adiantamentos aos Beneficiários, desde que o pagamento de tais adiantamentos sejam previamente aprovados pelo Conselho de Administração e o Seguro D&O seja acionado antes do pagamento do adiantamento pela Companhia.

**Parágrafo 3º** - Sem prejuízo de outras situações previstas no Contrato de Indenidade, não serão

passíveis de indenização os atos praticados fora do exercício das atribuições dos Beneficiários, em desacordo com a legislação, regulamentação ou decisões administrativas aplicáveis, o estatuto social e as políticas e códigos, praticados fora do curso normal dos negócios, com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude, em interesse próprio ou de terceiros ou em detrimento do interesse social. Caso algum Beneficiário seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, ou uma decisão definitiva de qualquer regulador ou órgão governamental que tenha jurisdição, em virtude de um ato não passível de indenização, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas que tenham sido por ela efetivamente pagas ou, conforme o caso, antecipadas ao Beneficiário, em decorrência da obrigação assumida conforme o caput deste Artigo, nos termos do Contrato de Indenidade.

**Parágrafo 4º** - As condições da indenização objeto deste artigo deverão garantir a independência das decisões e assegurar o melhor interesse da Companhia e serão determinadas no Contrato de Indenidade a ser aprovado pelo Conselho de Administração e celebrado entre a Companhia e cada um dos Beneficiários.

**ARTIGO 40** – Os valores em dólares norte-americanos mencionados no presente Estatuto deverão ser utilizados exclusivamente como base de referência de atualização monetária e deverão ser convertidos em Reais pela taxa de fechamento de venda do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

**ARTIGO 41** – Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, incluindo o Regulamento do Novo Mercado.

\*\*\*



**Companhia Brasileira de Distribuição**  
CNPJ/MF (Brazilian Taxpayer Id.) No. 47.508.411/0001-56  
NIRE (State Registry) No. 35.300.089.901

**Management's Proposal and User Guide to Attend the Annual and Extraordinary Meeting  
to be held on April 29, 2024.**

Sao Paulo, March 29, 2024.

<b>1.</b>	<b>INTRODUCTION.....</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>REQUIREMENTS FOR SHAREHOLDERS TO ATTEND MEETINGS.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1.</b>	<b>ATTENDANCE AT THE MEETING VIA THE ELECTRONIC SYSTEM .....</b>	<b>5</b>
<b>2.2.</b>	<b>ATTENDANCE THROUGH DISTANCE VOTING BALLOTS.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3.</b>	<b>ESTABLISHING THE FISCAL COUNCIL .....</b>	<b>12</b>
<b>3.</b>	<b>MANAGEMENT'S PROPOSAL .....</b>	<b>13</b>
	<b><i>Annual Shareholders Meeting</i></b>	
<b>I.</b>	<b><i>Financial Statements.....</i></b>	<b>13</b>
<b>II.</b>	<b><i>Net Loss Offset.....</i></b>	<b>13</b>
<b>III.</b>	<b><i>Proposal for the Management members' Overall Compensation .....</i></b>	<b>14</b>
	<b><i>Extraordinary Shareholders Meeting</i></b>	
<b>I.</b>	<b><i>Incentive Plan.....</i></b>	<b>14</b>
<b>II.</b>	<b><i>Capital Stock of the Company .....</i></b>	<b>15</b>
<b>III.</b>	<b><i>Adjustments to the powers of the Board of Directors .....</i></b>	<b>15</b>
<b>IV.</b>	<b><i>Proposal to restate the Company's Bylaws.....</i></b>	<b>15</b>
<b>4.</b>	<b>CORPORATE APPROVALS.....</b>	<b>15</b>
	<b><i>Exhibit I.....</i></b>	<b>16</b>
	<b><i>Exhibit II.....</i></b>	<b>51</b>
	<b><i>Exhibit III.....</i></b>	<b>102</b>
	<b><i>Exhibit IV.....</i></b>	<b>116</b>
	<b><i>Exhibit V.....</i></b>	<b>116</b>
	<b><i>Exhibit VI.....</i></b>	<b>116</b>

## 1. INTRODUCTION

Dear shareholders,

The management of Companhia Brasileira de Distribuição (hereinafter, the "Company", or "CBD") submits below information on the matters to be resolved as per the Management's proposal at the Annual and Extraordinary General Meeting of the Company (the "Meeting") to be held **by videoconference only, including for voting purposes, on April 29, 2024, at 11 a.m.**, pursuant to the Resolution of the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM") No. 81, of March 29, 2022, as amended ("CVM Resolution 81"), as well as the required clarifications for the participation of shareholders.

The Company prepared this Management's Proposal and the User Guide to Attend such Meetings (the "Proposal") in compliance with good corporate governance and transparency practices. The aim is to provide clear guidance to all Shareholders on the matters to be addressed. Moreover, the Company's Investor Relations Board of Executive Officers is made available for them to answer any further questions.

The agenda for the Annual Shareholders' Meeting includes the resolution of the following matters:

- I. Review of the management's accounts, as well as examination, discussion and voting of the Company's management report and financial statements for the fiscal year ended December 31, 2023;
- II. Offsetting of the accrued net loss recorded in the fiscal year ended December 31, 2023 through the use of part of the Company's profit reserves; and
- III. Determination of the annual global remuneration of the Company's directors.

Resolution of the following matters on the agenda will take place at the Extraordinary General Meeting of Shareholders:

- I. Approval of the Company's new "Incentive Plan Linked to the Granting of Shares and Stock Options" ("Incentive Plan"), which will withdraw the Company's "Stock Option Plan and the Stock Option Compensation Plan", currently in force;
- II. Amendment of Article 4 of the Company's Bylaws to reflect the capital increases approved at the Meetings of the Board of Directors held on March 13, 2024 and on March 29, 2024;
- III. Amendment of items (l), (m) and (o) and paragraph 1st of article 17 of the Company's Bylaws, to adjust the powers of the Board of Directors; and
- IV. Approval of the consolidation of the Company's Bylaws in order to incorporate the

above amendments;

The proposals put forth by the Management regarding the agendas for said Meetings, along with detailed information about each topic, can be found in section 3 of this Proposal.

Sao Paulo, March 29, 2024.

**The Management**  
**Companhia Brasileira de Distribuição**

## 2. REQUIREMENTS FOR SHAREHOLDERS TO ATTEND MEETINGS

Pursuant to the guidelines below, the Company will allow Shareholders to attend meetings by: (i) voting via electronic system during the Meeting; or (ii) sending a distance voting ballot, being disclosed one ballot for voting on the matters to be resolved at the Annual General Meeting and another for voting on the matters to be resolved at the Extraordinary General Meeting, which are available on the Company's Investor Relations *website* ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)) and also on the *websites* of CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) and B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), which may be sent through their respective custodians (if they provide this type of service), Itaú Corretora de Valores S.A., the Company's bookkeeping agent (“Bookkeeping Agent”), or directly to the Company by *email*, as provided below (together referred to as the “Distance Voting Ballots”).

Shareholders who utilize the digital platform to attend the Meeting will be deemed present and acknowledged as a subscriber in the minutes and shareholders' attendance book.

### 2.1. Attendance at the meeting via the electronic system

The meeting will take place via digital means only, using the digital platform called "Ten Meetings". This platform will grant access to the meeting, as well as monitor and manage the voting process on each "Agenda" item (the "Digital Platform"). As a result, each Shareholder who wishes to attend and exercise their voting rights at the Meeting must comply with the procedures outlined based on their type of participant.

#### 2.1.1. Registration on the Digital Platform

Shareholders are required to access the "Registration Link" *link* <https://assembleia.ten.com.br/708336898>, and complete the registration on the Digital Platform no later than April 27, 2024.

To register on the Digital Platform, shareholder must access the Registration *Link* and **fill in the information requested by the platform for registration on the Digital Platform, according to the type of participant, as follows:**

##### Individual Taxpayer Identification

For shareholders who are individuals and wish to take part directly, the following information must be provided: (i) full name; (ii) Taxpayer Identification Number (“CPF”); (iii) *e-mail*; and (iv) password creation as required by the Digital Platform. After completing the fields requested by the Digital Platform, every shareholder must send a copy of his/her personal document with a photo containing his/her Tax Id (CPF) number and other applicable documents as referred to in section 2.1.2 below.

Once the registration is completed, individual shareholders will receive an *email message* informing alternatively that their registration is: **(i)** pending, that is, that the registration was successfully completed and the Company is analyzing the documents submitted; **(ii)** approved, that is, that the Company has already analyzed the documentation presented and approved the registration; or **(iii)** disapproved, that is, that the registration was not approved by the Company after having assessed the documentation submitted and, in the latter case, which measures must be taken to update/correct the documents have the registration approved.

In order to update or correct the registration, shareholders are required to access the Registration *Link* once again. They must then *login* using the user and password that was created during their initial access to the Digital Platform, and proceed to *upload* the newly requested documents.

Upon rectifying and updating the registration, the Company will proceed to assess the documentation provided and will update the status of such Shareholder directly in the Digital Platform. The registration may be updated/corrected no later than April 27, 2024. Once this period has elapsed, under article 6, paragraph 3 of CVM Resolution 81, it will no longer be possible to rectify or update the registration.

*Register of shareholders that are companies or organizations, and/or represented by an Attorney/Legal Representative*

For shareholders that are companies or organizations, and/or shareholders of any nature who are represented by attorneys-in-fact and/or legal representatives ("**Grantors**"), the following information must be provided regarding their respective representatives and/or attorneys-in-fact ("**Representative**"): **(i)** full name; **(ii)** Tax Id. (CPF) number; **(iii)** *email address*; and **(iv)** password creation as required by the Digital Platform. After completing the fields requested by the Digital Platform, every Representative must send a copy of his/her personal document with a photo containing his/her Tax Id (CPF) number.

After registering, the Representative will be automatically directed to the page on which he/she must fill in the data required for each of the Grantors, as the case may be, that he/she is representing. Alternatively, if the automatic redirection does not occur, the Representative must access the Registration *Link* once again, *login* with the user and password that was created in the first access to the Digital Platform, access the "Meeting Panel", then click on the "Register Grantor" tab and fill in the required data for each Grantor they are representing.

Once a Grantor is registered, the general information regarding the Grantor will be displayed in the list of Grantors. The Representative must then repeat this process for each Grantor they represent.

After completing the list of Grantors, the Representative must access the "Documents" tab and click on "Add File". In this field, it shall make available the documentation applicable to each of

the shareholders represented by him/her, as applicable, as referred to in section 2.1.2 hereinbelow. Users have the flexibility to attach all documents simultaneously or one by one.

Once the *upload* of all documents is completed, the Representative will receive an *email message* informing alternatively that the registration of their Grantors is: **(i)** pending, that is, that the registration was successfully completed and the Company is analyzing the documents submitted; **(ii)** approved, that is, that the Company has already analyzed the documentation presented and approved the registration; or **(iii)** disapproved, that is, that the registration was not approved by the Company after having assessed the documentation submitted and, in the latter case, which measures must be taken to update/correct the documents have the registration approved.

Furthermore, the Representative has the authority to directly monitor the real-time updates regarding the "*status*" of each Grantor under his/her representation on the Digital Platform. In the event of any discrepancies in the registration documentation pertaining to the Grantors, such discrepancies will be indicated in the list of Grantors with the *status* of "Failed". In order to directly access the cause of the failure on the Digital Platform, you can click on the corresponding red "letter" icon.

The screen displaying the reasons for the non-approval of shareholder registration by the Company will provide the opportunity to attach additional documents to the respective shareholder. To update/correct the registration, the Representative must *upload* the newly requested documents.

After correcting/updating the registration, the Company will analyze the documentation provided and update the *status* of said Grantors directly on the Digital Platform.

The registration may be updated/corrected no later than April 27, 2024. Once this period has elapsed, under article 6, paragraph 3 of CVM Resolution 81, it will no longer be possible to rectify or update the registration.

#### Alternate Representative Registration

If the Representative wants to register an alternative representative, they must access the Registration *Link* again, *login* with the user and password created in the first access to the Digital Platform, access "Meeting Panel", click on the "Representatives" tab, and then click on the "Invite Representative" button. The Representative must provide the requested data and click on "Invite Representative". An alternative representative may see and send documents of the Grantors in common, however, **only the main participant may express the votes on the day of the Meeting.**

#### Additional Information

The meeting will only be accessible to shareholders and their representatives who properly accredit themselves within the specified deadline and manner outlined in this Management

Proposal. The Company emphasizes that registrations, submission of new documents, or resubmissions will not be accepted beyond the registration deadline. Therefore, it is advisable for shareholders or representatives to allow for a three-day margin prior to the registration deadline, ensuring the submission of all required documentation. Hence, if there are any outstanding matters, shareholders or representatives will be granted a period to rectify them before the designated deadline.

In case of need for supplementation and/or additional clarifications in relation to the documents submitted for registration of attendance, the Company may contact the corresponding shareholder (or its respective Representative, as the case may be) to request that the supplementation be carried out in a timely manner to allow the sending of information and guidelines for access to the Digital Platform within the period set forth in this Proposal.

In the event that the shareholder (or their designated Representative, if applicable) who has formally requested attendance at the Meeting has not received the aforementioned instructions to access the Digital Platform **within 24 hours of the Annual General Meeting (specifically, by 11.00 a.m. on April 28, 2024)**, they are required to contact the Company via *email* at [societario@multivarejogpa.com.br](mailto:societario@multivarejogpa.com.br), with a copy sent to [gpa.ri@gpabr.com](mailto:gpa.ri@gpabr.com), in any case, up to 2 (two) hours before the time set for the Meeting to begin, so that the guidelines are forwarded to them.

Support for accessing the Digital Platform will be provided by the Company, reachable at the phone number (21) 98126-5724 or through either of the email addresses: [rodrigo.ventura@ten.com.br](mailto:rodrigo.ventura@ten.com.br) or [suporte@ten.com.br](mailto:suporte@ten.com.br), no later than 2 (two) hours before the Meeting starts.

Moreover, the Company respectfully requests that shareholders log in to the Digital Platform at least 30 minutes before the Meeting is scheduled to begin. Registered shareholders are strongly encouraged to familiarize themselves with the Digital Platform beforehand to mitigate potential risks related to equipment compatibility and usage problems during the Meeting. The Management has made it clear that once the Meeting begins at the scheduled time, it will no longer be accessible through the Digital Platform.

The registered Shareholders or Representatives, as the case may be, undertake to: **(i)** use their individual invitations solely and exclusively for the remote monitoring of the Meeting; **(ii)** not to transfer or disclose, in whole or in part, the individual invitations to any third party, whether shareholder or not, as the invitation is non-transferable; and **(iii)** not to record or reproduce, in whole or in part, nor transfer, to any third party, shareholder or not, the content or any information shared by virtual means during the Meeting.

As per the provisions of article 6, paragraph 3 of CVM Resolution 81, Shareholders (either directly or through their Representatives) who have not completed the registration process in the

aforementioned Registration *Link* or failed to submit the necessary documents within the designated timeframe will be denied to access the Digital Platform.

The Company also emphasizes that the information and guidelines to access the Digital Platform, including, without limitation, the access password, are exclusive and non-transferable, and the shareholder (or its respective Representative, as the case may be) assumes full responsibility for the possession and confidentiality of the information and guidelines sent to them by the Company under the terms of this Proposal. The shareholder or their designated Representative will bear exclusive responsibility for the accuracy and veracity of the identification information provided to the Company. They shall be held civilly and criminally liable for any personal misuse of the *link*, *login*, and password necessary to access the Meeting. Furthermore, sharing this information with third parties is strictly prohibited.

In anticipation of the access information that will be sent by *email* to the duly registered shareholder (or its respective Representative, as the case may be), as described above, the Company requests that access to the Digital Platform take place by videoconference (mode by which shareholders may attend the meeting and express themselves by voice and video) in order to ensure the authenticity of the communications, unless the shareholder is urged, for any reason, to turn off the video feature of the Digital Platform. Moreover, in order to facilitate the productive flow of the Meeting, shareholders are urged to comply with any time restrictions established by the Company for expressing opinions and the commencement of the audio.

Moreover, in accordance with the aforementioned information and in light of the regulations outlined in article 28, paragraph 1, II, of CVM Resolution 81, the Company will conduct a complete recording of the Meeting, emphasizing the absolute prohibition for shareholders (or its representative, as the case may be) to record or transmit even part of the Meeting. However, the attending shareholders (or its representative, as the case may be) hereby authorize the use, by the Company, of any information contained in the recording of the Meeting for: **(i)** registration of the possibility of manifestation and visualization of the documents submitted during the Meeting; **(ii)** registration of the authenticity and security of the communications during the Meeting; **(iii)** registration of the presence and votes cast by the attending shareholders (or its representative, as the case may be); **(iv)** compliance with a legal order of competent authorities; and **(v)** defense of the Company, its managers, and contracted third parties, whether in court, through arbitration, or any other regulatory or administrative level.

To partake in the Meeting using the Digital Platform, certain technical requirements must be met:

- (i) a computer that has the ability to activate its camera and audio features; and
- (ii) internet access connection of at least 1mb (minimum bandwidth of 700kbps).

Note: for videoconferencing, it is advised to use the Google Chrome or Microsoft Edge browser, and it is recommended to have the latest version of both the browser and the operating system. Furthermore, it is advisable for shareholders to disconnect any VPN, videoconferences, or other

camera and microphone platforms they may be using before accessing the Digital Platform for the Company's Meeting.

The Company cannot be held accountable for any connection problems faced by Shareholders or their legal representatives, or any other unforeseen circumstances that are beyond its control.

Attendance to the Meeting through the Digital Platform will only be granted to shareholders or their Representatives, the Company's managers, and individuals whose presence is legally required or mandated by applicable regulations.

### **2.1.2. Documents required to attend the Meeting**

The following documents must be provided by the shareholders and/or their Representatives, as the case may be, through the Digital Platform at the electronic address stated hereinabove:

- (a) updated statement containing the respective shareholding, issued by the custodian agent;
- (b) For individuals: shareholder's identification document with photo;
- (c) For companies and organizations: (i) the most recent restated bylaws or articles of association, in addition to the corporate documents that prove that such shareholder is duly represented pursuant to the law; and (ii) identification document with photo of such organization's legal representative;
- (d) For investment funds: (i) the most recent restated charter of such fund; (ii) the bylaws or articles of association of its manager or administrator, as the case may be, subject to the voting policy of the fund and corporate documents proving the powers/authority of representation; and (iii) identification document with photo of the fund's attorney-in-fact/legal representative; and
- (e) if any of the Shareholders referred to in sections (b) to (d) above will be represented by their Representative, in addition to the respective documents stated above, they must also provide the (i) power of attorney with specific powers for their representation at the Meeting; (ii) identification documents of the attorney-in-fact to be present at the Meeting, as well as, in the case of an organization or fund, copies of the identification document and the minutes that elected the legal representative(s) who signed the power of attorney where the powers of representation are stated. For this Meeting, the Company will accept powers of attorney granted by Shareholders through electronic means, preferably signed using the ICP-Brazil certification or through the "Gov.br" platform.

In order to guarantee the active participation of Shareholders, the Company will dispense with the requirement of certified copies or notarization for documents issued and signed within Brazil, as well as the notarization, legalization/apostille, and registration in the Brazilian Registry of

Deeds and Documents for documents signed abroad.

Furthermore, the Company shall not require certified translations of documents originally written in Portuguese, French, English, or Spanish, or those that are presented with a translation in any of these languages. Nevertheless, in all other circumstances, such translations will be obligatory.

The following identification documents will be accepted, provided they bear a photo and are still effective: RG (Brazilian citizens' identification document), RNE (Brazilian identification document for foreigners), CNH (driver's license), passport, or officially recognized professional class identification documents (like identification documents for lawyers, engineers, physicians etc.).

## **2.2. Attendance through Distance Voting Ballots**

Shareholders who are interested in exercising their voting rights through Distance Voting Ballots, pursuant to CVM Resolution 81, must **(a) complete each of the** Distance Voting Ballots according to the completion guidelines contained therein; and **(b) send them (i)** directly to the Company by *email*; or **(ii)** to their Bookkeeping Agent; or **(iii)** to their respective custodian agents (if they provide this type of service), according to the following guidelines.

To ensure the effectiveness of Distance Voting Ballots, they must be received by April 22, 2024 (seven (7) days prior to the Meeting), using one of the designated methods, and that day is not the last day for them to be submitted. Any votes received after April 22, 2024 through Distance Voting Ballots will be deemed invalid and will not be taken into consideration.

Below, you will find the instructions for sending each of the Distance Voting Ballots:

**I. Submission directly to the Company:** Shareholders must send by *email*, return receipt requested, to the Corporate Legal Department ([societario@multivarejogpa.com](mailto:societario@multivarejogpa.com)), each of the Distance Voting Ballots (completed, initialed, and signed, with no need of notarizing the signature, under the completion guidelines contained therein) accompanied by a copy of the documents listed in section 2.1 hereinabove. For this Meeting, the Company will accept Distance Voting Ballots signed electronically, preferably using the ICP-Brazil certification or through the "Gov.br" portal; or

**II. Submitting them to the Company's Bookkeeping Agent or Custodian Agent:** Shareholders holding shares issued by the Company that are deposited in a central securities custodian may transmit their voting instructions to fill in each of the Distance Voting Ballots through their corresponding custody agents, if they provide such kind of service. Shareholders who have not deposited their shares in a central custodian have the option to transmit their voting instructions to the Bookkeeping Agent using the available channels. The delivery of such Distance Voting Ballots shall be subject to the rules, guidelines, and deadlines set by each custodian or the Bookkeeping Agent, as the case may be. For that purpose, every Shareholder should contact them

and verify the procedures, documents, and information provided for by them to issue voting instructions through Distance Voting Ballots.

The Distance Voting Ballots are available on the Company's Investor Relations *website* ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)) and on the *websites* of CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) and B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### **2.3. Establishing the Fiscal Council**

It is worth highlighting that the establishment of the Fiscal Council, which will be incorporated into the Distance Voting Ballot for the Annual General Meeting, is not encompassed within this Proposal, as it was added because of regulatory obligations.

In this sense, the Management clarifies that, under the terms of its Bylaws, the Company already has a Statutory Audit Committee whose members are appointed by the Board of Directors—consisting of independent members of the Board and external members—and that it complies with **(i)** the mandatory requirements provided for in CVM Resolution No. 23, of February 25, 2021 currently in force; **(ii)** the mandatory requirements provided for in the Regulation of the B3 corporate governance listing segment called Novo Mercado; and **(iii)** the regulatory requirements provided for by the *Securities and Exchange Commission* (SEC), considering that the Company has level-III *American Depositary Receipts* (ADRs) admitted and listed on the New York Stock Exchange (NYSE) in the United States since May 29, 1997.

The Statutory Audit Committee is vested with the same legal authority as the Fiscal Council, as dictated by the *Sarbanes-Oxley Act*, to adhere to the criteria for corporations listed on the NYSE.

### **3. MANAGEMENT'S PROPOSAL**

The Company's Management submits to the Meeting the proposals described below:

#### **(A) ANNUAL GENERAL MEETING**

##### **I. Financial Statements**

The Management proposes that the management's accounts, the Management Report, the Financial Statements, and the Independent Auditors' Report for the fiscal year ended December 31, 2023 be approved, which counted on a favorable opinion from the Company's Audit Committee, as disclosed in full on February 21, 2024 on the Company's Investor Relations *website* and on the CVM and B3 *websites*, and published in a summary form in the newspaper "Folha de São Paulo" on March 21, 2024, pursuant to article 289 of Law No. 6.404, of December 15, 1976, as amended ("Law 6.404/76").

In compliance with the provisions of article 10, subparagraph III, of CVM Resolution 81, the information contained in section 2 of the Reference Form is submitted in **Exhibit I** to this Proposal, which reflects the management's comments on the Company's financial condition.

Due to the net loss incurred by the Company, there will be no distribution of the accounting result for the fiscal year. Consequently, the information specified in article 10, sole paragraph, item II, of CVM Resolution 81, is not stated.

##### **II. Net Loss Offset**

The Company reported a net loss of R\$ 2,271,275,662.41 (two billion, two hundred and seventy-one million, two hundred and seventy-five thousand, six hundred and sixty-two *reais* and forty-one *centavos*) in the fiscal year ending on December 31, 2023, which, combined to the loss presented in the fiscal year ended on December 31, 2022, resulted an accumulated loss of R\$ 2,442,331,302.16 (two billion, four hundred and forty-two million, three hundred and thirty-one thousand, three hundred and two *reais* and sixteen *centavos*). Thus, the Management proposes,

pursuant to the sole paragraph of art. 189 of the Law 6.404/76, that the accumulated loss be absorbed by the following profit reserves:

- Retained earnings: R\$ 1,931,071,553.89 (one billion, nine hundred and thirty-one million, seventy-one thousand, five hundred and fifty-three *reais* and eighty-nine *centavos*); and
- Expansion reserve: R\$ 511,259,748.27 (five hundred and eleven million, two hundred and fifty-nine thousand, seven hundred and forty-eight *reais* and twenty-seven *centavos*).

Due to the loss observed in the fiscal year ended December 31, 2023, the Annex A of CVM Resolution No. 81/22 will not be presented.

### **III. Proposal for the Management members' Overall Compensation**

The Management proposes an overall compensation for the Management members for the fiscal year 2024 in the total amount of up to R\$70,370,371.71 (seventy million, three hundred and seventy thousand, three hundred and seventy-one *reais* and seventy-one *centavos*). Such amount will be distributed among the Board of Executive Officers and the Board of Directors, according to criteria and standards set forth by the Company and in compliance with the legislation in force. This amount includes the expense arising from the agreements entered into with the administration under the Company's Stock Option Plans and the Incentive Plan.

In compliance with the provisions of article 13, subparagraph II, of CVM Resolution 81, the Company presents in **Exhibit II** to this Proposal the information referred to in section 8 of the Reference Form.

## **(B) EXTRAORDINARY GENERAL MEETING**

### **I. Incentive Plan**

The Management proposes the approval of the Company's new Stock-Based Incentive and Stock Options Plan (the "Incentive Plan"), which will replace the Company's current plans, which are the Stock Option Plan and the Equity Compensation Plan, in order to update and provide in the granting options to the beneficiaries conditions that best encourage the development of a long-

term vision and the alignment of the directors and employees' interests with the interests of the Company's shareholders.

Furthermore, it is important to clarify that the proposed Incentive Plan aims to enhance the Company's compensation model, not only to align with its new shareholding structure, but also to adhere to industry best practices.

In compliance with the provisions of article 14 of CVM Resolution 81, the information set forth in Exhibit B of CVM Resolution 81 is presented in **Exhibit III** to this Proposal with the key information of the Plan, while **Exhibit IV** states such information in full.

## **II. Capital Stock of the Company**

The Management proposes to amend Article 4 of the Company's Bylaws to reflect the capital increase, within the authorized limit, as approved at the meetings of the Board of Directors held on March 13, 2024 and on March 29, 2024.

## **III. Adjustments to the powers of the Board of Directors**

Considering the Incentive Plan presented in this Proposal and the current reality of the Company, the Management proposes to amend article 17 of the Bylaws, **(i)** subparagraph (l), in order to exclude the limit provided for therein, considering that the limit of shares to be granted will already be provided for in the Incentive Plan, **(ii)** subparagraph (m), in order to reflect the amendment proposed in section (i) and reflect the new share-based compensation structure adopted by the Company; and **(iii)** subparagraph (o), in order to adequate its wording to the Company's Policy of Transactions with Related Parties.

In compliance with the provisions of article 12 of CVM Resolution 81, the Management presents the report detailing the origin and justification of the amendments proposed in sections II and III above, with a comparative table between the current version and the proposed amendments in **Exhibit V**.

## **IV. Proposal to restate the Company's Bylaws**

The Management hereby proposes that the Company's Bylaws are amended and restated to reflect the changes proposed in sections II and III above. Thus, in compliance with the provisions of article 12 of CVM Resolution 81, the Management submits its restated Bylaws reflecting the changes proposed in **Exhibit VI**.

## **4. CORPORATE APPROVALS**

This proposal was approved by the Company's Board of Directors at a meeting held on March 29, 2024, according to the minutes available to all shareholders at the Company's headquarters, on

the Company's Investor Relations *website* ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)), and on the *websites* of CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) and B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**EXHIBIT I**

**Financial Status of the Company  
(Section 2 of the Reference Form)**

*[Remainder of the page intentionally left blank]  
[The Exhibit can be seen on the next page]*

## **2.1. The officers should comment on the following topics:**

### *Introduction*

The financial information commented on in this section of the Reference Form, unless specified otherwise, is derived from the Company's consolidated financial statements for the fiscal years ended December 31, 2023, 2022 and 2021, which were prepared under accounting practices adopted in Brazil and under the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the *International Accounting Standards Board* (IASB); for this reason, the financial information stated in sections 2.1 to 2.11 of this Reference Form must be read together with such financial statements and their respective explanatory notes.

The accounting practices adopted in Brazil comprise those provided for in Brazilian corporate law and in the pronouncements, guidelines and interpretations issued by the Brazilian Committee of Accounting Standards (“CPC”) and approved by the Brazilian Securities and Exchange Commission (“CVM”).

The Executive Officers' analysis on the financial results and the reasons for the fluctuation in the amounts of the Company's equity accounts make up an opinion on the impact or effects of the data stated in the Company's financial statements and interim financial information. The Company's Board of Executive Officers cannot guarantee that the financial situation and results achieved in the past will happen again in the future.

The terms "HA" and "VA" contained in the columns of certain tables in this section 2 of this Reference Form mean "Horizontal Analysis" and "Vertical Analysis", respectively. Horizontal Analysis involves comparing specific line items or indexes in our financial statements or accounting information over a specific time period. The Vertical Analysis shows the percentage or amount of a line in relation to the revenue generated from the sale of goods and services during specific periods or years for the results of the Company's operations. It can also be related to the total assets, total liabilities, and shareholders' equity on the applicable dates for the balance sheet statement.

#### **a. general financial and equity situation**

In 2021, the company made the decision to exit the hypermarket format under the Extra brand. This move was made to prioritize and speed up the expansion of the company's most profitable businesses through its *premium* and *proximity* segments, notably with the Pão de Açúcar, Minuto Pão de Açúcar, and Mercado Extra brands, in addition to reinforcing GPA's leadership position in retail and food e-commerce across the country.

Moreover, due to the separation of the company's business from Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”), as disclosed in the material facts on August 10, September 5 and December 30, 2022, January 9, 2023, and February 14, 2023, Éxito's activities began to be treated as discontinued activities, as the Company had already been doing since the first quarter of 2022 with the Extra Hiper business line.

Thus, net sales, as well as other income lines, were retrospectively adjusted, as defined in IFRS 5/CPC 31, approved by CVM Resolution No. 598/09–Non-current assets held for sale and discontinued operations. Unless otherwise specified, the comments in this section 2 refer to the result of continuing operations.

In 2022, the Company closed the operation of 68 Extra hypermarkets and 68 drugstores. In the same period, the expansion project was sped up with the opening of 121 stores in Brazil, bringing the total number of operating stores in Brazil to 767 by December 31, 2023, which included 71 gas stations. The Company continued to make progress and reinforce its digital ecosystem through the expansion of delivery models, marketplace platform, and strengthening of the Stix Loyalty coalition program. This year, both Sodimac and Polishop, retailers, joined the program to expand their presence in the country. Food *e-commerce* revenue in the fiscal year ended December 31, 2022 reached R\$1.6 billion, an increase of 15% versus 2021. In the fiscal year ended December 31, 2023, food *e-commerce* reached approximately R\$1.9 billion, an increase of 13% versus 2022.

The Company experienced a 6.5% growth in gross revenue in Brazil during the fiscal year ending December 31, 2022, amounting to R\$18.5 billion. Furthermore, there was an 11.3% increase in revenue during the fiscal year ending December 31, 2023, reaching a total of R\$20.6 billion compared to the corresponding period in 2022. For further information, please refer to section 2.1.h.

Net debt<sup>1</sup> went from R\$777 million on December 31, 2021, to R\$2,112 million on December 31, 2022, representing an increase of R\$1,335 million, because the 2021 figures considered the Éxito Group, which had a lower net debt compared to the rest of the consolidated numbers. As of 2022, Grupo Éxito has been categorized as an asset held for sale, as a result of the Company's efforts to separate and distribute its shares, thereby eliminating any impact on its net indebtedness.

In the fiscal year ended December 31, 2023, net debt<sup>3</sup> reported in the consolidated financial statements totaled R\$2,302 million, which represented an increase of R\$190 million compared to December 31, 2022. The increase in net debt occurs mainly in the cash consumption presented in the period, not fully offset by the sale of non-core assets and the Company's profitability improvement process.

---

<sup>1</sup>The Net Debt disclosed by the Company consists of the balance of loans, financing and debentures (current and non-current) deducted from the balance of cash and cash equivalents. Net Debt is not a measure of financial performance, liquidity or indebtedness recognized by accounting practices adopted in Brazil or by the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB), and it does not have a standard meaning. The Company's calculation of net debt may differ from that of other companies. For further information, please see section 2.5 of this Reference Form.

Consolidated  
(stated in BRL million)

	<u>On</u> <u>Dec. 30, 2023 (A)</u>	<u>On</u> <u>Dec. 31, 2022 (B)</u>	(A) – (B)	<u>On</u> <u>Dec. 31, 2021 (C)</u>	(B) – (C)
Cash and cash equivalents	2,971	3,751	(780)	8,274	(4,523)
Gross Debt <sup>(1)</sup>	(5,273)	(5,863)	590	(9,051)	3,188
Net Debt <sup>(2)</sup>	(2,302)	(2,112)	(190)	(777)	(1,335)

<sup>(1)</sup> Gross Debt disclosed by the Company consists of the balance of loans, financing, and debentures (both current and non-current). Gross Debt is not a measure of financial performance, liquidity or indebtedness recognized by accounting practices adopted in Brazil or by the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB), and it does not have a standard meaning. The Company's calculation of gross debt may differ from that of other companies. For further information, please see section 2.5 of this Reference Form.

<sup>(2)</sup> The Net Debt disclosed by the Company comprises the balance of loans, financing, and debentures (both current and non-current) deducted from the balance of cash and cash equivalents. Net Debt is not a measure of financial performance, liquidity or indebtedness recognized by accounting practices adopted in Brazil or by the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB), and it does not have a standard meaning. The Company's calculation of net debt may differ from that of other companies. For further information, please see section 2.5 of this Reference Form.

Current and general liquidity ratios remained above 1 in all the periods stated below.

Consolidated

	<u>On</u> <u>Dec. 31, 2023 (A)</u>	<u>On</u> <u>Dec. 31, 2022 (B)</u>	(A) – (B)	<u>On</u> <u>Dec. 31, 2021 (C)</u>	(B) – (C)
Current liquidity <sup>(1)</sup>	1.21	1.61	(0.40)	1.08	0.53
Overall liquidity <sup>(2)</sup>	1.27	1.46	(0.18)	1.50	(0.04)

<sup>(1)</sup> Calculated based on the ratio between the Company's current assets and liabilities.

<sup>(2)</sup> Calculated based on the division of current assets plus medium and long-term receivables by current liabilities plus medium and long-term receivables.

## b. capital structure

The table below shows the composition of GPA's capital structure for the dates specified, considering as a percentage of equity the amount resulting from total consolidated shareholders' equity divided by total liabilities (both current and non-current) and shareholders' equity, and as a percentage of third-party capital the amount resulting from the sum of current and non-current liabilities divided by total liabilities (both current and non-current) and shareholders' equity.

(in BRL million, except %)	On Dec. 31, 2023	VA	On Dec. 31, 2022	VA	On Dec. 31, 2021	VA
Liabilities (both current and noncurrent) (third-parties' funds)	17,328	78.6%	30,106	68.7%	33,063	66.9%
Stockholders' Equity (own equity)	4,722	21.4%	13,733	31.3%	16,380	33.1%
Total Liabilities and Stockholders' Equity	22,050	100.0%	43,839	100.0%	49,443	100.0%

## **Debts**

In the fiscal year ended December 31, 2021, the Company recorded a leverage ratio of 0.6x Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables/Adjusted EBITDA. Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables<sup>5</sup> totaled R\$697 million as of December 31, 2021.

As of December 31, 2021, the cash position amounted to R\$8.3 billion, while the balance of unanticipated receivables stood at R\$80 million, resulting in a total resource availability of R\$8.4 billion. Gross debt decreased by R\$89 million, totaling R\$9.1 billion in the fiscal year ended December 31, 2021. Of this total, R\$4.6 billion refers to the issuance of debentures and promissory notes, with average CDI rates + 1.59% p.a. and maturity until 2028.

The Company ended the fiscal year of December 31, 2022 with a leverage of 2.3x the Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables/Adjusted EBITDA. Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables<sup>5</sup> totaled R\$ 2.0 billion as of December 31, 2022.

The cash position accounted for R\$3.8 billion and the balance of unanticipated receivables R\$83 million, totaling R\$3.8 billion in resource availability on December 31, 2022.

In the fiscal year ended December 31, 2022, Gross Debt decreased by R\$3.2 billion, and the Company estimates that approximately R\$1.3 billion resulted from the discontinuity of the Éxito Group, totaling R\$5.9 billion in the period. Of this total, R\$2.7 billion refers to the issuance of debentures and promissory notes, with average CDI rates + 1.71% p.a. and maturity until 2028.

The Company ended the fiscal year of December 31, 2023 with a leverage of 1.1x the Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables/Adjusted EBITDA. Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables<sup>5</sup> totaled R\$ 2.3 billion as of December 31, 2023.

The cash position accounted for R\$3.0 billion and the balance of unanticipated receivables R\$117 million, totaling R\$3.1 billion in resource availability on December 31, 2023.

In the fiscal year ended on December 31, 2023, gross debt decreased by R\$0.6 billion, reaching R\$5.3 billion. Of this total, R\$3.4 billion refers to the issuance of debentures and promissory notes, with average CDI rates + 1.60% p.a. and maturity until 2030.

### **c. payment capacity as regards financial commitments undertaken**

As of December 31, 2021, the Company's cash and cash equivalents position, presented in the consolidated financial statements, was R\$8,274 million, which is 5.6 times higher than the short-

term debt position of R\$1,470 million. The Company's current and general liquidity ratios<sup>2</sup> reached 1.08 times and 1.50 times, respectively, considering the consolidated financial statements. The cash and cash equivalents in the individual financial statements stood at R\$4,662 million by the end of 2021, which is 3.8 times greater than the short-term debt position of R\$1,243 million. The current and general liquidity ratios<sup>6</sup>, in turn, were 1.28 times and 1.68 times, respectively.

The Company's cash and cash equivalents position at the end of the fiscal year ended on December 31, 2022, presented in the consolidated financial statements was R\$3,751 million, which is 3.7 times higher than the short-term debt position of R\$1,001 million. The Company's current and general liquidity ratios reached 1.61 times and 1.46 times, respectively, considering the consolidated financial statements. The cash and cash equivalents in the individual financial statements, disconsidering the Éxito Group, stood at R\$3,632 million by the end of 2022, which is 3.6 times greater than the short-term debt position of R\$1,001 million. The current and general liquidity ratios<sup>6</sup>, in turn, were 2.32 times and 1.62 times, respectively.

As of December 31, 2023, on its turn, the Company's cash and cash equivalents position, presented in the consolidated financial statements, was R\$2,971 million, which is 3.1 times higher than the short-term debt position of R\$972 million. The Company's current and general liquidity ratios reached 1.21 times and 1.27 times, respectively, considering the consolidated financial statements. The cash and cash equivalents in the individual financial statements stood at R\$2,794 million on December 31, 2023, which is 2.9 times greater than the short-term debt position of R\$972 million. The current and general liquidity ratios<sup>6</sup>, in turn, were 1.13 times and 1.27 times, respectively.

The disclosed amounts serve as evidence of the Company's capability to meet its short-term obligations. In the long term, the Company is working on the execution of the project to reduce financial leverage. This comprises the sale of non-core assets, including the remaining interest in the Éxito Group, as well as operational improvements. These actions are in line with the public projection of achieving an Adjusted EBITDA margin<sup>3</sup> between 8% and 9% in 2024. In view of this plan, the Company expects to achieve a gradual recovery of cash generation and improvement of the capital structure, consolidating the Company's ability to pay long-term obligations.

---

<sup>2</sup>The current liquidity ratio is calculated based on the relationship between the Company's current assets and liabilities. The general liquidity ratio, in turn, is calculated based on the division of current assets plus medium and long-term receivables by current liabilities plus medium and long-term receivables.

<sup>3</sup>Adjusted EBITDA is a non-accounting measurement prepared by the Company and consists of net income (loss) adjusted (i) by net financial income, (ii) income tax and social contribution on profit, (iii) depreciation and amortization expenses, (iv) Other Operating Expenses, net, and (v) Net Income/Loss from discontinued operations. For further information, please see section 2.5 of this Reference Form.

#### **d. sources of financing used for working capital and for investment in non-current assets**

The Company usually raises funds through: **(A)** financial contracts that represent: (i) financing contracted in national currency, with an obligation to pay the principal and interest rate pegged to the DI rate; (ii) financing contracted in foreign currency, which are immediately "exchanged" in full for payment obligations in the national currency and with an interest rate pegged to the DI rate through *swap* operations; **(B)** funds raised in the stock market through issuances of debentures and promissory notes; **(C)** cash generation through its operations; and **(D)** anticipation of receivables.

Throughout the last three (3) fiscal years, the Company faced no difficulties in getting financing or refinancing its current debt.

#### **e. financing sources for working capital and investments in non-current assets intended to be used to cover liquidity deficiencies**

The Company's management understands that the sources of financing are adequate and will continue to be used by GPA as sources of financing, if necessary.

Thus, for the purposes of financing working capital and investments in non-current assets, the Company intends to resort to the following sources of financing: **(A)** financial contracts comprising: (i) financing in the national currency, with an obligation to pay the principal and interest rate pegged to the DI rate; (ii) financing in foreign currency, with the possibility of a partial or total "exchange" for payment obligations in the national currency and with an interest rate pegged to the DI rate, through *swap* operations; **(B)** funds raised in the stock market through issuances of debentures and promissory notes; **(C)** cash generation through its operations; and **(D)** anticipation of receivables.

#### **f. levels of debt and characteristics of such debts, also describing:**

##### **i. significant loan and financing agreements**

The tables below show (in millions of Reals, unless otherwise specified) the Company's consolidated indebtedness to financial institutions and the funds raised in the stock market on December 31, 2023, December 31, 2022, and December 31, 2021, observing that the debt is composed of: (i) loans and financing, and (ii) debentures and promissory notes.

##### *Loan and financing agreements*

(stated in millions of Reals, BLR)

Debentures

Average rate

Consolidated		
Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2021

Debentures and Certificates of Real Estate Receivables and Promissory Notes	CDI + 1.6% p.a.	3,350	2,679	4,613
		3,350	2,679	4,613
<b>Loans and Financing</b>				
<u>in the local currency</u>				
Working Capital	100% CDI + 1.8% p.a.	1,753	2,721	2,737
Working Capital	TR + 9.8% p.a.	7	9	11
Swap contract	CDI + 0.11% p.a.	(1)	-	(1)
Fundraising Costs		(6)	(7)	(11)
		1,753	2,723	2,736
<u>In foreign currency</u>				
Working Capital	USD + 2.12% p.a.	142	403	448
Working capital: Colombian pesos	IBR 1M+1.45%	-	-	276
Working capital: Colombian pesos	IBR 3M + 1.6%	-	-	959
Working Capital, Argentina	Pre: 39.52%	-	-	-
Letter of Credit: Uruguayan pesos		-	-	12
Swap contracts	CDI + 1.7% p.a.	28	58	7
		170	461	1,702
<b>Total debt</b>		<b>5,273</b>	<b>5,863</b>	<b>9,051</b>

Maturity schedule of loans and financing, including derivatives in non-current assets and liabilities:

Year	Consolidated		
	On Dec. 31, 2023	On Dec. 31, 2022	On Dec. 31, 2021
1 to 2 years	1,872	1,371	2,724
2 to 3 years	1,422	1,749	1,689
3 to 4 years	260	1,250	1,334
4 to 5 years	637	260	1,252
After 5 years	138	260	599
Subtotal	4,329	4,890	7,598
Fundraising Costs	(29)	(28)	(17)
Total	4,301	4,862	7,581

Financing of working capital, swap, and consumer financing by intervention

Working Capital Financing: Debentures and Promissory Notes

The Company relies on the issuance of debentures and promissory notes to strengthen its working capital, maintain its cash strategy, lengthening its debt and investment profile. The debentures and promissory notes issued are not convertible into shares, are unsecured and do not have renegotiation clauses.

Swaps

Regarding foreign currency operations, GPA carries out *swap* operations to exchange obligations contracted in US dollars or in another foreign currency and fixed interest rates for the Brazilian

Real pegged to the CDI (floating) interest rates. The annual weighted average CDI rate in 2022 was 12.39%.

### Leasing obligations

The Company adopts CPC 06 R2 for "Leases".

As part of the execution of the contracts, the Company assesses whether the contract is, or contains, a lease. If so, the Company records an asset for the right of use, and a liability for the obligation.

The Company enters into lease agreements, both cancellable and non-cancellable, for equipment and commercial spaces, which include stores and distribution centers. The effective terms of such agreements can vary substantially, ranging from 5 to 25 years.

The Company assesses its lease agreements with the purpose of identifying lease relationships of the right of use, enjoying the exemptions provided for agreements with a term of less than twelve months and assets with an individual amount of less than US\$5,000 (five thousand dollars).

The agreements are then accounted for, at the beginning of the lease, as Lease Liabilities in return for the Right of Use, both discounted to their present value from the minimum lease payments, using the implicit interest rate of the agreement, if it can be used, or an incremental interest rate considering loans acquired by the Company.

The lease term used in the measurement aligns with the lessee's reasonable certainty to either to exercise the option to extend the lease or not to exercise the option to terminate the lease. Subsequently, the payments made are separated between financial charges and reduction of the lease liability aiming at achieving a constant interest rate on the balance of the liability. Financial charges are recognized as a financial expense in the period.

The right-of-use assets of the lease agreements are amortized over the lease term. Capitalizations of improvements, developments, and renovations made in stores are amortized over their estimated useful life or the expected term of use of the asset, limited if there is evidence that the lease agreement term will not be extended.

Variable leases are recognized as expenses in the fiscal years in which they incur.

The total amounts attributed to the lease agreements can be found in the table below:

<u>Liabilities from leasing transactions: minimum payments of rent</u>	Consolidated		
	On Dec. 31, 2023	On Dec. 31, 2022	On Dec. 31, 2021

Up to 1 year	474	490	895
1 to 5 years	1,800	1,766	2,807
More than 5 years	2,026	1,781	2,416
Present value of finance lease agreements	4,300	4,037	6,118
Future financing charges	3,417	3,038	2,983
Gross amount of finance lease agreements	7,717	7,075	9,101

## **ii. other long-term relationships with financial institutions**

Currently, the Company does not have any relevant long-term relationships with financial institutions other than those already reported in section 2.1 (f) of this Reference Form.

## **iii. degree of subordination among debts**

The degree of subordination between the Company's debts is determined under the provisions of the legislation in force, since, on the date of this Reference Form, the Company's loans, financing, and securities, whether local or international, were composed of debts with personal guarantees (letter of guarantee or corporate surety bond), with no contractual subordination clause. Thus, in a potential universal contest of creditors, the subordination between the obligations recorded in the Company's financial statements will occur in the following order, under Law No. 11.101, of February 9, 2005, as amended ("Law 11.101"): (i) labor credits; (ii) credits recorded with a security interest (if any) up to the limit of the value of the encumbered asset; (iii) tax credits; (iv) unsecured credits; (v) fines and pecuniary penalties; (vi) subordinated credits (if any); and (vii) interests due after the decree of bankruptcy.

## **iv. any restrictions imposed on the issuer, in particular related to debt limits and contracting of new debts, the distribution of dividends, the disposal of assets, the issue of new securities, and the disposal of corporate control, as well as whether the issuer has been complying with these restrictions**

The instruments governing the issuance of debentures and promissory notes include restrictive provisions that establish various financial *covenants*, such as debt indexes and limits, restrictions on asset disposal, and limitations on corporate restructuring operations (such as sale, spin-off, merger, incorporation, or transfer of corporate control). Additionally, these instruments impose restrictions on the payment of dividends that exceed the mandatory minimum. Additionally, the Company and its subsidiaries have loan agreements and financing instruments which, as applicable, contain restrictive covenants that restrict the aforementioned events, such as:

- agreements for loans and financing offered in both domestic and foreign currencies; and
- contract of Adhesion to the Financial Risk Protection System: Derivatives (*swap*, term, and options).

In compliance with the issuance of debentures and promissory notes, as well as the borrowing operations in foreign currency and working capital, the Company is required to maintain specific financial ratios. These ratios are calculated quarterly based on the Company's consolidated interim accounting information prepared under accounting practices adopted in Brazil, being: (i) net debt (debt minus cash and receivables) not exceeding shareholders' equity; and (ii) consolidated net Adjusted debt/EBITDA ratio less than or equal to 3.25. On the date of this Reference Form, the Company was in compliance with these indicators, as follows:

Financial indexes Debentures and Promissory Notes	2023	2022	2021
Net Debt / Net Equity(< 1)	0.392	0.124	-0.003
Net Debt / EBITDA (< 3,25)	1.474	1.542	-0.011

The Company has established covenants for early cross maturity in its debentures, promissory notes, and bank loan agreements with the following financial institutions: Itaú BBA, Bradesco, BTG Pactual, Scotia Bank, Safra, and Santander.

The Company has been complying with all restrictive clauses and, on the date of this Reference Form, there was no event that would generate anticipation of its debts.

#### **g. limits of contracted financing and percentages already used**

##### *Financing and loans contracted, and percentages used*

Contracts	Purpose	Total amount (stated in BRL million)	Investment Plan	Date of Hire	Disbursement in 2023 (R\$ million)	Guarantees
Bank Loan	Debt lengthening	500	Working Capital	Dec. 28, 2022	500	Not applicable

#### **h. significant changes in topics of the income statements and cash flow**

### **COMPARATIVE ANALYSIS OF THE MAJOR VARIATIONS OF THE INCOME STATEMENTS FOR THE FISCAL YEARS ENDED ON DECEMBER 31, 2023, 2022, AND 2021**

(BRL millions, except otherwise stated)	Fiscal year ended on December 31,					
	2023	VA	2022	VA	2021	VA
Revenue from sales of goods and services	19,250	100.00%	17,321	100.00%	16,298	100.00%
Gross Profit	4,817	25.02%	4,302	24.80%	4,356	26.70%
Selling, general, and administrative exp.	(3,678)	(19.11)%	(3,297)	(19.00)%	(3,267)	(20.10)%

Depreciation and Amortization	(1,017)	(5.28)%	(931)	(5.40%)	(810)	(5.00%)
Other operating expenses, net	(213)	(1.11)%	(434)	(2.50%)	(168)	(1.00%)
Net Financial Result	(1,009)	(5.24)%	(750)	(4.30%)	(623)	(3.80%)
<b>Net profit (loss)</b>	<b>(2,134)</b>	<b>(11.08)%</b>	<b>(4)</b>	<b>0.00%</b>	<b>960</b>	<b>5.90%</b>

**Fiscal year ended on December 31, 2023 compared to the fiscal year ended on December 31, 2022**

***Revenue from sales of goods and/or services***

The Company's net revenue from the sale of goods and services amounted to R\$19.3 billion in the fiscal year ending December 31, 2023, indicating a growth compared to the previous fiscal year ended on December 31, 2022, which reached R\$17.3 billion. The main reason for this variation is attributed to the net revenue growth of 5.5% in comparable stores, without accounting for the calendar effect, as well as the expansion of the Company's store count.

***Gross Profit***

The Company's gross profit totaled R\$4.8 billion in the fiscal year ended December 31, 2023, which represented an increase versus the fiscal year ended December 31, 2022, which reached R\$4.3 billion. The main reason for this variation is attributed to the Company's sales growth during the period.

***Sales, general, and administrative expenses***

The Company's sales, general, and administrative expenses totaled R\$3.7 billion in the fiscal year ended December 31, 2023, which represented an increase compared to the fiscal year ended December 31, 2022, which reached R\$3.3 billion. The primary cause of this variation is attributed to the impact of inflation. As a percentage of revenue from the sale of goods and services, the Company's sales, general, and administrative expenses reached 19.1% in the fiscal year ended December 31, 2023, a slight increase compared to the fiscal year ended December 31, 2022, which had been 19.0%. This slight increase is due to specific expenses in the fiscal year ended in 2023, which had not occurred in 2022.

***Depreciation and Amortization***

The depreciation and amortization line totaled R\$1,017 million in the fiscal year ended December 31, 2023, which represented an increase of 9.2% versus the fiscal year ended December 31, 2022, in which it reached R\$931 million.

***Net Financial Result***

The Company's net financial result totaled an expense of R\$1,008 million in the fiscal year ended December 31, 2023, which represented an increase compared to December 31, 2022, in which it

totaled R\$750 million in expenses. The primary reason for this variation is the increased volume of discounted receivables, higher interest on lease liabilities, and financial revenues related to receivables from hypermarket sales. These factors had a positive impact on the 2022 result but had no effect on the 2023 result.

### ***Net profit (loss)***

The Company's consolidated net loss totaled R\$2.1 billion in the fiscal year ended December 31, 2023, which represented an increase versus the fiscal year ended December 31, 2022, in which the net loss reached R\$4 billion. This variation is mainly due to the result of discontinued activities, which had a net loss of R\$2.2 billion in the fiscal year ended December 31, 2023, compared to a profit of R\$0.9 billion in the same period of 2022.

### ***Fiscal year ended on December 31, 2022 compared to the fiscal year ended on December 31, 2021***

#### ***Revenue from sales of goods and/or services***

GPA's revenue from the sale of goods and services totaled R\$17.3 billion in the fiscal year ended December 31, 2022, which was a 6.3% increase compared to the fiscal year ended December 31, 2021; both years are adjusted by IFRS-5 with the discontinuation of both hypermarket and Éxito Group operations. These revenues come from GPA Brasil's supermarket operations and its complementary businesses (James Delivery, Stix Fidelidade, and Cheftime).

GPA's growth is a result of the following performance of the supermarket brands: (i) Pão de Açúcar, representing 44% of the total, with an increase of 7.8%; (ii) Mercado Extra and Compre Bem, representing 31% of the total, with an increase of 16.6%; and (iii) Proximity, representing 14% of the total, with an increase of 18.9%. The success of these brands is a result of their organic expansion, which involved opening 72 new stores and 44 proximity stores in 2022, as well as achieving growth in same-store sales. The Company's other businesses, which represent 10.8% of the total, decreased by 26.6%, mainly because of the lower flow of customers at gas stations (81.3% of the other businesses), with the renovations of hypermarket stores after the sale transaction to Assaí Atacadista.

#### ***Gross Profit***

In the fiscal year ended on December 31, 2022, gross profit totaled R\$4.3 billion, a reduction of 1.3% compared to the fiscal year ended on December 31, 2021. Gross margin reached 23.2%, which is 1.8 p.p. lower than 2021. The gross result was affected by the significant double-digit increase in food prices during that time, reflected in the costs of goods, labor, and transportation to supply the stores, as well as the incomplete pass-through of inflation in the sales price.

#### ***Sales, general, and administrative expenses***

Sales, general, and administrative expenses totaled R\$3.3 billion in the fiscal year ended December 31, 2022, which closely aligns with the levels of the fiscal year ended on December 31, 2021. As a percentage of revenue from sales of goods and services, expenses diluted, decreasing from 20.1% in 2021 to 19.0% in 2022. The achieved efficiency during the period can be attributed to the cost reduction initiative implemented at both headquarters and stores.

### ***Other Operating Expenses, net***

Other Operating Expenses, net, reached R\$435 million in 2022 compared to R\$169 million in 2021. The increase in other expenses is related to R\$284 million of exceptional expenses incurred in 4Q22, being: (i) R\$ (132) million related to the revaluation of possible ICMS tax contingencies. In October 2022, the Brazilian Supreme Court (STF) did not receive an appeal in which the right to ICMS tax credit on electricity from essential and productive sectors of the operation was being discussed. After this decision, the Company reassessed the cases in which the same topic is discussed; (ii) R\$ (99) million referring to the supplement of the balance of provisions for labor claims, with the increase related to the updating of assumptions considering the amount of the most recent convictions. Additionally, we emphasize that, despite the supplementation of the balance, there was a downward trend in new labor lawsuits since 3Q22; and (iii) R\$ (53) million related to expenses with restructuring and *resizing* project of headquarters and stores.

### ***Net Financial Result***

The net financial result for the fiscal year ending December 31, 2022 amounted to an expense of R\$750 million, compared to R\$622 million for the fiscal year ending December 31, 2021. Regarding the revenue obtained from the sale of goods and services, the 2022 result represented -4.3% vs. -3.8% in 2021; this increase is mainly a consequence of the higher cost of debt because of the increase in the CDI rate in the period.

### ***Net profit (loss)***

GPA's consolidated net loss totaled R\$4 million in the fiscal year ended on December 31, 2022, compared to a net income of R\$960 million in the fiscal year ended on December 31, 2021. The reduction in net income is mainly explained by the pressure on the gross margin and the increase in other operating expenses, as detailed above.

## **COMPARATIVE ANALYSIS OF CASH FLOWS FOR THE FISCAL YEARS ENDED ON DECEMBER 31, 2023, 2022, AND 2021**

(stated in BRL millions)

	<b>Fiscal year ended on December 31,</b>		
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Net cash generated from (used in) operating activities	549	(216)	2,728
Net cash from (used in) investment activities	(1,583)	2,834	(77)
Net cash (used in) financing activities	(1,705)	(4,703)	(2,743)
<b>Increase (decrease) in cash and cash equivalents</b>	<b>(2,739)</b>	<b>(2,085)</b>	<b>(92)</b>
Effect of exchange variation on cash and cash equivalents	89	(568)	(345)

Cash and cash equivalents at the beginning of the fiscal year  
Cash and cash equivalents at the end of the fiscal year

5,621	8,274	8,711
<u>2,971</u>	<u>5,621</u>	<u>8,274</u>

## **Fiscal year ended on December 31, 2023 compared to the fiscal year ended on December 31, 2022**

### Net cash generated from (used in) operating activities

The net cash generated (invested) by the Company's operating activities was R\$549 million in the fiscal year ended December 31, 2023, which represents an increase versus the fiscal year ended December 31, 2022, which reached investments of R\$216 million. This variation is mainly due to (i) the line of sales of fixed and intangible assets, which had an investment of R\$2.6 billion in 2022 and an investment of R\$14 million in 2023; (ii) the net profit (loss) line for the period, which had an investment of R\$4 million in 2022 and an investment of R\$2,134 million in 2023, mainly due to the result of discontinued activities.

### Net cash from (used in) investment activities

Net cash used in the Company's investment activities was R\$1,583 million in the fiscal year ended December 31, 2023, which represents a decrease compared to the fiscal year ended December 31, 2022, in which the net cash generated reached R\$2,834 million. This variation is mainly due to the effect arising from (i) the sale of Extra Hiper stores and real estates in the amount of R\$4,560 million in 2022; and (ii) the cash outflow of the subsidiary Éxito.

### Net cash used in financing activities

Net cash invested in the Company's financing activities was R\$1,705 million in the fiscal year ended December 31, 2023, which represents a decrease compared to the fiscal year ended December 31, 2022, which reached R\$4,703 million. This variation is mainly due to (i) loans and financing raised in the period in the amount of R\$1,718 million, which is R\$173 million higher compared to the same period in 2022, (ii) payments of loans and financing in the period in the amount of R\$1,416 million, which is R\$2,408 million lower compared to the same period in 2022, and (iii) lease liabilities and interest payments, which totaled R\$1,166 million, an amount of R\$212 million lower than in the same period in 2022.

## **Fiscal year ended on December 31, 2022 compared to the fiscal year ended on December 31, 2021**

### Net cash generated from (used in) operating activities

Net cash invested in the Company's operating activities in the fiscal year ended December 31, 2022 was R\$216 million, which represents a decrease versus the net cash generated in the fiscal

year ended December 31, 2021, which reached R\$2,728 million. This variation was mainly due to: (i) the non-cash effect of interest incurred and charges for monetary variations in the amount of R\$1,696 million; (ii) the non-cash effect of depreciation and amortization in the amount of R\$1,902 million; (iii) the non-cash effect of provisions for lawsuits in the amount of R\$1,523 million; (iv) offset in part by the gain from sales of fixed assets in the amount of R\$2,569 million.

Net cash from (used in) investment activities

Net cash generated from the Company's investment activities in the fiscal year ended December 31, 2022 was R\$2,834 million, which represents an increase over the fiscal year ended December 31, 2021, in which net cash invested reached R\$77 million. This variation was mainly due to the sales of Extra Hiper stores and real estate in the amount of R\$4,560 million. The effect was offset in part by the investment in store opening, maintenance, and purchase of properties for investment purposes in the amount of R\$1,726 million.

Net cash invested in financing activities

Net cash invested in the Company's financing activities in the fiscal year ended on December 31, 2022 was R\$4,703 million, which represents an increase over the fiscal year ended December 31, 2021, in which it reached R\$2,743 million. The Company received R\$1,545 million in loans and financing. The funds raised were mainly offset by: (i) payments of loans and financing in the amount of R\$3,824 million; (ii) payment of leases and interest in the amount of R\$1,378 million; (iii) payment of interest on loans in the amount of R\$755 million; (iv) payment of dividends in the amount of R\$265 million.

## 2.2. The officers should comment on the following topics:

### a. results of the issuer's operations, especially:

#### i. description of any major components of revenue

The Company's revenues come from the consolidated operations of GPA, composed of GPA Brazil and other businesses. Below is the revenue information for each market for the fiscal years ended on December 31, 2023, 2022, and 2021:

Revenues generated from the sale of products and services (stated in BRL million)	Fiscal year ended on December 31,		
	2023	2022	2021
<b>Consolidated</b>	<b>19,250</b>	<b>17,321</b>	<b>16,298</b>
<b>Subtotal of Multivarejo<sup>(1)</sup></b>	<b>19,181</b>	<b>17,250</b>	<b>16,228</b>
Pão de Açúcar	8,682	7,629	7,079
Extra/ Compre Bem <sup>(2)</sup>	5,832	5,339	4,580
Proximity <sup>(3)</sup>	2,969	2,476	2,082
Gas stations/ Drugstores/ Delivery	1,698	1,806	2,487
<b>Other Business<sup>(4)</sup></b>	<b>69</b>	<b>71</b>	<b>70</b>
<b>Éxito</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> It does not include the other business line.

<sup>(2)</sup> Includes sales of Extra Supermarket, Mercado Extra, and Compre Bem.

<sup>(3)</sup> Includes sales of Mini Extra and Minuto Pão de Açúcar.

<sup>(4)</sup> Includes sales of James Delivery, Cheftime, and Stix Fidelidade.

For further details on variations in revenue from the sale of goods and services, please see section 2.1 (h) of this Reference Form.

#### ii. factors that materially affected the operating results

For information on the factors that materially affected our results of operations, please see section 2.1 (h) of this Reference Form.

### b. relevant changes in revenues attributable to the introduction of new products and services, volume changes and price modifications, exchange and inflation rates

For information on changes in revenues, please see section 2.1 (h) of this Reference Form.

### c. Relevant impact of inflation, changes in prices of key inputs and products, exchange and interest rates on operating results and financial results of the issuer

For information on the impact of deflation on revenue from the sale of goods and services, inflation in costs, and interest rate on financial results, please see section 2.1 (h) of this Reference Form.

**2.3. The officers should comment on the following topics:**

**a. changes in accounting practices that have resulted in significant effects on the information provided for in fields 2.1 and 2.2**

The Company had no significant changes in its accounting practices for the fiscal years ended on December 31, 2023, 2022, and 2021.

**b. modified opinions and emphases in the auditor's report**

The Company had no modified opinions or emphases in the auditor's report for the fiscal years ended on December 31, 2023, 2022, and 2021.

**2.4. The Executive Officers are required to provide their comments on the impact that the events listed below have had or are expected to have on the issuer's financial statements and results:**

**a. introduction or disposal of operating segment**

**(i) Discontinuation of the Extra Hiper stores business, and asset sale transaction with Sendas**

As part of the Retail segment, the Company operates different store formats, including, before the beginning of the transaction described herein with Sendas Distribuidora S.A. ("Assaí"), 103 Extra Hiper stores, which operated in the hypermarket model. In line with the strategy of optimizing its store platform and allocating relevant resources to speed up the growth of the most profitable brands, the Company's management decided in 2021 to discontinue the operation of stores under the Extra Hiper brand.

Thus, according to material facts published on October 14, 2021 and December 16, 2021, the Boards of Directors of both the Company and Sendas Distribuidora S.A. ("Assaí") approved the execution of a contract for the assignment of exploration rights of 66 sales points between the Company and Sendas, located in several states of the country, involving their own properties and leased from third parties.

This transaction was carried out as follows: (i) transfer of the goodwill of 66 stores to Sendas for the amount of R\$3.9 billion; and (ii) sale of 17 properties to a real estate fund, under a guarantee and subsequent lease by Assaí, in the amount of R\$1.2 billion.

In addition, the Company carried out, with banking institutions, assignments of receivables of the residual installments due by Assaí, and the total amount due by Assaí to the Company for the acquisition of all 66 goodwill has already been fully received by the Company by December 31, 2022.

Also, in addition to this transaction, the Company has made the decision to convert 25 sales points from the remaining 37 Extra Hiper stores to other brands that demonstrate higher profitability (Pão de Açúcar and Mercado Extra). Following this, the Company proceeded with either the closure or sale of the remaining stores.

This transaction is detailed in note 1.1 to the 2022 annual financial statements issued on February 27, 2023.

Although the process of disposal of the assets related to the Extra Hiper stores had began in 2021, for the purpose of discontinuing the operation under the accounting aspect, a substantial part of those sales was completed in the first quarter of 2022, with the abandonment and delivery of 86% of the total stores to Assaí.

Therefore, since the first quarter of 2022, the net gain from the sales of assets and the result of the hypermarket business line have been reported as a discontinued operation (Extra Hiper business line), as well as the comparative financial statements are being restated, in a single line in the income statement, as provided for in IFRS5/CPC31.

In the fiscal year ended on December 31, 2022, the Company recorded revenues in the amount of R\$3.9 billion, in addition to asset write-offs corresponding to the amount of R\$1,035 million and expenses of R\$1,345 million (of which R\$566 million is related to the dismissal of employees, R\$95 million cancellation of contracts, and R\$684 million in other expenses related to the transaction—transaction-related costs, write-off of balances of other accounts in the balance sheets related to stores and sale and lease-back of assets), generating a net result of the transaction in the amount of R\$1,564 million stated in the result of Discontinued Operations (note 33 of the 2022 annual financial statements issued on February 27, 2023).

**(ii) Separation transaction and discontinuation of the subsidiary Éxito's operations from the Company.**

On September 5, 2022, the Company's Board of Directors became aware of the result of preliminary studies for the eventual separation of the Éxito operations from the Company, allowing the Management to complete the studies on this transaction, as well as to assess the measures required for its formalization, including all measures for the creation of Éxito's BDR (*Brazilian Depositary Receipts*) and ADRs (*American Depositary Receipts*) programs in Brazil and the United States, respectively.

According to the plan prepared by the Management, the transaction was carried out through a capital stock reduction of GPA with the aim of distributing approximately 83% of the shares of Éxito currently held by GPA to its shareholders. Thus, after the distribution of such shares, GPA maintains, on this date, a minority interest of approximately 13% in Éxito.

Thus, pursuant to CPC 31/IFRS 5, the controlled company Éxito and its subsidiaries are presented in the 2022 annual financial statements issued on February 27, 2023 as assets held for distribution in the balance sheet and discontinued operations in the income statement.

In August 2023, Éxito's separation was finished with the distribution of approximately 83% of the interest held by GPA to its shareholders. Thus, as of this date, GPA now holds a 13.3% interest in Éxito's capital stock, which consequently is accounted for in the line of financial investments in current assets.

On October 13, 2023, GPA's Board of Directors sanctioned the execution of a preliminary agreement, which involves the sale of GPA's remaining 13.3% stake in Éxito for US\$156 million to Grupo Calleja, the proprietor of El Salvador's leading supermarket retail group known as Super Selectos. Such sale took place within the scope of an OPA takeover bid launched by the Calleja Group in Colombia and the United States of America in December 2023 with the aim of acquiring 100% of Éxito's capital stock, and its liquidation took place in January 2024.

**b. establishment, purchase, or disposal of equity interest**

In September 2023, Casino proposed to the Company's Board of Directors to start negotiations for the purchase of GPA's stake in Cnova N.V. The controller's proposal, together with GPA's absence of a current or future financial obligation to CNova and the intention to dispose of this asset, led to the reversal of accumulated non-cash losses. This transaction was completed in the third quarter of 2023. For further information, please see section 1.11 of this Reference Form.

**c. unusual events or transactions**

Not applicable, as no further events or transactions have been reported aside from those already mentioned in section 'a' hereinabove. In addition, the Company does not estimate future effects related to these facts.

**2.5. If the issuer has disclosed, during the last fiscal year, or wishes to disclose in this form non-accounting measurements, such as EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) or EBIT (earnings before interest and taxes), the issuer must:**

**a. report the amount of the non-accounting measurements**

**I. EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA Margin, and Adjusted EBITDA Margin**

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) is a non-accounting measurement prepared by the Company under CVM Resolution No. 156, of June 23, 2022, reconciled with its financial statements and interim accounting information, and consists of net profit (loss) adjusted (i) by the net financial result, (ii) by income tax and social contribution on net income, and (iii) by depreciation and amortization expenses. EBITDA margin is calculated by EBITDA divided by revenue from the sale of goods and services.

Adjusted EBITDA refers to the aforementioned EBITDA adjusted by (i) Other Operating Expenses, net, and (ii) Net Income/Loss from discontinued operations, as described in section (b) below.

Other operating income and expenses correspond to the effects of significant or non-recurring events that took place during the year/period that do not fall within the definition of the other items of the income statement for the fiscal year. The reason why the Management utilizes these metrics in its analysis is due to its awareness that they help eliminate exceptional expenses, revenues, and other extraordinary entries that could potentially hinder the comparability and analysis of results. EBITDA margin is calculated by EBITDA divided by revenue from the sale of goods and services.

EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin are not measurements recognized by accounting practices adopted in Brazil (BR GAAP) or by IFRS, do not represent cash flow for the years presented, and should not be considered as substitutes for net income (loss), as indicators of operating performance, as a liquidity indicator or as a basis for the distribution of dividends. They have no standard meaning and may not be comparable to measures with similar names provided by other companies.

Please see below the amounts of the Company's EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin for the fiscal years ended December 31, 2023, 2022, and 2021:

	Fiscal year ended on December 31,		
<i>(in BRL million, except %)</i>	2023	2022	2021
EBITDA	(410)	1,318	1,799
EBITDA margin	(2.1)%	7.6%	11.0%
Adjusted EBITDA	2,023	895	1,162
Adjusted EBITDA Margin	10.5%	5.2%	7.1%

## II. Gross Debt, Net Debt, and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables

Gross Debt is a non-accounting measurement, which is calculated by the sum of the balances of loans and financing and debentures and promissory notes, current and non-current.

Net Debt is a non-accounting measure calculated by Gross Debt deducted by the sum of cash balances and cash equivalents. Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables is calculated based on Net Debt subtracted from discounts on unanticipated receivables, which consist of balances of credit card management companies accounted for in the Company's accounts receivable line. The Management understands that these balances could simply be readily converted to a known amount of cash and that they are subject to an insignificant risk of change.

Gross Debt, Net Debt, and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables are not measures recognized by accounting practices adopted in Brazil (BR GAAP) or by IFRS, and should not be considered as substitutes as a liquidity indicator. They have no standard meaning and may not be comparable to measures with similar names provided by other companies.

Please see below the amounts of Gross Debt, Net Debt, and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables for the fiscal years ended December 31, 2023, 2022, and 2021:

	Fiscal year ended on December 31,		
<i>(stated in BRL million)</i>	2023	2022	2021
Gross Debt	(5,273)	(5,863)	(9,051)
Net Debt	(2,302)	(2,112)	(777)
Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables	(2,185)	(2,029)	(697)

### b. Reconciliation between the amounts disclosed and the amounts of the audited financial statements

## I. EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA Margin, and Adjusted EBITDA Margin

<i>(in BRL millions, except otherwise stated)</i>	Fiscal year ended on December 31,		
	2023	2022	2021
Net profit (loss) of the period/year	(2,134)	(4)	960
(+) Net financial income	1,009	750	623
(+) Income Tax and Social contribution	(418)	(454)	(725)
(+) Depreciation and Amortization	1,133	1,026	941
<b>EBITDA</b>	<b>(410)</b>	<b>1,318</b>	<b>1,799</b>
Revenue from sales of goods and services	19,250	17,321	16,298
<b>EBITDA margin</b>	<b>(2.1)%</b>	<b>7.6%</b>	<b>11.0%</b>

<i>(in BRL millions, except otherwise stated)</i>	Fiscal year ended on December 31,		
	2023	2022	2021
Net profit (loss) of the period/year	(2,134)	(4)	960
(+) Net financial income	1,009	750	623
(+) Income Tax and Social contribution	(418)	(454)	(725)
(+) Depreciation and Amortization	1,133	1,026	941
(+) Other operating income and expenses), net <sup>(1)</sup>	213	434	168
(+) Net profit/loss from discontinued operations <sup>(2)</sup>	2,220	(857)	(805)
<b>Adjusted EBITDA</b>	<b>2,023</b>	<b>895</b>	<b>1,162</b>
Revenue from sales of goods and services	19,250	17,321	16,298
<b>Adjusted EBITDA Margin/ Revenue from sales of goods and services</b>	<b>10.5%</b>	<b>5.2%</b>	<b>7.1%</b>

<sup>(1)</sup> Other operating income and expenses correspond to the effects of significant or non-recurring events that took place during the fiscal year that do not fall within the definition of the other items of the income statement for the fiscal year.

<sup>(2)</sup> Discontinued operations refer to: in the fiscal years ended December 31, 2021, 2022 and 2023, the net result of the operation of Extra hypermarkets and drugstores due to the process of discontinuing these operations, as well as the net result of the operation of the Éxito Group due to the spin-off process of the Almacenes Éxito S.A. activities from the Company.

## II. Gross Debt, Net Debt, and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables

<i>(stated in BRL million)</i>	On December 31,		
	2023	2022	2021
Loans and financing (current)	(941)	(980)	(381)
Debentures (current)	(31)	(21)	(1,089)
Loans and financing (non-current)	(983)	(2,204)	(4,058)
Debentures (non-current)	(3,319)	(2,658)	(3,524)
<b>Gross Debt</b>	<b>(5,273)</b>	<b>(5,863)</b>	<b>(9,051)</b>
Cash and Cash Equivalents	2,971	3,751	8,274
<b>Net Debt</b>	<b>(2,302)</b>	<b>(2,112)</b>	<b>(777)</b>
Factoring of receivables	117	83	80
<b>Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables</b>	<b>(2,185)</b>	<b>(2,029)</b>	<b>(697)</b>

c. explain why it is considered that such measurement is more appropriate for the correct understanding of its financial condition and the result of its operations

EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA Margin, and Adjusted EBITDA Margin are used as performance metrics, as the Company's management believes they are practical measures to ascertain its operating performance.

EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA Margin, and Adjusted EBITDA Margin are additional information to the Company's financial statements and should not be used as a substitute for audited/revised results. EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA Margin, and Adjusted EBITDA Margin are not measures recognized by the Accounting Practices Adopted in Brazil or by IFRS, do not have a standard meaning, and may not be comparable to measures with similar titles reported by other companies.

The Company believes that EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA Margin, and Adjusted EBITDA Margin help understand its financial condition and the results of its operations, being used internally as measures to assess productivity and efficiency, proving to be useful in ascertaining the Company's economic and financial performance. Additionally, the Company holds the belief that EBITDA, Adjusted EBITDA, EBITDA Margin, and Adjusted EBITDA Margin offer investors an enhanced understanding of its capability to meet its obligations and its ability to access new financing for its investments and working capital.

Gross Debt, Net Debt, and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables are not measures recognized under accounting practices adopted in Brazil or International Financial

Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standard Board (IASB), do not have a standard meaning, and may not be comparable to Gross Debt, Net Debt, and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables prepared by other companies. Net Debt and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables are used by the Company respectively for contractual purposes (Covenant) and for releasing documents to the market.

Gross Debt, Net Debt, and Net Debt Including Unanticipated Credit Card Receivables have limitations that may jeopardize their use as a measure of liquidity, and should not be considered separately or as a substitute for an indicator of liquidity and/or performance.

**2.6. Please identify and comment on any event subsequent to the last financial statements at the end of the fiscal year that substantially changes them**

***Sale of the interests held in CNova N.V.***

On November 27, 2023, the Company completed the negotiations for the sale of its indirect equity interest held in CNova N.V. (“CNova”) to its controlling shareholder, Casino Guichard Perrachon (“Casino”). This Transaction was settled on November 30, 2023.

The payment for this transaction will be divided into two installments. The first installment, amounting to €8 million (R\$42.8 million, considering the exchange rate from Euro to Real of R\$5.351 on November 24, 2023), has already been paid in cash, representing 80% of the total amount due. The second installment, which accounts for the remaining €2 million (R\$10.7 million, considering the exchange rate from Euro to Real of R\$5.385, on March 27, 2024), was paid on March 27, 2024.

In addition to the above amounts, it was agreed to pay a variable installment (“Equalization Payment”) in the event of a subsequent transaction (“Subsequent Transaction”) involving the sale of the stake held by Casino in CNova or a corporate restructuring of CNova within 18 (eighteen) months counted from the Settlement Date. The purpose of the *Equalization Payment* is to enable the Company to capture the potential additional appreciation of the asset in a Subsequent Transaction, in the best interest of the Company and its shareholders.

The calculation of *Equalization Payment* considers, among other factors, the difference between the amount implied in the transaction of €29.4 million (R\$157.4 million) per 100% of CNova's capital stock, compared to the amount to be attributed by 100% of the capital in a potential Subsequent Transaction, and the Company, in the case of a positive variation, is entitled to receive the difference considering its 34% interest it held in CNova at the time of signing the contract related to this Transaction (“Difference”). The amount due by Casino as *Equalization Payment* corresponds to 100% of the Difference if the Subsequent Transaction is made in the first 12 months from the Transaction Settlement Date, 75% if made between the 13th and 15th month, and 50% if made between the 16th and 18th month.

The amounts stated in this section consider the exchange rate quotation of the Euro to the Real of R\$5.351 on November 24, 2023.

***Sale of the interest held in Almacenes Éxito S.A.***

On October 13, 2023, the Company's Board of Directors approved the execution of a preliminary agreement with Grupo Calleja (the “Preliminary Agreement”), holder of the leading supermarket retail group in El Salvador that operates under the Super Selectos brand (the “Purchaser”), for the sale of all of GPA's remaining interests held in Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”), corresponding to 13.31% of Éxito's capital stock, within the scope of an OPA takeover bid launched by the Purchaser in Colombia and the United States of America to acquire 100% of Éxito's shares subject to the acquisition of at least 51% of the shares (“OPA”). Companies that belong to the Casino

group that hold 34.05% of Éxito's capital stock are also parties to the Preliminary Agreement and have committed to sell their stake through the OPA takeover bid.

The value of the OPA, considering all of Éxito's shares, is US\$1,175 million, equivalent to US\$0.9053 per share, of which US\$156 million (corresponding to R\$790 million) refers to the stake held by GPA, paid by the Buyer in cash.

The OPA takeover bid was opened in December 2023 and completed in January 2024, being settled on January 23, 2024.

**2.7. The officers should comment on the allocation of social results, mentioning:**

**a. standards on retained earnings**

**b. standards on dividend distribution**

**c. periodicity of dividend distributions**

**d. any restrictions on the distribution of dividends imposed by special legislation or regulations applicable to the issuer, as well as contracts, court, administrative, or arbitration orders**

**e. if the issuer has a formally approved income allocation policy informing the body responsible for the approval, the date of approval and, if the issuer discloses the policy, any websites on the world wide web where the document can be read**

Description	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2021
<p><b>a. Standards on retained earnings</b></p>	<p>The Company's general meeting is responsible for deciding on retained earnings, pursuant to the applicable legislation and the Company's bylaws.</p> <p>The Bylaws outline the following deductions from the Company's profit, in a specific sequence:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) accumulated losses and the allowance for income tax; and</li> <li>(b) the disbursement of profit sharing to employees and managers based on the Company's results.</li> </ul> <p>Following these deductions, the Company's profit will be allocated as outlined below:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) 5% for the legal reserve;</li> <li>(b) funds to be allocated to reserves for contingencies, subject to resolution by the General Meeting;</li> <li>(c) 25% to pay the mandatory dividend.</li> </ul> <p>After the above allocations, the profit that is not used to constitute a Reserve for Expansion under the Bylaws (limited to 100% of the amount of the capital stock) or that is subject to withholding under articles 195-A (Tax Incentive Reserve) and 196 (Retained Earnings) of the Brazilian Corporations Act, will be distributed as additional dividends.</p>		
<p><b>a.i. Retained earnings amounts</b></p>	<p>Not applicable, as the Company did not generate any net income during the specified period.</p>	<p>Not applicable, as the Company did not generate any net income during the specified period.</p>	<p>As resolved in the Annual and Extraordinary General Meetings (AEGM) held on April 27, 2022, out of the net income of R\$802,326,854.48, the following amounts were allocated: (a) R\$40,116,342.72 to the Legal Reserve; (b) R\$437,737,929.80 to the Tax Incentive Reserve; (c) R\$95,433,112.34 as a minimum mandatory dividend, of which R\$81,118,145.49 is the net amount of taxes; and (d) R\$229,039,469.62 to the Expansion Reserve</p>

Description	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2021
<b>a.ii Percentages in relation to total profits stated</b>	Not applicable, as the Company did not generate any net income during the specified period.	Not applicable, as the Company did not generate any net income during the specified period.	(a): 5.00% (b): 54.56% (c): 11.89% (d): 28.54%
<b>b. Rules on dividend distribution</b>	<p>Pursuant to the law and the Company's Bylaws, the Company may pay dividends arising from:</p> <p>(a) the net income ascertained in the fiscal year;</p> <p>(b) the net income accrued in prior fiscal years, or in any semester and/or quarter of a prior fiscal year; or</p> <p>(c) profit reserves from previous fiscal years or the first half of a fiscal year.</p> <p>In this case, "profit reserves" means any reserve for expansion, contingency reserve, tax incentive reserve, amounts allocated to investment budget approved by resolution of shareholders, or reserve of unrealized profits, not including any legal reserve.</p> <p>Dividends are stated at the Annual General Meeting, according to the recommendation of the Board of Directors and must be made available to shareholders within the period determined by the Meeting that resolved on their statement. The Company may pay or credit interest on shareholders' equity calculated on the Shareholders' Equity accounts, subject to the rate and limits determined by law, being certain that the amounts paid as interest on shareholders' equity will make up the amount of the minimum mandatory dividends.</p> <p>Pursuant to the Company's Bylaws in force at the time of the Annual General Meeting that approved the distribution of dividends and the Brazilian Corporations Act, each shareholder has a period of 3 years, counting from the date on which the payment of the dividend is due, to claim its payment, after which the Company will no longer be responsible for the payment.</p> <p>The calculation of net income (or net loss, as the case may be) and the allocation to reserves in any fiscal year were determined based on the financial statements prepared under the accounting practices then in force.</p>		
<b>c. Periodicity of dividend distributions</b>	<p>As a standard practice, the distribution of mandatory minimum dividends will occur on a yearly basis. Nevertheless, interim dividends may be stated by the Board of Directors, subject to the <i>approval</i> of the General Meeting of Shareholders, pursuant to § 3 of article 32 of the Company's Bylaws. The decision regarding the allocation of interim dividends will rest with the Board of Directors, taking into account the Company's financial and economic condition.</p>		
<b>d. Potential restrictions</b>	<p>The deeds of the 18th and 19th issuance of debentures and a bank loan agreement provide for a restrictive clause that limits the distribution of dividends above the legal minimum, except for certain exceptions expressly provided for in such documents. For further information, please see sections 2.1.iv and 12.3 of this Reference Form.</p>	<p>The deeds of the 18th and 19th issuance of debentures and a bank loan agreement provide for a restrictive clause that limits the distribution of dividends above the legal minimum, except for certain exceptions expressly provided for in such documents. For further information, please see sections 2.1.iv and 12.3 of this Reference Form.</p>	<p>In both the deed of the 17th debenture issue and the bank loan agreement, there is a restrictive clause that restricts the distribution of dividends beyond the legal minimum. For further information, please see sections 2.1.iv and 12.3 of this Reference Form.</p>
<b>e. Earnings distribution policy</b>	<p>The Company does not have a formal earnings distribution policy.</p>		

**2.8. The executive officers must describe the relevant items not evidenced in the Company's financial statements, pointing out:**

**a. the assets and liabilities held by the issuer, directly or indirectly, that do not appear in its balance sheets (*off-balance sheet items*), such as:**

**i. portfolios of receivables written off over which the entity has neither retained nor transferred substantially the risks and benefits of ownership of the transferred asset, specifying the corresponding liabilities**

The Board of Executive Officers clarifies that there are no portfolios of receivables written off on which the entity maintains risks and liabilities not evidenced in the Company's balance sheets for the last three fiscal years.

**ii. contracts for future purchase and sale of goods or services**

The Board of Executive Officers explicitly states that there are no agreements for the future acquisition or disposition of products or services that are not reflected in the Company's balance sheets for the past three fiscal years.

**iii. unfinished construction agreements**

The Board of Executive Officers clarifies that there is no unfinished construction that is not reflected in the Company's balance sheets for the past three fiscal years.

**iv. agreements for future receipt of financing**

The Board of Executive Officers clarifies that there are no contracts for future receipts of financing not disclosed in the Company's balance sheets for the past three fiscal years.

**b. other items not disclosed in the financial statements**

Not applicable, as the Company does not hold other significant items that are not disclosed in its financial statements for the past three fiscal years.

**2.9. Regarding each of the items not shown in the financial statements referred to in section 2.8, the executive officers should comment:**

**a. how such items change or may change revenues, expenses, operating results, financial expenses or other items in the issuer's financial statements**

**b. nature and purpose of the transaction**

**c. nature and amount of obligations undertaken and rights generated in favor of the issuer as a result of the transaction**

Not applicable, considering that there is no significant item not disclosed in the Company's financial statements.

**2.10 Officers should point out and comment on the major elements of the issuer's business plan, describing, in particular, the following topics:**

**a. investments, including:**

**i. quantitative and qualitative description of ongoing investments and projected investments**

The Consolidated Investment Plan for GPA for fiscal year 2024 totals R\$600 million, for the (i) conversion, opening, and renovation of stores; (ii) innovation and acceleration of digital transformation projects, including systems, marketplace, last milers, and new DCs; (iii) IT infrastructure, logistics, and other efficiency improvement projects; and (iv) *real estate*.

**ii. investment funding sources**

The Company's primary sources of funds for operations and investments include operating cash flow, Expansion Reserve, capital budget, bank loans, factoring of receivables, and raising capital through the issuance of debentures, promissory notes, and monetization of mature or *non-core* assets.

**iii. significant divestitures in progress, and planned divestitures**

The Company is currently selling certain *non-core* assets as part of its plan to reduce its financial leverage. Thus, during 2023, among other assets the Company completed the sale of: (i) 11 stores, through *sale and leaseback*; (ii) land located in Barra da Tijuca district, in the city of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro; (iii) equity interest held in Cnova N.V. On the date of this Reference Form, the Company is still negotiating for the sale of other *non-core* assets, and began negotiating the sale of gas stations owned by it in several regions of Brazil and the real property where its administrative headquarters is located.

**iv. provided that it has already been disclosed, report the acquisition of plants, equipment, patents, or other assets that should materially influence the issuer's productive capacity**

There are no events to disclose.

**v. new products and services, detailing:**

**i. description of ongoing research already disclosed**

**ii. total amount spent by the issuer with research for development of new products or services**

**iii. ongoing projects already disclosed**

**iv. total amounts spent by issuer to develop new products or services**

Not applicable.

**vi. opportunities that are part of the issuer's business plan related to ESG issues**

ESG issues are one of GPA's strategic guiding principles, and the Company has a team dedicated to such issues and an action plan validated by both the Sustainability and Diversity Committee and the Board of Directors, which has activities, goals, and commitments for the upcoming years.

The Company's ESG planning encompasses aspects related to five guiding principles: diversity and inclusion, social impact, value chains, climate change, and ethics and transparency. In order to implement actions aligned with these guiding principles, the Company has made investments in various areas, facilitating the continuous enhancement of processes and policies in line with the established commitments.

In addition to the investments that the Company makes directly in actions aimed at ESG issues and the constant study of opportunities to improve our business in order to minimize negative impacts and enhance positive impacts, one of GPA's variable compensation goals are pegged to significant ESG topics, namely, the increase in the percentage of women in leadership positions (management and above) and the reduction of CO<sub>2</sub> emissions, directing the company's collective effort on this topic.

**2.11 Comment on other factors that had relevant influence on the operating performance and have not been identified or mentioned on other items in this section**

The Company is not aware of other factors that have materially influenced its operating performance and that have not been identified or commented on in the other items of this section 2.

**EXHIBIT II**

**Proposed Overall Compensation for Management and Fiscal Council members  
(Section 8 of the Reference Form)**

*[Remainder of the page intentionally left blank]  
[The Exhibit can be seen on the next page]*

## **8. MANAGEMENT MEMBERS' COMPENSATION**

**8.1 Describe the policy or practice of compensation of the Board of Directors, Statutory and Non-Statutory Board of Executive Officers, Audit Committee, Statutory Committees, and Audit, Risk, Financial, and Compensation Committees, addressing the following matters:**

**a. goals of the compensation policy or practice, informing if the compensation policy was formally approved, the body responsible for its approval, the date of approval and, if the issuer disclosed the policy, locations on the World Wide Web where the document can be read**

The Company has Nomination and Compensation Policy for the Members of the Board of Directors, Advisory Committees, Statutory Board of Executive Officers and Fiscal Council that was formally approved at a meeting of the Board of Directors held on November 28, 2019, amended on May 31, 2022 (the "Compensation Policy") aimed at establishing the guidelines for compensating management members in accordance with market practices and, consequently, enable the attraction and retention of skilled professionals and their involvement in line with the Company's interests, guided by the following criteria:

- (i) The responsibilities of the members of the Board of Directors, its Advisory Committees, Statutory Board and Fiscal Council, whenever duly established, considering the different positions they hold and the functions they perform;
- (ii) Time devoted to their duties;
- (iii) Competence and professional reputation, in view of their experience and skills; and
- (iv) Value of their services in the market.

Furthermore, as per the Compensation Policy, the compensation of the management members may consist of the following components:

- (i) Fixed compensation;
- (ii) Direct and indirect benefits, corresponding to health-care plan, life insurance, check-up, food voucher, among others;
- (iii) Short-term variable compensation (corresponding to a profit-sharing plan);
- (iv) Long-term variable compensation; and
- (v) Post-employment benefits, corresponding to a counterpart in a private pension plan for opt-outs.

The Compensation Policy will be updated in due course to include the possibility of long-term variable compensation including share-based compensation plans, according to the new incentive plan that is being submitted for the approval of shareholders at the Extraordinary General Meeting to be held on April 29, 2024.

The Compensation Policy is available for consultation on the Investor Relations website of the Company ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)), as well as on the websites of CVM (<https://www.gov.br/cvm>) and B3 (<https://www.b3.com.br>).

**b. practices and procedures adopted by the board of directors to determine the individual compensation of the board of directors and the board of executive officers, pointing out:**

**i. the issuer's departments and committees that take part in the decision-making process, detailing how they take part in it**

According to art. 152 of the Brazilian Corporations Act and the Company's Compensation Policy, the General Meeting is responsible for setting the overall compensation of the management members, as well as the Fiscal Council, when established, and the Board of Directors is responsible for deciding on the distribution of the annual overall compensation approved by the General Meeting among the management bodies, and the members of the Board of Directors who also hold the position of officer, even provisionally, are prohibited from intervening in the process of determining their own compensation as officers.

It is also incumbent upon the General Meeting to approve stock option and share-based compensation plans with delivery directly in shares, and it is up to the Board of Directors to resolve on the creation of such programs, setting forth their conditions and beneficiaries.

The Company maintains a specialized department focused on compensation matters, with the primary objective of evaluating, organizing, and advising on best practices. Such recommendations are submitted to the Environmental, Social and Corporate Governance Sustainability (ESG) Committee, responsible for addressing and advising on compensation of the Management members, as well as employees and non-statutory executive officers. Thus, the Environmental, Social and Corporate Governance Sustainability (ESG) Committee and the Board of Directors assess the adequacy of the compensation paid annually to the Board of Directors and the Board of Executive Officers, as a whole, with the advice, whenever necessary, of a compensation consultancy hired for this purpose.

Regarding individual compensation, the Company's Board of Directors monitors the decision-making process to determine salary references for each position, taking into consideration market practices. These references are then applied to managers under the Company's governance rules.

**ii. criteria and methodology used to determine individual compensation, indicating whether studies are used to verify market practices and, if so, the comparison criteria and the scope of these studies**

As stated in section "a" above, the Compensation Policy sets forth the criteria adopted for the compensation of management members, namely:

- (i) The responsibilities of the members of the Board of Directors, its Advisory Committees, Statutory Board and Fiscal Council, whenever duly established, considering the different positions they hold and the functions they perform;
- (ii) Time devoted to their duties;
- (iii) Competence and professional reputation, in view of their experience and skills; and
- (iv) Value of their services in the market.

In addition, the Company hires specialized companies to carry out or provide access to studies and perform an assessment and comparison of the position to be compensated according to market practices (having been measured for the year 2022, the last year of its application, through the *Top Exec* Survey of Korn Ferry, which uses as comparison parameters the large economic groups that operate in the country, taking into account companies of the same size in the industry sector, as well as other segments that are competitors for the purpose of hiring executives).

With regard to the variable compensation of the statutory Officers, the Company makes the payments pursuant to Law No. 10.101/2000. The calculation is based on financial and non-financial indicators, independent of each other, in line with the Company's strategic planning, determined based on the business plan and on financial results to be achieved by the Company, as mentioned in section 8.1.c. Profit sharing is, therefore, pegged to the performance of the Company and that of statutory Officers themselves, under the provisions of the Company's Profit-Sharing Program.

When reviewing the amount of the total compensation of an Executive Officer, it is necessary to highlight that the Company endorses the compensation policy in order to ensure that the amount received by the members of the Board of Executive Officers is in line with that of the companies with which the Company compares itself (the largest economic groups in Brazil) and equivalent to the total compensation of the 10% best payers in Brazil.

Once such a survey is completed, the area responsible for determining the compensation structure for managers and key personnel suggests compensation parameters and strategies to the Environmental, Social and Corporate Governance Sustainability (ESG) Committee and the Board of Directors.

### **iii. how often and manner in which the board of directors assesses the adequacy of the issuer's compensation policy**

In pursuit of this goal, the Company regularly conducts market research executed by distinguished specialized external consultants contracted specifically for this purpose.

Each year, the Company conducts an evaluation of the monthly compensation, parameters, and references provided by the specialized consultants, comparing them to the Company's actual practices. Based on such reviews, the area dedicated to compensation and structure issues recommends proposals to the Environmental, Social and Corporate Governance Sustainability

(ESG) Committee and the Board of Directors, in order to maintain the Company's competitiveness and adherence to the established strategy.

**c. how compensation is formulated, detailing the following factors:**

**i. description of the various elements that make up the compensation, including, in relation to each of them:**

**Board of Directors**

The compensation of the members of the Board of Directors is composed of a fixed portion, which is periodically updated based on the amounts usually paid by the market, encouraging such professionals to maintain a level of excellence in the performance of their functions and the continuous search for improved results.

For the social exercise of 2024, the Company does not provide any additional remuneration to the Board of Directors apart from the fixed portion.

**Statutory and non-statutory Board of Executive Officers**

The composition of the Board of Executive Officers' compensation includes a fixed portion and a variable portion. The fixed compensation is calculated based on the individual's position and skills, taking into consideration market practices and the results of an annual survey conducted by external consultants engaged by the Company.

Executive officers are entitled to a package of benefits consistent with those offered by the market to professionals who hold management positions in other companies, which include dental reimbursement, medical *check-up*, security, meal vouchers, private pension, life insurance, health insurance, and social insurance, in addition to being beneficiaries of the D&O insurance as detailed in section 7.7 of this Reference Form. The amount of the D&O insurance premium is not considered in the amounts contained in section 8.2 of this Reference Form.

Short-term variable compensation (corresponding to profit sharing) is made through an annual payment pegged to the Company's results for the year, being paid to both the statutory and non-statutory Executive Officers. The payment amount can range from 0% to 200%, and it is determined based on both the Company's performance and the individual performance of the Management member. At present, the *target* value of the variable compensation component makes up approximately 30% of the executives' annual direct compensation.

The long-term variable compensation (corresponding to the Company's incentive stock and stock option plan plan) aims to encourage the efficiency, productivity, results, and commitment of the statutory and non-statutory Officers in their performance. The amount to be paid as a result of these plans may vary from 0% to 200%, and such amount is determined based on

discretionary/subjective criteria taking into account the executives' contribution in view of the Company's strategic goals. At present, the *target* value of the share-based compensation component constitutes approximately 30% of the executives' annual direct compensation.

The management of the Company acknowledges that the compensation components align with the Company's principles and are deemed satisfactory for achieving the Company's goals as outlined in its Compensation Policy, which aims to generate value for the Company and its shareholders in both the short and long term.

### **Fiscal Council**

The compensation for members of the Fiscal Council, if established at the request of the General Meeting, will be composed of a fixed monthly compensation that is not connected to the actual participation in meetings, which cannot be less than 10% of the fixed compensation for each active member that, on average, is paid to every executive officer, pursuant to §3, article 162 of the Brazilian Corporations Act.

### **Non-Statutory Advisory Committees to the Board of Directors**

#### **Audit Committee**

The compensation of the Audit Committee's members is composed of a fixed compensation portion calculated based on the position and skills of the individual according to market researches carried out by consultants hired by the Company, as well as the participation and number of participation in meetings in their corresponding administrative bodies, as well as the compensation of the other committees.

Committee members are beneficiaries of the D&O insurance stated in section 7.7 of this Reference Form.

- **its goals and alignment to the issuer's short, medium, and long-term interests**

The management of the Company acknowledges that the compensation components align with the Company's principles and are deemed satisfactory for achieving the Company's goals as outlined in its Compensation Policy.

The fixed compensation is calculated based on the individual's position and skills, taking into consideration market practices and the results of an annual survey conducted by external consultants engaged by the Company. In the cases of the Board of Directors and Advisory Committees, the performance in meetings and number of meetings attended in the corresponding administrative bodies and/or the fulfillment of specific responsibilities connected to the Company's strategy is also taken into account.

Short-term variable compensation (corresponding to profit sharing) is made through an annual payment pegged to the Company's results for the year to the statutory Executive Officers. For the members of the Board of Directors and Advisory Committees, there is a payment connected to the dedication of additional time or to the fulfillment of specific responsibilities or projects focused on the Company's strategy.

The long-term variable compensation aims to encourage the efficiency, productivity, results, and commitment of the Directors and the statutory and non-statutory Officers in their performance.

In conclusion, the Company's direct and indirect benefits are designed to enhance the appeal of its compensation package and attract and retain the desired professionals.

- **its proportion in the overall compensation in the past 3 fiscal years**

The table below shows the proportion of each element in the composition of the total remuneration for the past three (3) fiscal years:

For the fiscal year ended on December 31, 2023:

	% on the total compensation						
	Base Salary	Direct and indirect benefits	Variable compensation	Termination of the position	Stock Plans	Option Plans	Total
<b>Board of Directors</b>	92.90%	3.55%	0.00%	0.00%	3.56%		100.00%
<b>Board of Executive Officers</b>	69.87%	9.22%	13.71%	0.00%	7.21%		100.00%
<b>Fiscal Council</b>	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%		100.00%

For the fiscal year ended on December 31, 2022:

	% on the total compensation						
	Base Salary	Direct and indirect benefits	Variable compensation	Termination of the position	Stock Plans	Option Plans	Total
<b>Board of Directors</b>	48.99%	2.99%	0.00%	26.00%	22.02%		100.00%
<b>Board of Executive Officers</b>	29.69%	7.36%	0.00%	55.45%	7.51%		100.00%
<b>Fiscal Council</b>	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%		100.00%

Fiscal year ended on December 31, 2021:

	% related to the total compensation				
	Base Salary	Direct and Indirect Benefits	Variable Compensation	Stock Option Plans	Total
<b>Board of Directors</b>	71.71%	7.84%	0.00%	20.44%	100.0%

<b>Board of Executive Officers</b>	61.53%	2.32%	24.79%	11.35%	100.0%
<b>Fiscal Council</b>	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	100.0%

- **its calculation and updating methodology**

To determine the compensation of Management members, the Company regularly conducts market research in order to assess whether the criteria and conditions it adopts for determining their remuneration are satisfactory and allows for retaining professionals, as well as assessing the need to propose adjustments in any element comprising the compensation that could be misaligned. Such surveys are carried out every year by specialized consultants recognized in the market that is hired by the Company, and are based on the analysis of data from the major companies present in the Brazilian market with revenues and size similar to those of the Company.

Once such a survey is completed, the area responsible for determining the compensation structure of senior management and key personnel suggests compensation parameters and strategies, including for non-statutory Executive Officers and other strategic positions that do not compose the statutory management.

The Company maintains a specialized department focused on compensation matters, with the primary objective of evaluating, organizing, and advising on best practices. Such recommendations are submitted to the Environmental, Social and Corporate Governance Sustainability (ESG) Committee, responsible for addressing and deciding on the compensation of the Management members, as well as non-statutory executive officers and employees.

The Board of Directors prepares the Management's Proposal so that the shareholders can resolve on the overall amount of compensation to management members.

With regard to the executive officers' variable compensation, the Company makes the payments pursuant to Law No. 10.101/2000. The calculation is based on financial and non-financial indicators, independent of each other, in line with the Company's strategic planning, determined based on the business plan and on financial results to be achieved by the Company, as mentioned in section 8.1.c. Profit sharing is, therefore, pegged to the performance of the Company and that of management member him/herself, under the provisions of the Company's Profit-Sharing Program.

- **key performance indicators taken into account, including, where applicable, indicators related to ESG issues**

Aiming at complying with the purposes of the compensation policy, which is to provide compensation aligned with market practices (having been measured for the 2022 fiscal year through Korn Ferry's *Top Exec* Survey, which uses the large economic groups operating in each country as parameters for comparison), making it possible to attract and retain the best talents in

search for excellence, each compensation element considers the following performance indicators to determine their amount:

- **Fixed compensation (Base Salary and direct and indirect benefits):** determined based on competitive compensation structures that take into account the *know-how*; problem-solving skills, and responsibilities of each position. The Company's structure is designed based on salary grids, with each grid having an associated average salary that is kept in line with the market's average salary point.
- **Profit Sharing:** we monitor performance indicators in line with the Company's strategic planning, determined based on its business plan that considers quantitative results and the performance assessment of the executive officers, under the provisions the Company's Profit-Sharing Program that is developed pursuant to Brazilian Law No. 10,101/2000. As an example, in recent years the Company has been using metrics based on the following indicators to calculate the amounts to be distributed under its Profit-Sharing Programs: Net Sales, NPS, General Overall Administrative and Sales Expenses, EBITDA, Sustainability Index (% of People with Disabilities; % of Women in Leadership positions; Energy Consumption), and *Market Share*. For the purposes of metrics, some financial indicators, including net income, are based on the French accounting standard, which is the standard used by the Company's controlling shareholder to consolidate its subsidiaries, and which allows all executives in the group to be compensated under the same criteria.

It is evident that certain indicators are solely financial, while others, incorporating ESG parameters, are quantifiable factors that impact the Company's outcomes and thus exhibit a correlation with its financial performance. Due to the fact such various indicators are independent among themselves, it is worth noticing that there will be the possibility of paying amounts to the Company's officers under their Profit-Sharing Programs, regardless of the distribution of dividends by the Company, based on the applicable performance indicators, under the Profit-Sharing Programs executed every year by the Company. Thus, especially in fiscal years in which net loss or net profit are ascertained below the corporate targets, it is possible that the achievement of a percentage higher than 100% in the fulfillment of the targets attributed to the non-financial indicators offset, even partially, the failure to achieve strictly financial indicators. The total amount paid under the Profit-Sharing Programs is foreseen and limited by the terms and conditions provided for in such Programs referred to above.

The result of the Group and Individual indicators is measured according to the minimum, *target*, and maximum ranges, set and approved, respectively, both by the Environmental, Social and Corporate Governance Sustainability (ESG) Committee and by the Board of Directors. It is the average of such results that will determine the percentage to be applied on the target of each individual's Profit-Sharing Programs.

To calculate and determine the amount to be paid under the Profit-Sharing Programs, the Company applies the method called *Performance Score* (internally aligned with the purposes

outlined by GPA and its subsidiaries), a method that in year 2022 was applied even to all employees of the Company at medium leadership level (Coordinators).

- **Share-based compensation:** information on the criteria and characteristics of share-based compensation is provided in sections 8.4 and 8.9 of the Reference Form.

## **ii. reasons that justify the composition of compensation**

The elements that make up the Company's compensation package focus on attracting and retaining talents, that is, competent, skilled, dedicated, and valuable professionals for the Company, who may contribute to its results.

To this end, regarding the total compensation of an Executive Officer, the Company endorses the compensation policy in order to ensure that the amount received by the members of the Board of Executive Officers is in line with that of the companies with which the Company compares itself (the largest economic groups in Brazil) and equivalent to the total compensation of the 10% best payers in Brazil.

## **iii. the existence of unpaid members by the issuer and the reason for this fact**

The Chairman of the Board of Directors does not receive any form of compensation due to his voluntary waiver of the right to be remunerated.

## **d. existence of any compensation borne by subsidiaries, controlled companies, or direct or indirect controllers**

The Company assumed full responsibility for compensating Management and committee members in the fiscal year ended on December 31, 2023, and will continue to do so in 2024.

## **e. existence of any compensation or benefit bound to the occurrence of a certain corporate event, such as disposal of the issuer's corporate control**

With the completion of the public offering of primary distribution of shares issued by the Company ("Offer"), certain executives who are involved in the preparations and other activities related to said Offer will be entitled to an extraordinary financial premium/bonus, which in the aggregate may represent up to 1.75% of the total value of the Offer, subject to the achievement of certain conditions to be verified after said corporate transaction.

**8.2 Regarding the compensation accounted for on the financial result of the past 3 fiscal years and also the compensation planned for the current fiscal year to the Board of Directors, the Board of Executive Officers and the fiscal council, a table must be prepared with the following information:**

<b>Total Compensation of the Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, and Fiscal Council Fiscal Year 2024 (Estimated)</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>Total number of members</b>	8.75	4	0	12.75
<b>Number of paid members</b>	8.5	4	0	12.50
<b>Fixed annual compensation</b>				
Base Salary ("Fixed")	10,996,940.00	14,587,075.19		25,584,015.19
Direct and Indirect Benefits		2,885,950.73		2,885,950.73
Compensation by Committees				
Others (d.i)				
<b>Annual variable compensation</b>				
Bonus ("Variable Compensation")				
Profit Sharing		11,093,165.22		11,093,165.22
Compensation for taking part in meetings				
Commissions				
Others (d.ii)				
<b>Post-employment benefits</b>				
<b>Benefits for termination of tenure</b>				
<b>Share-based compensation</b>		30,807,240.57		30,807,240.57
<b>Total</b>	10,996,940.00	59,373,431.71	0.00	70,370,371.71
<b>Notes:</b> the total number of members of each body and the total number of paid members of each body was calculated as specified in section 10.2.8.2 of the Annual Circular Letter CVM/SEP 2024.				

<b>Total Compensation of the Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, and Fiscal Council Fiscal Year 2023</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>Total number of members</b>	12	4	3	19
<b>Number of paid members</b>	11	4	3	18
<b>Fixed annual compensation</b>				
Base Salary ("Fixed")	21,866,692.53	19,882,398.59	186,000.54	41,935,091.66
Direct and Indirect Benefits	834,626.06	2,623,591.57		3,458,217.63
Compensation by Committees	-	-	-	-

Others (d.i)	-	-	-	-
<b>Annual variable compensation</b>				
Bonus (“Variable Compensation”)	-	-	-	-
Profit Sharing		3,900,272.99		3,900,272.99
Compensation for taking part in meetings	-	-	-	-
Commissions	-	-	-	-
Others (d.ii)	-	-	-	-
<b>Post-employment benefits</b>				
<b>Benefits for termination of tenure</b>	-	-	-	-
<b>Share-based compensation</b>	837,399.89	2,051,851.61		2,889,251.50
<b>Total</b>	<b>23,538,718.48</b>	<b>28,458,114.76</b>	<b>186,000.54</b>	<b>52,182,833.78</b>
<b>Notes:</b> the total number of members of each body and the total number of paid members of each body was calculated as specified in section 10.2.8.b of the Annual Circular Letter CVM/SEP 2023.				

<b>Total Compensation of the Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, and Fiscal Council Fiscal Year 2022</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>Total number of members</b>	12	4	3	19
<b>Number of paid members</b>	11	4	3	18
<b>Fixed annual compensation</b>				
Base Salary (“Fixed”)	30,357,866.30	9,426,336.60	432,000.00	40,216,202.90
Direct and Indirect Benefits	1,851,465.24	2,336,754.70	-	4,188,219.94
Compensation by Committees	-	-	-	-
Others (d.i)	-	-	-	-
<b>Annual variable compensation</b>				
Bonus (“Variable Compensation”)	-	-	-	-
Profit Sharing	-	-	-	-
Compensation for taking part in meetings	-	-	-	-
Commissions	-	-	-	-
Others (d.ii)	-	-	-	-
<b>Post-employment benefits</b>				
<b>Benefits for termination of tenure</b>	16,114,039.00	17,604,897.29	-	33,718,936.29
<b>Share-based compensation</b>	13,646,000.00	2,383,000.00		16,029,000.00
<b>Total</b>	<b>61,969,370.54</b>	<b>31,750,988.59</b>	<b>432,000.00</b>	<b>94,152,359.13</b>
<b>Notes:</b> the total number of members of each body and the total number of paid members of each body was calculated as specified in section 10.2.8.b of the Annual Circular Letter CVM/SEP 2022.				

<b>Total Compensation of the Board of Directors, Statutory Board of Executive Officers, and Fiscal Council Fiscal Year 2021</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>Total number of members</b>	9.67	2.83	2.58	15.08
<b>Number of compensated members</b>	8.67	2.83	2.58	14.08
<b>Fixed annual compensation</b>				
Base Salary ("Fixed")	24,233,299.21	17,360,180.83	432,000.00	42,025,480.04
Direct and Indirect Benefits	2,650,518.78	655,727.30	0.00	3,306,246.08
Compensation by Committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Others (d.i)	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Annual variable compensation</b>				
Bonus ("Variable Compensation")	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit Sharing	0.00	6,994,532.46	0.00	6,994,532.46
Compensation for taking part in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others (d.ii)	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Post-employment benefits</b>				
<b>Benefits for termination of tenure</b>	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Share-based compensation</b>	6,907,644.00	3,201,608.00	0.00	10,109,252.00
<b>Total</b>	<b>33,791,461.99</b>	<b>28,212,048.59</b>	<b>432,000.00</b>	<b>62,435,510.58</b>
<b>Notes:</b> the total number of members of each body and the total number of paid members of each body was calculated as specified in section 10.2.8.b of the Annual Circular Letter CVM/SEP 2021.				

### 8.3. Variable compensation

Expected for the Fiscal Year to end on December 31, 2024				
	Board of Directors	Statutory Board of	Fiscal Council	Total
<b>Total number of members</b>	8.75	4.00	0.00	12.75
Number of paid members	0.00	4.00	0.00	4.00
<b>REGARDING BONUSES</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized in the result of the Past 3 fiscal years	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>REGARDING PROFIT SHARING</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	22,186,330.00	0.00	22,186,330.00
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	11,093,165.00	0.00	11,093,165.00
Amount effectively recognized in the fiscal year				
<b>Fiscal year ended on December 31, 2023</b>				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Fiscal Council	Total
<b>Total number of members</b>	12.00	4.00	3.0	19.00
Number of paid members	0.00	4.00	0.0	4.00
<b>REGARDING BONUSES</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized in the result of the Past 3 fiscal years	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>REGARDING PROFIT SHARING</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	22,176,448.00	0.00	22,176,448.00
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	11,088,224.00	0.00	11,088,224.00
Amount effectively recognized in the fiscal year	0	3,900,273.00	0.00	3,900,273.00

<b>Fiscal year ended on December 31, 2022</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>Total number of members</b>	12.00	4.00	3.0	19.00
Number of paid members	0.00	4.00	0.0	4.00
<b>REGARDING BONUSES</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized in the result of the Past 3 fiscal years	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>REGARDING PROFIT SHARING</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	17,261,355.00	0.00	17,261,355.00
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	8,630,678.00	0.00	8,630,678.00
Amount recognized in the income	0.00	0.00	0.00	0.00

<b>Fiscal year ended on December 31, 2021</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>Total number of members</b>	9.67	2.83	2.58	15.08
Number of paid members	0.00	2.83	0.00	2.83
<b>REGARDING BONUSES</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized in the result of the Past 3 fiscal years	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>REGARDING PROFIT SHARING</b>				
Minimum amount set forth in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan	0.00	28,981,131.30	0.00	28,981,131.30
Amount set forth in the compensation plan if the targets are met	0.00	14,490,565.65	0.00	14,490,565.65
Amount recognized in the income	0.00	6,994,532.46	0.00	6,994,532.46

**8.4 Regarding the share-based compensation plan of the Board of Directors and the Statutory Executive Board effective in the last fiscal year and projected for the current fiscal year, please specify:**

On May 9, 2014, the Company's shareholders approved at the extraordinary general meeting (i) the creation of the Stock Option Plan and its corresponding standard grant agreement ("Stock Option Plan"); and (ii) the creation of the Equity Compensation Plan and its corresponding standard grant agreement (the "Equity Compensation Plan", which, together with the Stock Option Plan and the Former Stock Option Plan, they are hereinafter referred to as the "Plans"). The Stock Option Plan and the Equity Compensation Plan also had amendments thereto approved at the (i) Annual and Extraordinary General Meetings held on April 24, 2015 and on April 25, 2019, and the (ii) Extraordinary General Meeting held on December 30, 2019.

The amount to be received by each member of the Company's Management, under the Plans, is determined according to the level of seniority of the executive and is part of the compensation package of each Management member.

The amounts to be received by members of the Board of Directors and the Chief Executive Officer are previously specified in the agreements signed with them, considering market research carried out with renowned organizations. The amount to be received by the other statutory officers is defined by the Chief Executive Officer based on the total amount available for such payment as determined by the Board of Directors.

The amount to be paid as a result of these Plans may range from 0% to 200%, and such amount is determined based on discretionary/subjective criteria taking into account the executives' contribution in view of the Company's strategic goals. At present, the *target* value of the share-based compensation component constitutes approximately 25% of the executives' annual direct compensation.

It is worth emphasizing that the Company is submitting to the approval of the shareholders, at the Extraordinary General Meeting to be held on April 29, 2024, a new share-based compensation plan that will replace the plans currently in force, which terms and conditions are attached herein as **Annexes III and IV**. It will be up to the Board of Directors to approve the programs based on the plan approved at the meeting (with the first share-based remuneration program – performance shares, being approved by the Board of Directors on March 29, 2023, subject to approval of the new plan by the General Meeting).

In addition to the remuneration plan to be assessed by the Extraordinary General Meeting to be held on April 29, 2024, there is a Long-Term Incentive Program for the Company's Executive Board backed by Phantom Shares with payment in cash, calculated based on an indicator of performance of the share defined with market standards, with a vesting period of 3 years, with the objective of aligning the board with the medium and long-term gains of shareholders. Said program was approved by the Board of Directors on March 29, 2024 and will be settled in cash,

with no share transfer expected. If the executive leaves before the term of office, he will be paid pro-rata.

The Company describes hereinafter the Plans that had options in effect on December 31, 2023.

## **EQUITY COMPENSATION PLAN**

### **a. general terms and conditions**

The Equity Compensation Plan is managed by the Company's Board of Directors, which established the Company's Human Resources and Compensation Committee to assist it in managing the Equity Compensation Plan, among other matters (the "Committee").

Such Committee members will meet to grant the options of the series of the Equity Compensation Plan and, whenever required, to decide on the matters that may arise connected to the Equity Compensation Plan.

Each series of stock option grants will receive the letter "B" followed by a number, and the first grant of stock options under the terms of the Compensation Plan will receive the letter B1, and the subsequent series the letter B and the subsequent number.

In the fiscal year ended on December 31, 2023, options granted of Series B9 and B10 of the Equity Compensation Plan were in force.

The Company's employees and management members are eligible to take part in the Equity Compensation Plan, as well as the employees and management members of companies that are members of the GPA Group who are considered key executives ("Participant"), all of which being subject to the approval by the Board Directors or the Committee, as applicable.

Participation in the Equity Compensation Plan does not interfere with the income which the Participant is entitled to as an employee and/or management member of the Company, such as salary, management fees, *pro labore* fees, benefit, profit-sharing and/or any other benefit or compensation.

### **b. date of approval and body in charge**

The Compensation Plan was approved at an extraordinary general meeting held on May 9, 2014, and was amended at extraordinary general meetings held on April 24, 2015, April 24, 2019, and December 30, 2019.

**c. maximum number of shares covered**

Under the provisions of the Compensation Plan, the stock options granted under the Equity Compensation Plan may grant acquisition rights over a number of shares that do not exceed 2% (two percent) of the total number of common shares issued by the Company. The total number of shares issued or able to be issued under the terms of the Equity Compensation Plan is subject to adjustments due to splits, reverse split, and bonus.

**d. maximum number of options to be granted**

The Company's Board of Directors shall establish the total number of options to be granted through programs, observing, however, the maximum number of options to be granted provided for in item (c) above.

Each stock option will entitle the Participant the right to subscribe or acquire one (1) common share issued by the Company.

**e. conditions for the acquisition of shares**

The granting of stock options will be formalized by the signature between the Company and the Participant of the call option agreement, which shall set forth in detail the total number of shares subject to the corresponding stock option, the term and conditions for the due acquisition of the right to exercise the stock option, the conditions for such exercise, the acquisition price, and the conditions for its payment, subject to the provisions of the Equity Compensation Plan (the "Call Option Agreement").

For the purposes of such Equity Compensation Plan, the date of the deliberation made by the Committee of the series of options granted shall be the date on which such options shall be deemed to have been granted to the corresponding Participants, provided that every Participant, even if on a date subsequent to the date of deliberation by the Committee, have agreed to make part of the Equity Compensation Plan by formalizing the Call Option Agreement (the "Date of Granting").

The Participant who wishes to exercise its call options must inform the Company in writing his/her intention to do so, specifying the number of options he/she wishes to exercise, and may only exercise it during the Exercise Period (as defined below). Such information to the Company shall follow the model of the option exercise agreement attached to the corresponding Call Option Agreement (the "Option Exercise Agreement").

The Participant may exercise its purchase options in whole or in part, on one or more occasions, provided that for each exercise the Participant must send the corresponding Option Exercise Agreement during the Exercise Period, observing the respective grace periods as detailed in item (g) below.

The Compensation Plan does not provide for other conditions to allow the exercise of the options granted and the consequent acquisition of the shares.

**f. criteria to determine the acquisition or strike price**

The strike price of each stock option granted under the Equity Compensation Plan is BRL0.01 (one cent of Real) (the "Strike Price").

**g. criteria to determine the acquisition or exercise period**

Options granted to a Participant will not be able to be exercised for a period of 36 (thirty-six) months from the Date of Granting ("Grace Period"), and may only be exercised in the Exercise Period beginning on the first day of the 37th (thirty-seventh) month counted from the Date of Granting, and ends on the last day of the 42nd (forty-second) month from the Date of Granting (the "Exercise Period"), except for the cases of anticipation, according to section (n) and applicable subparagraphs below or as allowed by the Committee under the terms of the plan.

**h. form of settlement**

Until the 30th (thirtieth) day of the month in which it receives the Option Exercise Agreement, the Company must inform the corresponding Participant: (i) the total strike price to be paid, resulting from multiplying the Strike Price by the number of options informed by the Participant in the Option Exercise Agreement; (ii) the date of delivery to the Participant of the shares subject of the exercise of options, which must occur after approval of the capital stock increase resulting from the exercise of the corresponding options by the Board of Directors, within the limit of authorized capital, pursuant to the Company's Bylaws, upon receipt of the Option Exercise Agreement (the "Share Acquisition Date"); (iii) the number of shares to be delivered to the Participant; and (iv) the period in which the Participant must pay the total strike price, in local currency, through a discount on the Participant's payroll, observing that the deadline will always be the 10th (tenth) day before the Share Acquisition Date (the "Payment Date").

**i. restrictions on the transfer of shares**

The Equity Compensation Plan does not provide for restrictions on the transfer or circulation of the shares obtained with the exercise of the options, with the exception of the Board of Directors' competence to set forth such restrictions on the concession contracts as it may deem necessary.

**j. criteria and events that, in case of occurrence, will cause the suspension, change, or termination of the plan**

The options granted under the terms of the Equity Compensation Plan will be extinguished automatically, ceasing all their full effects, in the following cases: (i) upon their full exercise, as

established in section 6 of the Equity Compensation Plan; (ii) after the expiration of the call option effective term; (iii) upon termination by common agreement between the Company and the Participant, of the Call Option; (iv) if the Company is dissolved, liquidated or has its bankruptcy declared; or (v) in the cases provided for in section (k) below, subject to any specific conditions that the Committee may provide for certain Participants.

If the number, type and class of shares existing on the date of approval of the Equity Compensation Plan are eventually changed as a result of bonuses, splits, reverse splits, conversion of shares of one kind or class into another or conversion into shares of other securities issued by the Company, the Committee shall be responsible for performing the corresponding change in the number and class of shares subject to the options granted and on their corresponding strike price, in order to avoid distortions in the application of the Equity Compensation Plan.

**k. consequences in case the manager leaves the issuer's bodies, on his/her rights provided for in the share-based compensation plan**

In the event any Participant is severed whether by dismissal, for cause or not, resignation or removal from office, retirement, permanent disability or death, the rights entitled to such severed Participant under the Equity Compensation Plan may be extinguished or changed, subject to the following provisions:

If, at any time during the term of the Plan, the Participant:

(i) is involuntarily severed from the Company (or any company of GPA), as the case may be, by a dismissal without cause, or removal from office with no breach of duties and responsibilities of director or officer, the Participant may exercise, within 10 (ten) days from the date of termination, the number of options calculated *pro rata* as to the time as regards the Grace Period. In case the Participant does not exercise his/her right to such number of options within the aforementioned period, all options that have not been exercised will be automatically extinguished, pursuant to the law, regardless of prior notice or communication, and without the right to any indemnity or compensation;

(ii) is dismissed from the Company (or from any GPA company), as the case may be, involuntarily, through dismissal for cause or removal from his/her position for violating the duties and duties of director or officer, all call options already exercisable or not yet exercisable under the respective Call Option Agreement on the date of their termination will automatically be extinguished, in full right, regardless of any prior notice or notification and without the right to any indemnity or compensation;

(iii) leaves the Company (or any GPA company), as the case may be, on a voluntary basis, by resigning from his/her job or resigning from his/her position as director or officer, all call options already exercisable or not yet exercisable under the respective Call Option contract on the date of

his/her termination will automatically be extinguished, in full right, regardless of any prior notice or notification and without the right to any indemnity or compensation;

(iv) leaves the Company (or any GPA company) voluntarily, having retired in the course of the employment agreement, within 15 (fifteen) days from the date of job termination, the Participant may exercise all call options under the Call Option agreement, including the purchase options in the Grace Period, subject to the other provisions set forth in section 6 of the Equity Compensation Plan. In case the Participant does not exercise his/her right to such number of call options within the aforementioned period, all call options that have not been exercised will be automatically extinguished, in full right, regardless of any prior notice or communication and without the right to any indemnity or compensation; and

(v) leaves the Company (or any GPA company, as the case may be) due to death or permanent disability, within 30 (thirty) days from the date on which a court letters of administration or out-of-court letters of administration (issued by a notary public) or the competent court order that appoints the heirs and legal successors of the Participant in the event of death or declaration of permanent disability issued by the National Social Security Institute (INSS), the Participant's legal heirs and successors, as the case may be, may exercise all call options according to the Option Agreement, including the call options within Grace Period, subject the other provisions set forth in section 6 of the Compensation Plan. In case the Participant' heirs or legal successors do not exercise the call options within the aforementioned period, all call options that have not been exercised will be automatically extinguished, in full right, regardless of prior notice or communication, and without the right to any indemnity or compensation.

In the event that the Participant is transferred from the Company to another company of the Pão de Açúcar Group, the Participant may exercise, within 180 (one hundred and eighty) days from the date of such transfer, the number of call options calculated *pro rata* as to the time as regards the Grace Period. In case the Participant does not exercise his/her right to such number of options within the aforementioned period, all call options that have not been exercised will be automatically extinguished, pursuant to the law, regardless of prior notice or communication, and without the right to any indemnity or compensation.

## **CALL OPTION PLAN**

### **a. general terms and conditions**

The Call Option Plan will be managed by the Company's Board of Directors and the Committee (as detailed above).

The Committee members will meet to grant the options of the series of the Call Option Plan and, whenever required, to decide on the matters that may arise connected to the Call Option Plan.

Each series of stock option grants will receive the letter "C" followed by a number, and the first grant of stock options received the denomination "C1", while the subsequent series the letter C and the subsequent number. On the date of this Reference Form, there was no grant of options of series C of the Call Option Plan.

The Company's employees and managers are eligible to take part in the Call Option Plan, being certain that the employees and managers of companies that are members of GPA who are considered key executives ("Participant") may also participate, all of which being subject to the approval by the Board Directors or the Committee, as applicable.

The fact that the Participant takes part in the Call Option Plan does not interfere with the compensation which the Participant is entitled to as an employee and/or manager of the Company, such as salary, management fees, pro labore fees, benefit, profit sharing, and/or any other advantage or compensation.

**b. date of approval and body in charge**

The Compensation Plan was approved at an extraordinary general meeting held on May 9, 2014, and was amended at extraordinary general meetings held on April 24, 2015, April 24, 2019, and December 30, 2019.

**c. maximum number of shares covered**

The stock options granted under the Call Option Plan may grant acquisition rights over a number of shares that do not exceed 2% (two percent) of the total number of common shares issued by the Company. The total number of shares issued or able to be issued under the terms of the Call Option Plan is subject to changes due to splits, reverse split, and bonus.

**d. maximum number of options to be granted**

The Company's Board of Directors shall establish the total number of options to be granted through programs, observing, however, the maximum number of options to be granted provided for in item (c) above.

Each stock option will entitle the Participant the right to subscribe or acquire one (1) common share issued by the Company.

**e. conditions for the acquisition of shares**

The granting of stock options will be formalized by the signature between the Company and the Participant of the stock option agreement, which shall set forth in detail the total number of shares subject to the corresponding stock option, the term and conditions for the due acquisition of the right to exercise the stock option, the conditions for such exercise, the acquisition price, and the

conditions for its payment, subject to the provisions of the Call Option Plan (the "Call Option Agreement").

For the purposes of such Call Option Plan, the date of the deliberation made by the Committee of the series of options granted shall be the date on which such options shall be deemed to have been granted to the corresponding Participants, provided that every Participant, even if on a date subsequent to the date of deliberation by the Committee, have agreed to make part of the Call Option Plan by formalizing the Call Option Agreement (the "Date of Granting").

The Participant wishing to exercise its call options must inform the Company in writing during the Exercise Period [as defined in section (i) below] of its intention to do so, informing the number of options such Participant wishes to exercise. Such information to the Company shall follow the model of the option exercise agreement attached to the corresponding Call Option Agreement (the "Option Exercise Agreement").

The Participant may exercise its purchase options in whole or in part, on one or more occasions, provided that for each exercise the Participant must send the corresponding Option Exercise Agreement during the Exercise Period, observing the respective grace periods as detailed in item (g) below.

The Call Option Plan does not provide for other conditions to allow the exercise of the options granted and the consequent acquisition of the shares.

**f. criteria to determine the acquisition or strike price**

The strike price of the call option for each series granted under the Call Option Plan shall correspond to 80% (eighty percent) of the average closing price of the negotiations for the common shares issued by the Company carried out in the last 20 (twenty) trading sessions of B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - prior to the date of convening the meeting of the Committee that decides on the granting of the options of that series (the "Strike Price").

**g. criteria to determine the acquisition or exercise period**

Options granted to a Participant will not be able to be exercised for a period of 36 (thirty-six) months from the Date of Granting ("Grace Period"), and may only be exercised in the period beginning on the first day of the 37th (thirty-seventh) month counted from the Date of Granting, and ends on the last day of the 42nd (forty-second) month from the Date of Granting (the "Exercise Period"), except for the cases of anticipation, according to section (n) and applicable subparagraphs below or as allowed by the Committee under the terms of the plan.

#### **h. form of settlement**

Until the 30th (thirtieth) day of the month in which it receives the Option Exercise Agreement, the Company must inform the corresponding Participant: (i) the total strike price to be paid, resulting from multiplying the Strike Price by the number of options informed by the Participant in the Option Exercise Agreement; (ii) the date of delivery to the Participant of the shares subject of the exercise of options, which must occur after approval of the capital stock increase resulting from the exercise of the corresponding options by the Board of Directors, within the limit of authorized capital, pursuant to the Company's Bylaws, upon receipt of the Option Exercise Agreement (the "Share Acquisition Date"); (iii) the number of shares to be delivered to the Participant; and (iv) the period in which the Participant must pay the total strike price, in local currency, through an electronic transfer of immediately available funds directly to the Company's bank deposit account, observing that the deadline for this payment will always be the 10th (tenth) day before the Share Acquisition Date (the "Payment Date").

#### **i. restrictions on the transfer of shares**

Under the provisions of section 6.5 of the Call Option Plan, for the period of 180 (one hundred and eighty) days from the Payment Date, the Participant shall be prohibited from directly or indirectly selling, assigning, exchanging, transferring, allotting to the capital of another company, granting an option, or even entering into any covenant or agreement that results or may result in the direct or indirect assignment, by any price or even free of charge, of all or any of the shares acquired by the exercise of the call option under the Call Option Plan.

#### **j. criteria and events that, in case of occurrence, will cause the suspension, change, or termination of the plan**

The options granted under the terms of the Call Option Plan will be extinguished automatically, ceasing all their full effects, in the following cases: (i) upon their full exercise, as established in section 6 of the Call Option Plan; (ii) after the expiration of the call option effective term; (iii) upon termination by common agreement between the Company and the Participant, of the Call Option; (iv) if the Company is dissolved, liquidated or has its bankruptcy declared; or (v) in the cases provided for in section (k) below, subject to any specific conditions that the Committee may provide for certain Participants.

If the number, type, and class of shares existing on the date of approval of the Call Option Plan are eventually changed because of bonuses, splits, reverse splits, conversion of shares of one kind or class into another or conversion into shares of other securities issued by the Company, the Committee shall be responsible for performing the corresponding changes in the number and class of shares subject to the options granted and on their corresponding strike price, in order to avoid distortions in the application of the Call Option Plan.

**k. consequences in case the manager leaves the issuer's bodies, on his/her rights provided for in the share-based compensation plan**

In the event any Participant is severed whether by dismissal, for cause or not, resignation or removal from office, retirement, permanent disability or death, the rights entitled to such severed Participant under the Call Option Plan may be extinguished or changed, subject to the following provisions:

If, at any time during the term of the Plan, the Participant:

(i) is involuntarily severed from the Company (or any company of GPA), as the case may be, by a dismissal without cause, or removal from office with no breach of duties and responsibilities of director or officer, the Participant may exercise, within 10 (ten) days from the date of termination, the number of options calculated *pro rata* as to the time as regards the Grace Period. In case the Participant does not exercise his/her right to such number of options within the aforementioned period, all options that have not been exercised will be automatically extinguished, pursuant to the law, regardless of prior notice or communication, and without the right to any indemnity or compensation;

(ii) is dismissed from the Company (or from any GPA company), as the case may be, involuntarily, through dismissal for cause or removal from his/her position for violating the duties and duties of director or officer, all call options already exercisable or not yet exercisable under the respective Call Option Agreement on the date of their termination will automatically be extinguished, in full right, regardless of any prior notice or notification and without the right to any indemnity or compensation;

(iii) leaves the Company (or any GPA company), as the case may be, on a voluntary basis, by resigning from his/her job or resigning from his/her position as director or officer, all call options already exercisable or not yet exercisable under the respective Call Option contract on the date of his/her termination will automatically be extinguished, in full right, regardless of any prior notice or notification and without the right to any indemnity or compensation;

(iv) leaves the Company (or any GPA company) voluntarily, having retired in the course of the employment agreement, within 15 (fifteen) days from the date of job termination, the Participant may exercise all call options under the Call Option agreement, including the purchase options in the Grace Period, subject to the other provisions set forth in section 6 of the Call Option Plan. In case the Participant does not exercise his/her right to such number of call options within the aforementioned period, all call options that have not been exercised will be automatically extinguished, in full right, regardless of any prior notice or communication and without the right to any indemnity or compensation; and

(v) leaves the Company (or any GPA company, as the case may be) due to death or permanent disability, within 30 (thirty) days from the date on which a court letters of administration or out-

of-court letters of administration (issued by a notary public) or the competent court order that appoints the heirs and legal successors of the Participant in the event of death or declaration of permanent disability issued by the National Social Security Institute (INSS), the Participant's legal heirs and successors, as the case may be, may exercise all call options according to the Option Agreement, including the call options within Grace Period, subject the other provisions set forth in section 6 of the Call Option Plan. In case the Participant' heirs or legal successors do not exercise the call options within the aforementioned period, all call options that have not been exercised will be automatically extinguished, in full right, regardless of prior notice or communication, and without the right to any indemnity or compensation.

In the event that the Participant is transferred from the Company to another company of the Pão de Açúcar Group, the Participant may exercise, within 180 (one hundred and eighty) days from the date of such transfer, the number of call options calculated *pro rata* as to the time as regards the Grace Period. In case the Participant does not exercise his/her right to such number of options within the aforementioned period, all call options that have not been exercised will be automatically extinguished, pursuant to the law, regardless of prior notice or communication, and without the right to any indemnity or compensation.

**8.5. As regards the share-based compensation in the form of stock options recognized in the result of the past 3 fiscal years and that foreseen for the current fiscal year of the board of directors and the statutory board of executive officers, a table should be provided specifying the following information:**

**Share-based compensation in the form of stock options expected for the current fiscal year (2024)**

	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	8.75	4
<b>Number of paid members</b>	0	4
Weighted average strike price:	-	-
Potential dilution in case of exercise of all outstanding options	0%	0.46%
Outstanding at the beginning of the fiscal year	0	2.23
Lost and expired during the fiscal year	0	0
Exercised during the fiscal year	0	0

**Share-based compensation in the form of stock options; fiscal year ended on (2023)**

	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12	4
<b>Number of paid members</b>	1	4
Weighted average strike price:	-	-
<b>Potential dilution in case of exercise of all outstanding options</b>	0%	0.83%
Outstanding at the beginning of the fiscal year	0	2.23
Lost and expired during the fiscal year	0	0
Exercised during the fiscal year	0	0

**Share-based compensation in the form of stock options; fiscal year ended on (2022)**

	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12	4
<b>Number of paid members</b>	2	3
<b>Potential dilution in case of exercise of all outstanding options</b>	0.12%	0.17%
Outstanding at the beginning of the fiscal year	2.87	32.84
Lost and expired during the fiscal year	0	0
Exercised during the fiscal year	0	35.32

**Share-based compensation in the form of stock options; fiscal year ended on (2021)**

	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	9.67	2.83
<b>Number of paid members</b>	1.00	2.83
<b>Potential dilution in case of exercise of all outstanding options</b>	0.12%	0.23%
Outstanding at the beginning of the fiscal year	2.87	35.05
Lost and expired during the fiscal year	0	0
Exercised during the fiscal year	0	31.31

**8.6. As regards each grant of stock options made in the past 3 fiscal years and scheduled for the current fiscal year, of the board of directors and the statutory board of executive officers, a table should be provided specifying the following information:**

- a. body**
- b. total number of members**
- c. number of paid members**
- d. grant date**
- e. number of options granted**
- f. deadline for options to become exercisable**
- g. maximum term for the options to be exercised**
- h. period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options**
- i. fair value of options on the grant date**
- j. multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting**

There is no provision for granting stock options for the current fiscal year (2024).

**Granting of stock options: fiscal year ended in 2023**

<b>B10 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12	4
<b>Total number of paid members</b>	-	4
<b>Date of grant</b>	-	May 31, 2023
<b>Number of options granted</b>	-	582,031
<b>Deadline for options to become exercisable</b>	-	May 31, 2026
<b>Maximum term for the options to be exercised</b>	-	Nov. 31, 2026
<b>Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options</b>	-	N/A
<b>Fair value of options on the date of grant</b>	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to accurately determine the fair value of the shares on the grant date.
<b>Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting</b>	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to accurately determine the fair value of the shares on the grant date.

<b>B9 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12-	4
<b>Total number of paid members</b>	-	1
<b>Date of grant</b>	-	May 31, 2023
<b>Number of options granted</b>	-	487,013
<b>Deadline for options to become exercisable</b>	-	May 31, 2026
<b>Maximum term for the options to be exercised</b>	-	Nov. 31, 2026
<b>Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options</b>	-	N/A
<b>Fair value of options on the date of grant</b>	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to accurately determine the fair value of the shares on the grant date.
<b>Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting</b>	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to

		accurately determine the fair value of the shares on the grant date.
--	--	--

### Granting of stock options: fiscal year ended in 2022

B8 Series		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	12	4
Total number of paid members	2	4
Date of grant	May 31, 2022	May 31, 2022
Number of options granted	250,888	177,803
Deadline for options to become exercisable	Jun. 1, 2025	Jun. 1, 2025
Maximum term for the options to be exercised	Nov. 30, 2025	Nov. 30, 2025
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	N/A	N/A
Fair value of options on the date of grant	17.67	17.67
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	R\$4,433,191.96	R\$3,141,779.01

C8 Series		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	12	4
Total number of paid members	1	4
Date of grant	May 31, 2022	May 31, 2022
Number of options granted	77,196	177,803
Deadline for options to become exercisable	Jun. 1, 2025	Jun. 1, 2025
Maximum term for the options to be exercised	Nov. 30, 2025	Nov. 30, 2025
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	180 days	180 days
Fair value of options on the date of grant	7.68	7.68
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	R\$592,865.28	R\$1,365,527.04

### Granting of stock options: fiscal year ended in 2021

B7 Series		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	9.67	2.83
Total number of paid members	2.00	2.83
Date of grant	Jan. 1, 2021	Jan. 31, 2021
Number of options granted	193,466	29,552
Deadline for options to become exercisable	June 1st, 2023	June 1st, 2023
Maximum term for the options to be exercised	Nov. 30, 2023	Nov. 30, 2023
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	N/A	N/A
Fair value of options on the date of grant	R\$72.68	R\$72.68
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	R\$14,061,108.88	R\$2,147,839.36
C7 Series		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	9.67	2.83
Total number of paid members	0.00	2.83
Date of grant	N/A	Jan. 31, 2021
Number of options granted	N/A	29,552
Deadline for options to become exercisable	N/A	June 1st, 2023
Maximum term for the options to be exercised	N/A	Nov. 30, 2023
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	N/A	180 days
Fair value of options on the date of grant	N/A	R\$31.15
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	N/A	R\$920,544.80

**8.7. Regarding the outstanding options of the board of directors and the statutory board of executive officers at the end of the last fiscal year, a table must be prepared providing the following information:**

- a. body**
- b. total number of members**
- c. number of paid members**
- d. regarding options still not exercisable**
  - i. quantity**
  - ii. date on which they will become exercisable**
  - iii. maximum term for the options to be exercised**
  - iv. restricted period to transfer shares**
  - v. weighted average strike price**
  - vi. fair value of the options on the last day of the fiscal year**
- e. as regards exercisable options**
  - i. quantity**
  - ii. maximum term for the options to be exercised**
  - iii. restricted period to transfer shares**
  - iv. weighted average strike price**
  - v. fair value of the options on the last day of the fiscal year**
- f. fair value of the total options on the last day of the fiscal year**

**Outstanding options at the end of the fiscal year ended on December 31, 2023**

<b>B10 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12	4
<b>Total number of paid members</b>	0	4
Date of grant	-	May 31, 2023
Number of options granted	-	582,031
Deadline for options to become exercisable	-	May 31, 2026
Maximum term for the options to be exercised	-	Nov. 31, 2026
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	-	N/A
Fair value of options on the date of grant	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to accurately determine the fair value of the shares on the grant date.

Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to accurately determine the fair value of the shares on the grant date.
--	---	--

<b>B9 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12	4
<b>Total number of paid members</b>	0	4
Date of grant	-	May 31, 2023
Number of options granted	-	487,013
Deadline for options to become exercisable	-	May 31, 2026
Maximum term for the options to be exercised	-	Nov. 31, 2026
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	-	N/A
Fair value of options on the date of grant	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to accurately determine the fair value of the shares on the grant date.
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	-	The market value of GPA's shares was impacted by the separation of the Éxito and GPA businesses, making it difficult to accurately determine the fair value of the shares on the grant date.

### **Outstanding options at the end of the fiscal year ended on December 31, 2022**

<b>B8 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12	4
<b>Total number of paid members</b>	2	4
Date of grant	May 31, 2022	May 31, 2022
Number of options granted	250,888	177,803
Deadline for options to become exercisable	Jun. 1, 2025	Jun. 1, 2025
Maximum term for the options to be exercised	Nov. 30, 2025	Nov. 30, 2025
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	N/A	N/A
Fair value of options on the date of grant	17.67	17.67

Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	R\$4,433,191.96	R\$3,141,779.01
--	-----------------	-----------------

<b>C8 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	12	4
<b>Total number of paid members</b>	1	4
Date of grant	May 31, 2022	May 31, 2022
Number of options granted	77,196	177,803
Deadline for options to become exercisable	Jun. 1, 2025	Jun. 1, 2025
Maximum term for the options to be exercised	Nov. 30, 2025	Nov. 30, 2025
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	180 days	180 days
Fair value of options on the date of grant	7.68	7.68
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	R\$592,865.28	R\$1,365,527.04

### Granting of stock options: fiscal year ended in 2021

<b>B7 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	9.67	2.83
<b>Total number of paid members</b>	2.00	2.83
Date of grant	Jan. 1, 2021	Jan. 31, 2021
Number of options granted	193,466	29,552
Deadline for options to become exercisable	June 1st, 2023	June 1st, 2023
Maximum term for the options to be exercised	Nov. 30, 2023	Nov. 30, 2023
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	N/A	N/A
Fair value of options on the date of grant	R\$72.68	R\$72.68
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	R\$14,061,108.88	R\$2,147,839.36
<b>C7 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	9.67	2.83
<b>Total number of paid members</b>	0.00	2.83
Date of grant	N/A	Jan. 31, 2021

Number of options granted	N/A	29,552
Deadline for options to become exercisable	N/A	June 1st, 2023
Maximum term for the options to be exercised	N/A	Nov. 30, 2023
Period of restriction to transfer shares received as a result of the exercise of options	N/A	180 days
Fair value of options on the date of grant	N/A	R\$31.15
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	N/A	R\$920,544.80

**8.8. In relation to the options exercised related to the share-based compensation of the board of directors and statutory board of executive officers in the past three fiscal years, prepare a table providing the following information:**

- a. body
- b. total number of members
- c. number of paid members
- d. number of shares
- e. weighted average strike price
- f. weighted average market price of shares related to exercised options
- g. multiplication of the total exercised options by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options

No options related to share-based compensation were exercised in the fiscal year ended on December 31, 2023. Moreover, the options exercised and the shares delivered due to the exercise to the members of the Company's Board of Directors and Board of Executive Officers in the fiscal years 2022 and 2021 are shown below.

**Options exercised related to share-based compensation; fiscal year ended on December 31, 2022**

B6 Series		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	12	4
Number of paid members	2	3
No. of Shares	83,431	16,475
Weighted average strike price	R\$ 0.01	R\$ 0.01
Weighted average market price of shares related to exercised options	R\$88.26	R\$88.26
Multiplication of the total exercised options by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options	R\$7,363,620.06	R\$1,454,083.50

C6 Series		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	12	4
Number of paid members	1	2
No. of Shares	11,974	17,704
Weighted average strike price	R\$17.39	R\$17.39
Weighted average market price of shares related to exercised options	R\$70.88	R\$70.88
Multiplication of the total exercised options by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options	R\$848,717.12	R\$1,254,859.52

**Options exercised related to share-based compensation; fiscal year ended on December 31, 2021**

B5 Series		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	9.67	2.83
Number of paid members	0.00	2.83
No. of Shares	0	68,602
Weighted average strike price	-	R\$ 0.01
Weighted average market price of shares related to exercised options	-	R\$84.24

Multiplication of the total exercised options by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options	-	R\$5,778,346.46
--	---	-----------------

<b>C5 Series</b>		
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	9.67	2.83
<b>Number of paid members</b>	0.00	2.83
No. of Shares	0	68,602
Weighted average strike price	-	R\$62.61
Weighted average market price of shares related to exercised options	-	R\$84.24
Multiplication of the total exercised options by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options	-	R\$1,456,420.46

**8.9. As regards the share-based compensation in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries, recognized in the result of the past 3 fiscal years and that foreseen for the current fiscal year of the board of directors and the statutory board of executive officers, a table should be provided specifying the following information:**

- a. body**
- b. total number of members**
- c. number of paid members**
- d. potential dilution in case of granting of all shares to beneficiaries**

The Company is submitting to the approval of the shareholders, at the Extraordinary General Meeting to be held on April 29, 2024, a new share-based compensation plan that will replace the plans currently in force, which terms and conditions are attached herein as **Annexes III and IV**. It will be up to the Board of Directors to approve the programs based on the plan approved at the meeting (with the first share-based remuneration program – performance shares, being approved by the Board of Directors on March 29, 2023, subject to approval of the new plan by the General Meeting.

	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
<b>Total number of members</b>	8.75	4
<b>Total number of paid members</b>	-	4
Potential dilution in case of granting of all shares to beneficiaries	N/A	N/A

In relation to the past three (3) fiscal years, the Company did not have a share-based compensation plan, in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries.

**8.10. As regards each grant of shares made in the past 3 fiscal years and scheduled for the current fiscal year, of the board of directors and the statutory board of executive officers, a table should be provided specifying the following information:**

- a. body**
- b. total number of members**
- c. number of paid members**
- d. grant date**
- e. number of shares granted**
- f. maximum deadline to deliver the shares**
- g. restricted period to transfer shares**
- h. fair value of shares on the grant date**
- i. multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting**

The Company is submitting to the approval of the shareholders, at the Extraordinary General Meeting to be held on April 29, 2024, a new share-based compensation plan that will replace the plans currently in force, which terms and conditions are attached herein as **Annexes III and IV**. It will be up to the Board of Directors to approve the programs based on the plan approved at the meeting (with the first share-based remuneration program – performance shares, being approved by the Board of Directors on March 29, 2023, subject to approval of the new plan by the General Meeting.

Expected for the fiscal year to end on Dec. 31, 2024		
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers
Total number of members	8.75	4
Number of paid members	0	4
Date of grant	0	05/31/2024
Number of shares granted	0	4,249,338
Maximum deadline to deliver the shares	0	06/01/2024
Restricted period to transfer shares	0	n/a
Fair value of shares on the grant date	0	n/a
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the date of granting	0	n/a

Regarding the past three (3) fiscal years, the Company did not have a share-based compensation plan in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries.

### **8.11. Shares delivered**

Item not applicable, considering that the Company did not have a share-based compensation plan in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries, in the past 3 fiscal years.

**8.12. Summarized description of the information required to understand the data disclosed in sections 8.5 to 8.11, as well as the explanation of the method of pricing the shares and options, pointing out, at least:**

The Company is submitting to the approval of the shareholders, at the Extraordinary General Meeting to be held on April 29, 2024, a new share-based compensation plan that will replace the plans currently in force, which terms and conditions are attached herein as **Annexes III and IV**. It will be up to the Board of Directors to approve the programs based on the plan approved at the meeting (with the first share-based remuneration program – performance shares, being approved by the Board of Directors on March 29, 2023, subject to approval of the new plan by the General Meeting.

The information below refers to the Call Option Plan and Compensation Plan currently in force.

**a. pricing model**

The fair value of each option granted is estimated on the grant date using the Black-Scholes-Merton option pricing model, as detailed in item "b" below.

**b. data and assumptions used in the pricing model, including the weighted average price of shares, strike price, expected volatility, option life term, expected dividends and the risk-free interest rate**

The fair value of each option granted is estimated on the grant date using the Black-Scholes-Merton pricing model for call options. Please see below are the amounts of the options granted in the fiscal year ended on December 31, 2023:

	<b>On the grant date</b>
Weighted average price of shares (per share), according to the average amount of the last 20 trading sessions as regards the grant date	B3 Series: BRL46.51 C3 Series: BRL46.51 B4 Series: BRL70.98 C4 Series: BRL70.98 B5 Series: BRL78.26 C5 Series: BRL78.26 B6 Series: BRL88.27 C6 Series: BRL88.27 B7 Series: BRL63.97 Series C7: BRL63.97 B9 Series: R\$12.32 B10 Series: R\$3.47
Strike price	B3 Series: BRL0.01 C3 Series: BRL37.21 B4 Series: BRL0.01 C4 Series: BRL56.78* B5 Series: BRL0.01 C5 Series: BRL62.61* B6 Series: BRL0.01 C6 Series: BRL70.62* B7 Series: BRL0.01 C7 Series: BRL51.18* B8 Series: R\$0.01 C8 Series: R\$17.28* B9 Series: R\$0.01 B10 Series: R\$0.01
Expected volatility, updated	78.97%
Call option's life	<b>3 years</b>
Expected dividends	2.59%

Risk-free interest rate

10.58%

Fair value of the option on the grant date (per option)

Please see section 8.7 above

*\*Considering that on December 31, 2020 the spin-off of Sendas Distribuidora S.A. was approved and that such transaction caused the proportional reduction in the market value of the Company's shares, at a meeting of the Company's Board of Directors held on June 1st, 2021, the definition of the closing price of the trading session of March 1, 2021 of the Company's shares was rectified to reduce, pro rata, the strike price of the options granted under the Company's Stock Option Plan of the options outstanding on that date, in relation to series C4, C5, C6, and C7, as follows:*

*C4 Series --- R\$13.98*

*C5 Series --- R\$15.42*

*C6 Series --- R\$17.39*

*C7 Series --- R\$12.56*

The fair value of each option granted is estimated on the grant date using the Black & Scholes option pricing model, considering the following assumptions for the B8 and C8 series: (a) dividend expectation of 4.50%, (b) volatility expectation of approximately 43.48%, and (c) risk-free weighted average interest rate of 11.96%.

The fair value of each option granted is estimated on the grant date using the Black & Scholes option pricing model, considering the following assumptions for the B9 series: (a) dividend expectation of 2.59%, (b) volatility expectation of approximately 45.86%, and (c) risk-free weighted average interest rate of 10.58%.

The fair value of each option granted is estimated on the grant date using the Black & Scholes option pricing model, considering the following assumptions for the B10 series: (a) dividend expectation of 2.59%, (b) volatility expectation of approximately 78.97%, and (c) risk-free weighted average interest rate of 10.58%.

The remaining average life expectancy of the outstanding series as of December 31, 2023 is 2.43 years. The weighted average fair value of the options granted on December 31, 2023 was R\$3.49.

#### **c. method used and assumptions made to incorporate the expected effects of early exercise**

Early exercise resulting from involuntary termination, death, or disability of the beneficiary, as well as due to corporate events, is not considered for the pricing of options.

The Company adopts the premise that the options will be exercised from the moment they become exercisable. Therefore, the life of the options adopted on calculations is 3 years, according to the series of grant and corresponding grace periods.

#### **d. form of determination of the expected volatility**

To calculate the expected volatility, the Company adopts the standard deviation of the natural logarithms of the historical daily variations in the price of the shares issued by the Company, according to the effective term of such options.

**e. if any other characteristic of the option was incorporated into the measurement of its fair value**

The Company understands that there are no other additional characteristics to be reported in this section. All relevant characteristics related to the Call Option Plan and the Compensation Plan are described and considered in this section, as well as in the previous items.

**8.13. Please provide the number of shares, membership interest or quotas, and other securities convertible into shares or quotas, issued whether in Brazil or abroad, by the issuer, its direct or indirect controllers, controlled companies or under common control, which are held by members of the board of directors, the statutory board of executive officers or the fiscal council, grouped by body.**

**a. Shares or other membership interests directly or indirectly held, in Brazil or abroad, issued by the issuer, its direct or indirect controlling companies, companies controlled or under common control:**

<b>Board of Directors</b>	92,109 common shares
<b>Board of Executive Officers</b>	9,871 common shares
<b>Fiscal Council</b>	Not applicable

**8.14 Regarding the retirement plans in effect for members of the Board of Directors and Statutory Officers, please provide the following information in a tabular format:**

- a. body**
- b. total number of members**
- c. number of paid members**
- d. plan name**
- e. number of Management members eligible to retire**
- f. requirements for early retirement**
- g. updated amount of accrued contributions in the pension plan up to the end of the previous fiscal year, deducting the portion related to contributions made directly by the management members**
- h. total accrued amount of contributions made during the previous fiscal year, deducting the portion relating to contributions made directly by the management members**
- i. whether there is the possibility of early redemption and what are the requirements for that**

	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>
Total number of members	12	4
Number of paid members	1	3
Plan name	Private Pension Plan of Grupo Pão de Açúcar, with Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Private Pension Plan of Grupo Pão de Açúcar, with Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
Number of management members who are eligible to retire	0.00	0.00
Requirements for early retirement	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Being at least 60 years old;</li> <li>- Having at least 10 years of employment relationship with the Pão de Açúcar Group;</li> <li>- Having at least 5 years of contribution to the Pension Plan; and</li> <li>- Having terminated the job relationship with the Pão de Açúcar Group.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Being at least 60 years old;</li> <li>- Having at least 10 years of employment relationship with the Pão de Açúcar Group;</li> <li>- Having at least 5 years of contribution to the Pension Plan; and</li> <li>- Having terminated the job relationship with the Pão de Açúcar Group.</li> </ul>
Updated amount of accrued contributions up to the end of the previous fiscal year, deducting the portion related to contributions made directly by the management members	R\$5,624,128.13	
Total accrued amount of contributions made during the previous fiscal year, deducting the portion relating to contributions made directly by the management members	R\$225,661.10	
Possibility of early redemption and requirements for that	<p>Early redemption is possible in case the beneficiary leaves the Company. As regards the redemption of contributions made by the Company, the reserve balance will be released according to the following proportion:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No redemption, if the beneficiary has contributed for less than 4 years;</li> <li>- Redemption of 50% of the balance, if the beneficiary has contributed for 4 to 5 years; and</li> <li>- Redemption of 100% of the balance if the beneficiary has contributed for more than 5 years</li> </ul>	<p>Early redemption is possible in case the beneficiary leaves the Company. As regards the redemption of contributions made by the Company, the reserve balance will be released according to the following proportion:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No redemption, if the beneficiary has contributed for less than 4 years;</li> <li>- Redemption of 50% of the balance, if the beneficiary has contributed for 4 to 5 years; and</li> <li>- Redemption of 100% of the balance if the beneficiary has contributed for more than 5 years.</li> </ul> <p>Exclusively for Statutory Executive Officers, 100% of the reserve will be released at the end of their corresponding term of office.</p>

**8.15. In a table, specify, for the past 3 fiscal years, in relation to the Board of Directors, Statutory Board of Officers and the Fiscal Council:**

- a. body
- b. total number of members
- c. number of paid members
- d. amount of the highest individual compensation
- e. amount of the lowest individual compensation
- f. average individual compensation amount (overall compensation divided by the number of paid members)

	Statutory Board of Executive Officers			Board of Directors			Fiscal Council		
	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2021	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2021	Dec. 31, 2023	Dec. 31, 2022	Dec. 31, 2021
Number of members	4	4	2.83	12	12	9.67	3	3	2.58
Number of paid members	4	4	2.83	11	11	8.67	3	3	2.58
Amount of the highest compensation (Real)	13,336,087.42	15,775,839.84	9,329,083.17	16,779,265.97	43,161,131.79	25,722,978.79	67,166.86	156,000.00	156,000.00
Amount of the lowest compensation (Real)	2,728,270.19	4,989,079.98	911,422.79	187,200.00	224,640.00	53,005.79	59,416.84	138,000.00	46,000.00
Average compensation amount (Real)	7,114,528.69	7,937,747.15	9,968,921.76	2,139,883.50	5,633,579.14	3,897,515.80	62,000.18	144,000.00	167,441.86

**Remarks**

Statutory Board of Executive Officers	
Dec. 31, 2023	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for a period of less than 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded
Dec. 31, 2022	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for a period of less than 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded
Dec. 31, 2021	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded.

Board of Directors	
Dec. 31, 2023	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for a period of less than 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded.
Dec. 31, 2022	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for a period of less than 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded.
Dec. 31, 2021	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for 12 months.

	** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded.
--	---

<b>Fiscal Council</b>	
<b>Dec. 31, 2023</b>	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded.
<b>Dec. 31, 2022</b>	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded.
<b>Dec. 31, 2021</b>	* The amount of the highest individual annual compensation for each body of the Company was received by members who performed their functions in the Company for 12 months. ** To ascertain the amount of the lowest individual annual compensation for each body of the Company, members who have held their offices for less than 12 months were disregarded.

**8.16. Please describe contractual arrangements, insurance policies or other instruments that structure mechanisms for compensation or indemnity for Management members in the event of dismissal or retirement, specifying the financial consequences to the issuer**

Indemnity

At the Company's Annual and Extraordinary Shareholders' Meeting held on April 28, 2021, the amendment to the Company's bylaws was approved to add an article expressly providing for the possibility of the Company entering into indemnity agreements with its management members, with the prior approval of the Board of Directors and provided that the minimum parameters established in the Bylaws are complied with.

On May 31, 2022, at a meeting of the Company's Board of Directors, an indemnity policy was approved providing for the general conditions of the indemnity commitments that may be entered into between the Company and its management members, which has as an exhibit providing the standard draft of the indemnity agreement itself.

The purpose of the indemnity agreement is to indemnify and hold harmless the management members, members of statutory committees, fiscal council members and other employees who hold a management position or function of the Company or its subsidiaries ("Beneficiaries"), in the event of any damage or loss actually suffered by such persons by virtue of the regular exercise of their functions. Such indemnity is supplementary, being due only after the use of any D&O insurance coverage.

Each Beneficiary must enter into their respective indemnity agreement with the Company, and the indemnity commitment will be subject to a maximum limit as provided for in each agreement. In addition, acts that have been practiced by any Beneficiary in violation of the applicable legislation, the bylaws and the Company's policies and codes, as well as in breach and/or non-compliance with the duties of the managers, are not covered in the indemnification obligations.

The full indemnity policy, as well as the model indemnity agreement attached thereto, can be found on the CVM website and on the Company's IR website.

Termination of Office

The employment agreements of the Company's key executives who have strategic functions provide for the possibility of paying a remuneration because of the termination of the position, which is negotiated individually between the Company, through its human resources area, and each executive and take into account their time at home, salary, and benefits. Such remuneration may include payment of severance pay for recognition of time of service and dedication to the Company, and a non-competition agreement. Based on the applicable accounting rules, no allowances are necessary with respect to these amounts, since their payment depends on a future and uncertain event, which is the termination of the executive.

**8.17. In relation to the past 3 fiscal years and the projections for the current fiscal year, specify the percentage of the total compensation of each body recognized in the issuer's income regarding members of the board of directors, statutory board of executive officers, or fiscal council who are parties related to the controllers, direct or indirect, as defined by the accounting rules that deal with this matter**

Body	Current year (2024)	Year 2023	Year 2022	Year 2021
Statutory Board of Executive Officers	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Board of Directors	16.37%	8.85%	4.38%	7.06%
Fiscal Council	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

**8.18 As regards the past 3 fiscal years and the projections for the current fiscal year, please specify the amounts recognized in the issuer's financial result as compensation of members of the board of directors, statutory board of executive officers or fiscal council, grouped by corporate department, for any reason other than the position they hold, such as commissions and consulting or advisory services rendered**

In the past three fiscal years, there was no compensation of members of the board of directors, statutory board of executive officers or fiscal council for any reason other than the position they held in the Company's management bodies.

Likewise, for the current fiscal year, there is no provision that the Company's managers receive compensation for any reason other than the position they hold.

**8.19. Related to the past 3 fiscal years and regarding the projections for the current fiscal year, please specify the amounts recognized in the financial result of controllers, direct or indirect, of companies under common control and subsidiaries of the issuer as compensation to the members of the Board of Directors, the Executive Board of Executive Officers, or fiscal council of the issuer, grouped by corporate department, specifying why such amounts were allocated to such individuals**

In the fiscal years ended December 31, 2023 and 2022, there were no compensation amounts for members of the board of directors, statutory board of executive officers or fiscal council recognized in the income statement of direct or indirect controllers of companies under common control and subsidiaries of the Company.

Likewise, there is no provision, for the current fiscal year (2024), that amounts of compensation of members of the board of directors, statutory board of executive officers or fiscal council are recognized in the income of direct or indirect controllers of companies under common control and subsidiaries of the Company.

In relation to the fiscal year ended December 31, 2021, certain amounts of compensation attributed due to the position held (according to the tables below) were recognized in the result of Sendas Distribuidora S.A., at the time controlled by the Company, and also in the Company's result, by consolidation. Therefore, such amounts are reflected in the compensation informed in section 8.2 of this Reference Form.

<b>Fiscal year ended on Dec. 31, 2021: compensation received for positions held in the issuer</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board of Executive Officers</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>Direct and indirect controllers</b>	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Issuer's controlled companies</b>	0.00	8,047,481.32	0.00	8,047,481.32
<b>Companies under common control</b>	0.00	0.00	0.00	0.00

**8.20. Provide other information that the issuer deems relevant**

It should be noted that the compensation recorded due to the termination of the position in 2022, according to the information provided in section 8.2 of this Reference Form, occurred as a result of the departure of three key executives who worked at the Company for over 10 years, resulting, therefore, in a significant amount of severance payments and benefits.

## EXHIBIT III

### **Stock-Based Incentive and Stock Options Plan Exhibit B, CVM Resolution 81**

**1. Please provide a copy of the proposed plan**

A copy of the Stock-Based Incentive and Stock Options Plan is attached as Exhibit IV to this Proposal.

**2. Please Inform the major features of the proposed plan, detailing:**

**(a) potential beneficiaries**

The Incentive Plan will be applicable to the Statutory Officers, Executive Officers and/or employees of the Company or of companies under its control.

**(b) maximum number of options to be granted**

The options granted in the Incentive Plan, added to the shares granted in the incentive programs, which may be established within the scope of the Incentive Plan, may not exceed the maximum limit of 3.5% (three and a half percent) of the Company's subscribed and paid-in capital shares. This limit is additional and does not consider share purchase options already granted under the Company's current plans, which will be discontinued for new grants with the approval of the new Plan.

**(c) maximum number of shares covered by the plan**

The shares granted in the Incentive Plan, added to the shares granted in the incentive programs, which may be established within the scope of the Incentive Plan, may not exceed the maximum limit of 3.5% (three and a half percent) of the Company's subscribed and paid-in capital shares.

**(d) vesting conditions**

The participant will enter into an agreement with the Company that will set forth the specific terms and conditions of their participation in the Program.

**(e) detailed criteria for setting the strike price**

The strike price of the options will be determined by the Board of Directors, upon approval of the stock option programs under the Incentive Plan.

**(f) criteria to determine the exercise period**

The Board of Directors will determine the exercise price and exercise period of the option, as well as the shortage period and other conditions to receive the shares in the respective programs.

**(g) stock option settlement method**

The shares subject to the options will come from, as decided by the Company's Board of Directors: (i) the issuance of new common shares, which will grant participants the same rights as the shares currently issued by the Company, within the capital limit authorized by the Company; and/or (ii) shares held in treasury, if available. The shares will be delivered upon payment of the exercise price determined by the Board of Directors by the participants.

The shares subject to incentives granted through the incentive programs that may be established will come from shares held in treasury, in compliance with applicable regulations, or, alternatively, if there are no shares in treasury, through payment in cash under the terms defined by the Board of Directors in the respective programs. It will be up to the Board of Directors to determine the performance targets for receiving the shares, if applicable, and whether the grant will be free or onerous.

**(h) criteria and events that, when found, will cause the suspension, change, or termination of the plan**

The Incentive Plan will enter into force on the date of its approval by the Company's General Meeting and will remain effective for an indefinite term. The Incentive Plan may be terminated, suspended, or amended at any time, upon approval at the Company's General Meeting. Termination of the Incentive Plan will not affect the effectiveness of programs approved under the Incentive Plan.

**3. Justify the proposed plan, explaining:**

**(a) the main goals of the plan**

The Incentive Plan aims to: (i) encourage the feeling of "ownership" of the Company with the participants; (ii) increase the Company's ability to attract and retain talent; and (iii) strengthen the culture of sustainable performance and search for the development of skills of the participants, aligning their interests with those of the Company's shareholders.

**(b) the way how the plan contributes to such goals**

By enabling the selected beneficiaries to become shareholders of the Company, the Company hopes to encourage them to effectively commit to creating value for the Company, as well as to perform their functions also considering their interests as shareholders of the Company, thus integrating the corporate goals into the Company's growth plans and maximizing profits, establishing a long-term relationship between the Company and the beneficiaries.

**(c) how the plan fits into the company's compensation policy**

The Incentive Plan is part of the Company's Nomination and Compensation Policy to the extent that it seeks compensation equivalent to the beneficiary's performance, thus aligning their interests with those of the Company.

**(d) how the plan aligns the interests of both the beneficiaries and the Company in the short,**

**medium, and long term**

The Incentive Plan aligns the interests of both the beneficiaries and the Company in the short, medium and long term to the extent that it generates engagement and incentives for the beneficiaries to seek even better and sustainable results for the Company, as well as to create value for shareholders through strategies that have lasting effects on creating value for the Company itself.

**4. Please estimate the Company's expenses resulting from the plan, according to the accounting standards that govern this matter**

The Company estimates that, annually, the amount of R\$ 53,704,177.00 (fifty three million, seven hundred and four thousand, one hundred and seventy-seven reais), recognized throughout the year, will be granted in shares to Beneficiaries of the Incentive Plan. The number of shares actually granted may vary each year, subject to the limit mentioned in item 2 above, as well as the specific criteria for granting the programs.

**EXHIBIT IV**

**Share-based Incentive Plans and Stock Option Plan**

*[Remainder of the page intentionally left blank]*

*[The Exhibit can be seen on the next page]*

## **STOCK-BASED INCENTIVE AND STOCK OPTIONS PLAN**

### **COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO Publicly-Held Company with Authorized Capital CNPJ/MF No. 47.508.411/0001-56**

The Extraordinary General Meeting of Companhia Brasileira de Distribuição ("Company") approved the Stock-Based Incentive and Stock Options Plan ("Plan") on [date].

#### **SECTION I – GENERAL CONDITIONS**

The purpose of Section I of this Plan is to provide the general conditions for the grant: (i.) of common shares issued by the Company ("Shares") and/or (ii.) options for common shares issued by the Company ("Options") to the Statutory Officers, Executive Officers and/or companies under its control through Stock-Based Incentive Programs and/or Stock Options Programs (jointly referred to as "Programs"), both subject to approval from the Company's Board of Directors ("Board of Directors").

##### **CHAPTER I. LIMITS**

- 1.1. Shares granted and Options granted through the Programs, as the case may be, implemented within the scope of this Plan, shall not exceed the maximum limit of 3.5% of the Shares from the Company's subscribed and paid-in capital stock. The limit set may only be changed upon resolution from the General Meeting. It is an additional limit that does not encompass options and/or shares previously granted/assigned within the scope of Previous Stock Options Grants Plans, as defined by Section 14.1 below.

##### **CHAPTER II. MANAGEMENT OF PLAN AND PROGRAMS**

- 2.1. The Programs to be implemented by the Board of Directors and within the scope of this Plan shall be managed by the Environmental Sustainability, Social and Corporate Governance (ESG) Committee or any other committee succeeding it in matters of human resources and compensation ("Committee") and which shall be in charge of all decisions and approvals regarding the Plan and the Programs.
- 2.2. The Committee's resolutions shall bind the Participants (as defined by Section 3.2 below), without any possibility of appeal, unless contrary to the terms and general conditions provided by this Plan, the Company's By-Laws or the applicable legislation.
- 2.3. The Board of Directors and the Committee shall be subject to the limits and general conditions provided by this Plan, the Company's By-Laws and the applicable legislation and shall comply with guidelines set by the Company's General Meeting.
- 2.4. Pursuant to the provisions of item 2.3, the Board of Directors shall have full autonomy to manage and structure the terms and conditions of the Programs, and be granted with, among other things, the powers necessary to:
  - (a) approve the Programs to be implemented within the scope of this Plan as well as the agreements and potential amendments thereto;
  - (b) change the conditions of the agreements related to the Programs, including amendments required reflecting the changes from the applicable legislation;
  - (c) determine the total number of Shares and/or Options, as applicable, to be granted within the scope of each Program, respecting the maximum limit

provided by Section 1.1 above;

- (d) at its own discretion, elect the Participants entitled to the Shares and Options granted within the scope of the implemented Programs;
  - (e) take all measures required to manage the Plan and the Programs, including matters of interpretation and application of the conditions thereof;
  - (f) concerning the Stock-Based Incentive Programs and provided that always according to the terms of this Plan, decide on (i) the dates of granting the Stocks; (ii) the rights of the Participants in each Stock-Based Incentive Program; (iii) the grace period and/or specific conditions to grant the Stocks; (iv) the restrictive rules to the sale of Shares; (v) the Participants who shall be granted with the Stocks; and (vi) any other terms and conditions related to the granting of Shares;
  - (g) concerning the Stock Options Programs and provided that always according to the terms of this Plan, decide on (i) the dates of granting the Options; (ii) the volume of Options to be granted; (iii) the Options' Exercise Price; (iv) the grace period and/or specific conditions to exercise the Options; (v) the deadlines for the exercise of Options; (vi) the rules on transfer of Options in the event of succession; (vii) (sic) the restrictive rules to the sales of Shares acquired upon exercise of Options; (viii) (sic) the Participants who shall be granted with the Options; and (ix) any other terms and conditions related to the granting of Options;
  - (h) resolve on the Company's new shares to be issued within the limit of its authorized capital as well as on the disposal of shares held in treasury, acquisition of shares on the market and/or other inventories owed to Participants to comply with the provisions of this Plan and the Programs, as applicable;
  - (i) change or extinguish Programs;
  - (j) review exceptional cases related to this Plan and the Programs, including the possibility of specific changes to individual agreements of the Participants; and
  - (k) resolve on any other terms and conditions provided that according to the terms and general conditions of this Plan.
- 2.5. At its sole discretion, the Board of Directors may assign any of its duties and responsibilities provided by Section 2.4 above to the Committee, except for any duty or responsibility that shall not be assigned as provided by the terms of the applicable legislation or the Company's By-Laws.

### **CHAPTER III. PARTICIPANTS OF THE PROGRAMS**

- 3.1. Any Statutory Officers, Executive Officers and/or employees from the Company or companies under its control shall be eligible for the granting of Shares and/or Options within the scope of this Plan ("Eligible Persons").
- 3.2. At its own discretion, the Committee shall select the Participants, out of the Eligible Persons from each Program, entitled to the granting of Shares and/or Options from each Program, as the case may be ("Participants").
- 3.3. The incentive shall be granted to each Participant upon execution of an agreement

between the Company and the said Participant. The signing of an agreement related to each Program implies that the Participant has accepted all conditions of this Plan and the respective Program.

- 3.4. As the case may be, the Board of Directors and/or the Committee shall not grant the Participant with rights: (i) ensuring reelection or reappointment in the management of Company or company under its control until the end of their term of office; (ii) preventing dismissal at any time by the Company or company under its control; (iii) ensuring the maintenance of employment relationship with the Company or company under its control; or (iv) preventing termination of employment relationship with the Company or company under its control at any time.
- 3.5. The Participant will only be granted the rights and privileges inherent to the condition of a shareholder upon (i) effective acquisition of Shares when exercising the Options or (ii) transfer of full ownership over the Shares, and no Share shall be delivered to the Participant unless the said Participant has fully complied with all legal and regulatory requirements.

**CHAPTER IV. DISMISSAL, DEATH, PERMANENT DISABILITY, RETIREMENT, DISSOLUTION AND LIQUIDATION**

- 4.1. The Board of Directors and/or the Committee, as the case may be, will have full powers to determine the rules, consequences and procedures related to the maintenance or loss of rights linked to the Options and/or Shares the Participants may face in each Program in case of (i) termination of employment contract; (ii) death; (iii) permanent disability; (iv) retirement; or (v) dissolution and/or liquidation of the Company.

**SECTION II – CONDITIONS OF STOCK-BASED INCENTIVE PROGRAMS**

The purpose of Section II of this Plan is to provide specific conditions for granting incentives through Stock-Based Incentive Programs.

**CHAPTER V. OBJECTIVES OF STOCK-BASED INCENTIVE PROGRAMS**

- 5.1. The main objectives of Stock-Based Incentive Programs are:
  - (i) promoting "ownership culture" within the Company among the Participants;
  - (ii) increasing the capacity to attract and retain talent in the Company; and
  - (iii) strengthening the culture of sustainable development and seeking to develop the skills of the Participants, aligning their interests with those of the Company's shareholders.

**CHAPTER VI. SHARES FROM THE STOCK-BASED INCENTIVE PROGRAMS**

- 6.1. The Shares granted under this Plan and of Stock-Based Incentive Programs linked to Shares that may be implemented, together with the Options granted under their respective Programs and this Plan, may not exceed the maximum limit of shares in the Company's subscribed and paid-up share capital provided for in Section 1.1 above.
- 6.2. The Shares comprising the purpose of the incentives granted through the implemented Stock-Based Incentive Programs shall be the ones held in treasury, according to the applicable regulation, or, if there are no Shares held in treasury,

the granting thereof shall be made upon payment in cash according to the terms set by the Board of Directors in the Stock-Based Incentive Program.

- 6.3. The Board of Directors may implement the incentive arrangements it finds necessary/adequate, including granting of restricted or unrestricted shares, for free or upon payment, linked or not to performance goals, and even matching shares, for free or upon payment, to the Participants.
- 6.4. Stock-based incentives with shares issued by the Company outside the scope of this Plan and not involving the effective delivery of shares to the beneficiaries may be implemented upon approval from the Board of Directors.

### **SECTION III – CONDITIONS OF STOCK OPTIONS PROGRAMS**

The purpose of Section III of this Plan is to provide specific conditions for granting Options through Stock Options Programs.

#### **CHAPTER VII. OBJECTIVES OF STOCK OPTIONS PROGRAMS**

- 7.1. The main objectives of Stock Options Programs are:
  - (a) promoting the Company's expansion and increasing the alignment of interests of the Participants as shareholders of the Company; and
  - (b) promoting the Company's interests through a long-term commitment of the Participants.

#### **CHAPTER VIII. SHARES FROM THE STOCK OPTIONS PROGRAMS**

- 8.1. The number of Shares comprising the purpose of Options granted within the scope of this Plan and the Stock Options Programs to be implemented within the scope of this Plan shall not exceed:
  - (i) the maximum limit of the Company's subscribed and paid-in capital stock provided by Section 1.1 above, which should be considered together with the Shares granted under their respective Programs and in this Plan; and
  - (ii) the Company's authorized capital limit.
- 8.2. Upon decision from the Company's Board of Directors, the Shares comprising the Options shall originate from:
  - (i) the issuance of new common shares, in which case the Participants shall be granted the same rights of shares currently issued by the Company and within its authorized capital limit; and/or
  - (ii) the shares held in treasury, if available.
- 8.3. The other shareholders from the Company shall not be entitled to the right of first refusal concerning the grant or exercise of Options pursuant to the terms of Article 171, Paragraph 3 of Law No. 6404/1976, as amended.

#### **CHAPTER IX. GRANT OF STOCK OPTIONS**

- 9.1. The Board of Directors shall approve the Stock Options Programs implemented within the scope of the Plan according to the Company's needs, and the terms and

conditions for the mentioned programs shall be established within the limits set by this Plan.

**CHAPTER X. EXERCISE PRICE**

- 10.1. The Board of Directors shall set the exercise price of the Options for subscription or acquisition of Shares at the approval of the Stock Options Program ("Exercise Price").

**CHAPTER XI. EXERCISE OF STOCK OPTION**

- 11.1. Except upon contrary resolution from the Committee, the right to exercise the Option shall be granted according to the periods, percentages and conditions provided by each Stock Options Program.

**CHAPTER XII. PAYMENT CONDITIONS**

- 12.1. The Option holder shall pay the Exercise Price for each share according to the conditions provided by the regulations of each Stock Options Program and the minimum amount for payment provided by law.

**CHAPTER XIII. SALE AND TRANSFER OF OPTIONS BY THE PARTICIPANTS**

- 13.1. Unless approved by the Board of Directors, the Participants shall not directly or indirectly sell or charge for Options granted under the respective Stock Options Programs.

**SECTION IV - MISCELLANEOUS**

**CHAPTER XIV. MISCELLANEOUS**

- 14.1. The Stock Options Plan and the Company-Issued Stock Option Compensation Plan, both approved during Extraordinary General Meeting held on May 9, 2014, and amended on December 30, 2019 ("Previous Stock Options Grants Plans"), shall be discontinued as of the date of approval of this Plan and no further grants within the scope of Previous Stock Options Grants Plans shall be made as of the said date. The discontinuance of Previous Stock Options Grants Plans shall not impact the effectiveness of any grants already made by the Company and still in force.
- 14.2. The Plan provided herein shall become effective as of the date of its approval and may be terminated at any time upon decision from the Company's General Meeting. The end of the Plan's effectiveness shall not impact the effectiveness of the Options and incentives still in force and the respective regulations of each Program.
- 14.3. Neither the Plan nor its respective Programs shall impact any corporate restructuring operation involving the Company and/or companies under its control, and the Board of Directors shall determine and cause the adjustments applicable to the respective regulations. The granting of Shares or Options pursuant to the terms of this Plan shall not prevent the Company from getting involved in the disposal of control and corporate restructuring operations, such as transformation, consolidation, merger, split-off and consolidation of shares. At its discretion and without prejudice to other measures decided upon under an equitable basis, the Board of Directors may determine: (a) the replacement of Shares and/or Options for stock, units or securities issued by the business entity succeeding the Company; and/or (b) that the exercise period shall take place earlier, extinguishing the grace periods, to ensure the inclusion of the corresponding shares to any such operation.

- 14.4. Should the number, type and/or class of shares issued by the Company be changed as a result of splits, bonuses, splits or conversions, the Company shall inform the Participants in writing about the adjustment corresponding to the acquisition price, number, type and/or class of shares comprising the purpose of each incentive and/or Option in force, as the case may be.
- 14.5. The Committee, upon consulting the Board of Directors as it may be required, shall be qualified to resolve any doubts concerning the interpretation of the general rules of this Plan. Should there be any conflict between the provisions of this Plan and the Programs and/or respective grant agreements, the provisions hereof shall prevail.
- 14.6. The Shares and/or Options to be granted within the scope of this Plan and the Programs to Participants who are Statutory Officers of the Company will be subject to approval from the Company's Annual General Meeting regarding the global or individual compensation amount for the directors during the respective fiscal year, pursuant to the terms of Article 152 of Law No. 6404/1976, as amended.

\* \* \* \* \*

## EXHIBIT V

### Report detailing the Origin and Justification of Proposed Changes (Article 12, II, of CVM Resolution 81)

We provide below a comparative table between the version currently in force and the proposed amendment to the Company's Bylaws:

Current wording	Proposed wording	Comparative wording	Change rationale
<p><b>ARTICLE 4</b> – The Company's capital stock is R\$1,807,167,455.83 (one billion, eight hundred and seven million, one hundred and sixty-seven thousand, four hundred and fifty-five Reals and eighty-three cents), fully subscribed and paid in, divided into 270,139,069 (two hundred and seventy million, one hundred and thirty-nine thousand and sixty-nine) common shares, all of them registered, book-entry shares with no par value.</p>	<p><b>ARTICLE 4</b> – The Company's capital stock is R\$2,511,167,813.73 (two billion, five hundred and eleven million, one hundred and sixty-seven thousand, eight hundred and thirteen Reais and seventy-three cents), fully subscribed and paid in, divided into 490,174,859 (four hundred and ninety million, one hundred and seventy-four thousand, eight hundred and fifty nine) common shares, all of them registered, book-entry shares with no par value.</p>	<p><b>ARTICLE 4</b> – The Company's capital stock is <del>R\$1,807,167,455.83</del> <del>(one billion, eight hundred and seven million, one hundred and sixty-seven thousand, four hundred and fifty-five Reals and eighty-three cents)</del> R\$2,511,167,813.73 (two billion, five hundred and eleven million, one hundred and sixty-seven thousand, eight hundred and thirteen Reais and seventy-three cents), fully subscribed and paid in, divided into <del>270,139,069</del> <del>(two hundred and seventy million, one hundred and thirty-nine thousand and sixty-nine)</del> 490,174,859 (four hundred and ninety million, one hundred and seventy-four thousand, eight hundred and fifty nine) common shares, all of them</p>	<p>Adjustment in the wording to reflect the Company's capital increases resulting from (i) the public offering of shares approved at a meeting of the Board of Directors on March 13, 2024; and (ii) and (ii.) the exercise of share purchase options, within the authorized capital limit, approved at a meeting of the Board of Directors held on March 29, 2024.</p>

		registered, book-entry shares with no par value.	
<p>(I) determine the amount of the employees' and management members' share in the Company's results, in compliance with the applicable legal provisions, the Bylaws, and the Profit-Sharing Plan in force. The amounts spent or set as allowances in each fiscal year as profit-sharing plan for employees and management members and also connected to the granting of the Company's stock option will be limited to up to fifteen percent (15%) of the income of each fiscal year, after the deductions set forth in Article 189 of Brazilian Law 6,404/76;</p> <p>(m) set the limit of shares to be issued in the scope of the Company's Stock Option Plan previously approved by the General Meeting, subject to the limit set forth in section "I" above;</p>	<p>(I) determine the amount of the employees' and management members' share in the Company's results, in compliance with the applicable legal provisions, the Bylaws, and the Profit-Sharing Plan in force;</p> <p>(m) set the limit of shares to be granted under the stock option plans and share-based compensation plans of the Company previously approved by the General Meeting, when applicable;</p>	<p>(I) determine the amount of the employees' and management members' share in the Company's results, in compliance with the applicable legal provisions, the Bylaws, and the Profit-Sharing Plan in force. <del>The amounts spent or set as allowances in each fiscal year as profit-sharing plan for employees and management members and also connected to the granting of the Company's stock option will be limited to up to fifteen percent (15%) of the income of each fiscal year, after the deductions set forth in Article 189 of Brazilian Law 6,404/76;</del></p> <p>(m) set the limit of shares to be <del>issued</del> and <del>granted</del> <del>within</del> the scope of the Stock Option Plans and the Company's <del>share-based compensation plans</del> <del>previously approved at a General Meeting, when</del></p>	<p>Wording adjustment to adapt to the Company's current reality, so that only the limit provided for in the Incentive Plan is applicable.</p> <p>Wording adjustment to provide for the new share-based compensation structure to be adopted by the Company under the Incentive Plan.</p>

<p>(o) resolving on the acquisition, disposal, creation of encumbrances, liens of any assets, including real estates, of the Company, or making any other investment by the Company that, in an individual or aggregate amount, over a quarter, in Reais currency, is higher than the amount equivalent to US\$20,000,000.00 (twenty million US dollars) or higher than the amount corresponding to 5% (five percent) of the Company's shareholders' equity, as determined in the last consolidated financial statement disclosed by the Company, whichever amount is greater;</p>	<p>(o) resolving on the acquisition, disposal, creation of encumbrances, liens of any assets, including real estates, of the Company, or making any other investment by the Company that, in an individual or aggregate amount, over a quarter, in Reais currency, is higher than the amount equivalent to US\$20,000,000.00 (twenty million US dollars) or higher than the amount corresponding to 5% (five percent) of the Company's shareholders' equity, as determined in the last consolidated financial statement disclosed by the Company, whichever amount is greater, except in the case of making investments or granting guarantees, endorsements or other guarantees in favor of companies directly or indirectly controlled by the Company, within the normal course of its business;</p>	<p>applicable, subject to the <del>limit provided for in section "I" above;</del></p> <p>(o) resolving on the acquisition, disposal, creation of encumbrances, liens of any assets, including real estates, of the Company, or making any other investment by the Company that, in an individual or aggregate amount, over a quarter, in Reais currency, is higher than the amount equivalent to US\$20,000,000.00 (twenty million US dollars) or higher than the amount corresponding to 5% (five percent) of the Company's shareholders' equity, as determined in the last consolidated financial statement disclosed by the Company, whichever amount is greater, <b>except in the case of making investments or granting guarantees, endorsements or other guarantees in favor of companies directly or indirectly controlled by the Company, within the normal course of its business;</b></p>	<p>Wording adjustment to adapt the wording to the Company's Policy for Transactions with Related Parties.</p>
--	--	---	---

**Exhibit VI**  
**Restated Bylaws of the Company**

**COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO**  
CNPJ/MF (Brazilian Taxpayer Id.) No. 47.508.411/0001-56  
NIRE (State Registry) No. 35.300.089.901  
A publicly held corporation with authorized capital

**CHAPTER I**  
**NAME, HEADQUARTERS, PURPOSE, AND DURATION**

**ARTICLE 1 – COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO** (the “Company”) is a corporation headquartered at Av. Brigadeiro Luis Antônio n. 3142, in the capital city of Sao Paulo, SP, Federative Republic of Brazil, which will henceforth be governed by these Bylaws, by Law no. 6.404 of December 15, 1976 (“**Law no. 6.404/76**”), as amended, as well as other legal provisions in force.

**Sole Paragraph** – With the Company's entry into the Novo Mercado of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), the Company, its shareholders, including controlling shareholders, managers and members of the fiscal council, when established, are subject to the provisions of the Novo Mercado Regulation.

**ARTICLE 2** – The Company's corporate purpose is the sale of manufactured, semi-manufactured or "in natura" products, whether of domestic or foreign origin, of any and all kinds and species, nature or quality, with the exploitation of the supermarket industry sector, which includes, but is not limited to, minimarkets, supermarkets and hypermarkets, as well as restaurants, snack bars and the like in the surroundings of the points of sales operated by the Company.

**Paragraph 1** - The Company may also carry out the following activities:

- (a) the manufacturing, processing, handling, transformation, export, import, and representation of food or non-food products, on its own account or by third parties;
- (b) the international trade, including of coffee;
- (c) the import, distribution, and sale of cosmetic hygiene and toiletry products, perfumery, sanitizing and household cleaning products and food supplements;
- (d) the general sale of drugs and medicines, pharmaceutical and homeopathic specialties; chemicals, accessories, dental articles, surgical instruments and appliances; the manufacture of chemical products and pharmaceutical specialties, which can be specialized, such as Drugstore or Allopathic Pharmacy, Drugstore or Homeopathic Pharmacy or Compounding Pharmacy for every specialty;
- (e) the sale of petroleum products and derivatives, supply of fuels of any kind, including on gas stations, and may also provide technical assistance services, service workshops, repairs,

washing, lubrication, sale of accessories and other related services, for any kind of vehicles;

(f) the sale of veterinary products, drugs, and medicines in general; veterinary office, clinic and hospital, and pet shop with bathing and grooming services;

(g) the rental of any recorded media;

(h) the provision of photographic, cinematographic, and similar studio services;

(i) the practice and management of real estate transactions, buying, promoting subdivisions and developments, leasing and selling its own and third-party real estates;

(j) act as a distributor, agent, and representative of merchants and industrialists established in Brazil or abroad and in such capacity, on behalf of the principals or on their own account to acquire, retain, own and make any transactions and operations in its self interest or of the principals;

(k) the exploitation of buildings and construction in all its forms, on its own or by third parties, the purchase and sale of construction materials and the installation and maintenance of air-conditioning systems, hoists, and cargo elevators;

(l) application of household sanitizing products;

(m) the municipal, state, and interstate highway transportation of cargo in general for its own products and those of third parties, and also store and deposit them, and load, unload, organize and store third-parties' goods of any kind, as well as subcontract the services provided for in this subparagraph;

(n) activities of communication, general advertising and propaganda services, including bars, diners, cafeterias and restaurants, which may extend to other branches that are compatible or related to it, subject to any legal restrictions;

(o) the purchase, sale, and distribution of books, magazines, newspapers, periodicals and the like;

(p) carrying out studies, reviews, planning, and market research;

(q) carrying out tests to launch new products, packaging, and brands;

(r) developing strategies and carrying out reviews of the behavior of sales, special promotions and advertising in each segment;

(s) the provision of services related to food, meal, fuel, transportation vouchers, and other kinds of vouchers or purchase cards that result from activities related to its corporate purpose;

- (t) the lease and sublease of its own or third-party chattel;
- (u) the provision of services in the management area;
- (v) to represent other domestic or foreign companies and take part as a partner or shareholder in the capital of other companies, whatever their form or purpose, and in business ventures of any nature;
- (w) operate as an agent, broker, or intermediation of securities and tickets;
- (x) exploration of the activity of a banking correspondent, including, but not limited to: (i) services related to collections, receipts or payments in general, securities, accounts or booklets, foreign exchange, taxes and on behalf of third parties, including those made by electronic means, automatic or by service machines and other activities arising from service agreements maintained by the Company with financial institutions; (ii) provision of collection, receipt or payment position; (iii) receipt and forwarding of proposals for the provision of credit cards; (iv) issuance of booklets, settlement forms, printed forms, and documents in general; and (v) supplementary services for the collection of registration data and documentation, as well as data control and processing;
- (y) provision of parking, accommodation, and vehicle storage services;
- (z) the import of beverages, wines, and vinegars;
- (aa) trade in seeds and seedlings;
- (bb) trade in telecommunications products;
- (cc) the import, distribution, and sale of toys, metal pots, domestic ladders, baby strollers, party items, school items, tires, household electrical appliances, bicycles, monobloc plastic chairs, and light bulbs; and
- (dd) exploitation of non-financial intangible asset management.

**Paragraph 2** - The Company may provide sureties or guarantees in business of its interest, being forbidden those for mere favor.

**ARTICLE 3** – The Company's term duration is indefinite.

## **CHAPTER II CAPITAL STOCK AND SHARES**

**ARTICLE 4** – The Company's capital stock is ~~R\$1,807,167,455.83 (one billion, eight hundred and~~

~~seven million, one hundred and sixty-seven thousand, four hundred and fifty-five Reals and eighty-three cents~~ R\$2,511,167,813.73 (two billion, five hundred and eleven million, one hundred and sixty-seven thousand, eight hundred and thirteen Reals and seventy-three cents), fully subscribed and paid in, divided into ~~270,139,069 (two hundred and seventy million, one hundred and thirty-nine thousand and sixty-nine)~~ 490,174,859 (four hundred and ninety million, one hundred and seventy-four thousand, eight hundred and fifty-nine) common shares, all of them registered, book-entry shares with no par value.

**Paragraph 1** - The shares representing the capital stock are indivisible in relation to the Company, and each common share entitles its holder the right to cast one vote at General Meetings.

**Paragraph 2** - The shares will be in book-entry form and will be kept in deposit accounts in the name of their holders, at the authorized financial institution that the Company determines, and no certificates will be issued.

**Paragraph 3** - The cost of services for transferring ownership of book-entry shares to be charged by the depositary financial institution may be passed on to the corresponding shareholder, pursuant to Article 35, paragraph 3 of Brazilian Law No. 6,404/76, subject to the maximum limits set by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM).

**Paragraph 4** - The Company may not issue preferred shares and founders' shares.

**ARTICLE 5** - The Company is authorized to increase its capital stock up to the limit of 800,000,000 (eight hundred million) common shares upon resolution of the Board of Directors and regardless of any amendment to the Company's bylaws.

**Paragraph 1** - The limit of the Company's authorized capital can be changed only upon a decision made by the General Meeting.

**Paragraph 2** - The Company, within the limit of the authorized capital and complying with the plan approved by the General Meeting, may grant a stock option purchase plan to its management members, or employees, or even to individuals who provide services thereto.

**ARTICLE 6** - Issuance of shares, subscription warrants, or debentures convertible into shares up to the limit of THE authorized capital, may be approved by the Board of Directors, excluding or reducing the time term for exercising the preemptive right, as provided for in Article 172 of Law no. 6,404/76.

**Sole Paragraph** - Except as provided for in the "caption" of this Article, shareholders will have the right of first refusal, in proportion to the number of shares held by them, to subscribe the Company's capital increases, and the exercise of this right will be governed by the applicable legislation.

### **CHAPTER III GENERAL MEETING**

**ARTICLE 7** - The General Meeting is the meeting of the shareholders, who may attend it by themselves or by representatives appointed pursuant to the Law in order to resolve on matters of interest to the Company.

**ARTICLE 8** – The General Meeting shall be called by the Chairman of the Board of Directors, or in his/her absence by the Vice-Chairman of the Board of Directors and shall have the following responsibilities:

- i. amend the Company's Bylaws;
- ii. elect or dismiss, at any time, the members of the Company's Board of Directors;
- iii. take, every year, the accounts submitted by the management members and resolve on the financial statements presented by them;
- iv. approve the issuance of shares, subscription bonuses, debentures convertible into shares of its own issuance or any bonds, securities, or other rights or interests that are exchangeable or convertible into shares issued by the Company itself, without prejudice to the competence of the Board of Directors as provided for in Article 5 and Article 17(g);
- v. decide on the appraisal of assets with which the shareholders contribute to the formation of the capital stock;
- vi. decide on the transformation, merger, acquisition (including acquisition of shares), split-up of the Company or on any other kind of restructuring of the Company;
- vii. decide on the dissolution and liquidation of the Company and to elect and dismiss the liquidator(s);
- viii. examine and approve the accounts of the liquidator(s); and
- ix. set the annual overall compensation of the members of the Company's management and the Fiscal Council, if established.

**Sole Paragraph** - The General Meetings will be established and chaired by any member of the Board of Directors or the Company's Board of Executive Officers or by employees of the Company who hold positions as officers, even if not statutory, who will choose, among those present, someone to act as secretary.

**ARTICLE 9** - For any deliberation of the General Meeting, the approval of shareholders that represent

at least the majority of votes of those present will be required, not counting the blank votes, subject to the exceptions provided for by law and in the applicable regulations.

**ARTICLE 10** - The Annual General Meeting will have the responsibilities provided for by law and will be held within the first four months subsequent to the end of the fiscal year.

**Sole Paragraph** - Whenever necessary, the General Meeting may be established on an extraordinary basis, and may be held concurrently with the Annual General Meeting.

## **CHAPTER IV THE MANAGEMENT**

**ARTICLE 11** - The Company's management will be the responsibility of the Board of Directors and the Board of Executive Officers.

**Paragraph 1** - The management members will take office subject to the prior signing of their investiture term, which must include their agreement to the arbitration clause referred to in Article 38.

**Paragraph 2** - The term of office of the Directors and Executive Officers will be extended until the moment their corresponding successors take office.

**Paragraph 3** - Minutes of the Board of Directors' and Executive Officers' meetings will be recorded in a specific book, which will be signed by the attending Directors and Officers, as the case may be.

### **Section I The Board of Directors**

**ARTICLE 12** – The Board of Directors is composed of at least 7 (seven) and at most 9 ( <<nine) members, elected and dismissable by the General Meeting, with a unified term of office of 2 (two) years, reelection being allowed.

**Paragraph 1:** In case any position of Director becomes vacant, the Board of Directors will be responsible to elect a substitute to fill the position on a permanent basis until the end of the corresponding term of office. In the event of a simultaneous vacancy of most positions in the Board, the General Meeting shall be called to proceed to a new election.

**Paragraph 2** - Out of the members of the Board of Directors, at least 2 (two) members or 20% (twenty percent) of them, whichever is greater, shall be independent directors, pursuant to the standards set forth by the 'Novo Mercado' listing Regulation, and the full data of those nominated to be independent members of the Board of Directors shall be deliberated at the General Meeting that elects such independent directors, being also considered as independent those member(s) of the Board of Directors elected as provided for in article 141, paragraphs 4 and 5 of Law 6.404/76 (Brazilian Corporations Act) in the event of existing a controlling shareholder.

**Paragraph 3** - Whenever the application of the aforementioned percentage calculation results in a fractioned number of members, the Company must round it up and consider the immediate higher full number.

**ARTICLE 13** – The Board of Directors shall have one (1) Chairman and up to one (1) Vice-Chairman, to be elected by the members of the Board of Directors at the meeting to be held immediately after the investiture of such members.

**Paragraph 1** - The positions of Chairperson of the Board of Directors and of Chief Executive Officer of the Company cannot be held at the same time by the same person.

**Paragraph 2** – In the event of a vacancy in the position of Chairman or impediment of the Chairman, the Vice-Chairman shall automatically undertake such position, remaining until the end of the respective term of office, or until a new appointment by the Board of Directors occurs.

**Paragraph 3** - In the event of a vacancy in the position of Vice-Chairman, the Board of Directors shall appoint a substitute to the position to remain until the end of the respective term of office.

**Paragraph 4** – In the event of the absence of the Chairman, the meetings of the Board of Directors shall be chaired by the Vice-Chairman.

**Article 14** - The Board of Directors will meet on a regular basis at least six times a year to review the Company's financial results and other results, and to review and monitor the annual investment plan, and extraordinarily at any time, whenever required.

**Paragraph 1** - The Chairperson or, in his/her absence, by the Vice-Chairperson, is responsible to call the meetings of the Board of Directors, either on his/her own initiative or upon the written request of any director.

**Paragraph 2** - The meetings of the Board of Directors must be called by electronic means or by letter, at least 7 (seven) days before the date of each meeting, specifying the time and place for the first meeting and, case, on second call, and including the agenda. Any proposal and all documents required and related to the agenda must be made available to the Directors. The call for a meeting may be waived whenever all of the Board members in office are present at the meeting, or if the absent board members have previously agreed in writing with such waiver.

**Paragraph 3** - The minimum quorum required to establish the Board of Directors' meetings is the presence of at least half of its acting members on first call, and any number of directors on the second call, considering as present also those represented as allowed for in these Bylaws.

**Article 15:** The Board of Directors' meetings shall be presided over by its Chairman and, in his/her absence, by the Vice-Chairman of the Board of Directors.

**Paragraph 1:** The resolutions of the Board of Directors shall be taken by a favorable vote of the majority

of its members. The directors may attend meetings of the Board of Directors by conference call, videoconference or any other means of electronic communication that allows the identification of every director and his/her simultaneous communication with all other persons attending the meeting. In this case the directors should be considered to be present at the meeting and shall sign the corresponding minutes subsequently.

**Paragraph 2-** In case of absence or temporary impediment of any director, the absent Director may appoint, in writing, from among the other members of the Board of Directors, his or her substitute. In this case, the director acting as substitute of the absent or temporarily unable director, in addition to his/her own vote, shall cast the vote of the replaced director.

**ARTICLE 16 -** The Board of Directors must approve any change to its Internal Regulation or charter and will elect an Executive Secretary, who will be responsible for exercising the functions determined in the Internal Regulation, as well as issuing certificates and certifying, before third parties, the authenticity of the resolutions taken by the Board of Directors.

**ARTICLE 17 -** In addition to the authority set forth by law, the Board of Directors is responsible for:

- (a) setting forth the general guidance of the Company's businesses;
- (b) approve or amend the Company's investment plan;
- (c) electing and dismissing the Company's executive officers, determining their duties and designations;
- (d) supervising the management of the Executive Officers, and examining, at any time, the Company's books and papers, requesting information about contracts executed or in the way of being executed, and any other actions;
- (e) calling the General Meeting;
- (f) issuing its opinion on the Management's report, the accounts submitted by the Board of Executive Officers, and the Company's financial statements;
- (g) deciding on the issue of shares, subscription bonus, or debentures convertible into shares until the authorized capital limit, determining the corresponding price and the payment conditions;
- (h) choosing and dismissing independent auditors, subject to the recommendation by the Audit Committee;
- (i) issue an opinion on any proposal by the Board of Directors to the General Meeting;
- (j) authorizing the acquisition of shares of the Company itself for purposes of cancellation

or keeping with its treasury, complying with the applicable standards;

- (k) developing, jointly with the Board of Executive Officers, and approving a profit-sharing plan for employees and management members of the Company and for granting additional benefits to employees and management members pegged to the Company's results ("**Profit-Sharing Plan**");
- (l) determine the amount of the employees' and management members' share in the Company's results, in compliance with the applicable legal provisions, the Bylaws, and the Profit-Sharing Plan in force. ~~The amounts spent or set as allowances in each fiscal year as profit sharing plan for employees and management members and also connected to the granting of the Company's stock option will be limited to up to fifteen percent (15%) of the income of each fiscal year, after the deductions set forth in Article 189 of Brazilian Law 6,404/76;~~
- (m) set the limit of shares to be ~~issued~~ and ~~granted~~ ~~within~~ the scope of the Stock Option Plans and the Company's share-based compensation plans previously approved at a General Meeting, ~~when applicable, subject to the limit provided for in section "l" above;~~
- (n) creating Committees, which will be responsible for preparing proposals or making recommendations to the Board of Directors, and determine their corresponding responsibilities as provided for in these Bylaws;
- (o) resolving on the acquisition, disposal, creation of encumbrances, liens of any assets, including real estates, of the Company, or making any other investment by the Company that, in an individual or aggregate amount, over a quarter, in Reais currency, is higher than the amount equivalent to US\$20,000,000.00 (twenty million US dollars) or higher than the amount corresponding to 5% (five percent) of the Company's shareholders' equity, as determined in the last consolidated financial statement disclosed by the Company, whichever amount is greater, ~~except in the case of making investments or granting guarantees, endorsements or other guarantees in favor of companies directly or indirectly controlled by the Company, within the normal course of its business;~~
- (p) resolving on any financial transaction involving the Company, including the granting or borrowing of loans and the issue of non-convertible and debentures in excess of half the EBITDA (Earnings Before Interest, Tax Income, Depreciation and Amortization), as ascertained in the consolidated financial statements for the fiscal year prior to the corresponding transaction;
- (q) resolving on any association of the Company with third parties involving an individual or aggregate investment, during a fiscal year, exceeding the amount in Reais equivalent to US\$ 20,000,000 (twenty million US dollars) or exceeding the amount corresponding

to 1% (one percent) of the Company's net stockholders' equity at the time, as ascertained in its most recent balance sheets or quarterly financial statements, whichever amount is greater;

- (r) preparing and disclosing a reasoned opinion, whether favorable or contrary to the acceptance of any public offer for acquisition of shares that has as subject the shares issued by the Company, pursuant to the Novo Mercado Regulation; and
- (s) resolving on any change in the Company's dividend distribution policy.

**Paragraph 1** – In the case of a resolution to be taken by the corporate bodies of the companies that are controlled by the Company, or in which the Company elects members of the Board of Directors or the Executive Board, it shall be incumbent upon the Board of Directors to direct the vote of the Company's managers, in the case of decisions taken at a general meeting, meeting of partners or equivalent body, or the vote of the managers elected or appointed by the Company for the management bodies of such companies, when the resolution falls under paragraphs (o), (p) and (q) of this Article, calculating the parameters referred to therein based on the most recent balance sheet or quarterly financial statement of the subsidiaries or investees.

**Paragraph 2:** The Board of Directors shall adopt a policy on transactions with related parties, and may establish limits, specific responsibilities, and procedures for such transactions to be approved.

## **Section II**

### **Audit Committee and Other Advisory Areas to the Management**

**ARTICLE 18** - The audit committee, an advisory body subordinated to the Board of Directors, is composed of at least three (3) members, at least one (1) of whom is an independent director, and at least one (1) must have recognized experience in matters of corporate accounting.

**Paragraph 1** - The same Audit Committee member may accumulate both characteristics referred to in the caption.

**Paragraph 2** - The Audit Committee's members, subject to the provisions of Article 20 and Chapter V of these Bylaws, must be elected by the Board of Directors and fulfill the applicable independence requirements provided for in the rules of the Brazilian Securities Commission and the New Market Regulation.

**Paragraph 3** - The activities of the Audit Committee Coordinator are defined in its Charter as approved by the Board of Directors.

**ARTICLE 19** - The Audit Committee's members will be elected by the Board of Directors for a term of two (2) years, with reelection for successive terms being allowed, in accordance with the Audit Committee's charter.

**Paragraph 1** - During their terms of office, the Audit Committee's members may only be replaced in the following cases:

- (a) death or resignation;
- (b) unjustified absence at three (3) consecutive meetings or at six (6) alternate meetings per year; or
- (c) reasoned decision by the Board of Directors.

**Paragraph 2** - In the event of a vacancy in the position of Audit Committee's member, the Board of Directors will be responsible for electing the person who will complete the term of the replaced member.

**Paragraph 3** - Among other matters, the Audit committee is in charge of:

- (a) giving an opinion on the engagement and dismissal of independent auditors;
- (b) evaluating the management report, the financial statements, interim statements and the quarterly information of the Company, making such recommendations as it deems necessary to the Board of Directors;
- (c) monitoring the activities of the Company's internal audit and internal controls area;
- (d) evaluating and monitoring the Company's risk exposures;
- (e) evaluating, monitoring and recommending to management the correction or improvement of the Company's internal policies, including the policy of transactions between related parties; and
- (f) having the means for receiving and handling information about non-compliance with legal provisions and norms applicable to the Company, in addition to internal regulations and codes, including the forecasting of specific procedures for protecting the provider and the confidentiality of information.

**ARTICLE 20** - In case the Fiscal Council is convened pursuant to Law 6,404/76 and Chapter V below, the Audit Committee shall retain its powers, respecting the powers granted by law to the Fiscal Council.

**ARTICLE 21** - The Board of Directors may establish other Committees, with the composition that it determines, which will have the function of receiving and analyzing information, preparing proposals or making recommendations to the Board of Directors, in their specific areas of activity, as may be established in their internal regulations, to be approved by the Board of Directors.

**Sole Paragraph** - The members of the Committees created by the Board of Directors shall have the same duties and responsibilities as the management members.

**Section III**  
**Board of Executive Officers**

**ARTICLE 22** - The Board of Executive Officers will be composed of at least two (2) and at most fourteen (14) members, stockholders or not, residents in the country, elected and removable by the Board of Directors, with one (1) necessarily indicated for the position of Chief Executive Officer and one (1) necessarily indicated for the position of Investor Relations Officer and the other Vice Chairpersons and Officers.

**Sole Paragraph** - The term of management of the members of the Board of Executive Officers is 2 (two) years, and reelection is allowed.

**ARTICLE 23** - The Officers shall exercise the general functions described in these Bylaws and those that are assigned to them by the Board of Directors, maintaining mutual collaboration and assisting each other in the exercise of their positions and functions.

**Paragraph 1** - The duties and specific designations of each one of the Officers will be determined by the Board of Directors.

**Paragraph 2** - In the cases of temporary or definitive vacancy, absence, license, prevention or removal, the Officers will substitute each other as follows:

- (a) in the event of the absence or temporary prevention of the Chief Executive Officer, the Chief Executive Officer shall appoint a person to replace him and, in the event of a vacancy, the Board of Directors shall elect a replacement within thirty (30) days, who shall complete the term of office of the replaced Chief Executive Officer;
- (b) in case of absence or temporary prevention of the other Officers, they shall be replaced by the Chief Executive Officer and, in case of vacancy, the Board of Directors shall elect a replacement within thirty (30) days, who shall complete the term of office of the replaced Officer.

**ARTICLE 24** - The Board of Executive Officers shall meet when convened by the Chief Executive Officer, or when convened by half of the acting Officers.

**Sole Paragraph** - The minimum “quorum” for the convening of the meetings of the Board of Executive Officers is at least 1/3 (one third) of its members in office, and its decisions will be taken by majority vote of those present. In the event of a tie in the resolutions of matters subject to the approval of the Board of Executive Officers, such matter shall be submitted to the approval of the Board of Directors.

**ARTICLE 25** - In addition to the duties and responsibilities that may be assigned to it by the General Meeting and the Board of Directors, the Board of Executive Officers is responsible, without prejudice to other legal duties:

- (i) directing the corporate business and to enforce these Bylaws
- (ii) complying with the corporate purpose;
- (iii) approving the plans, programs and general rules of operation, management and control in the interest of the Company's development, subject to the guidelines established by the Board of Directors;
- (iv) preparing and presenting to the Annual General Meeting a report on the Company's business activities, including the Balance Sheet and Financial Statements legally required for each fiscal year, as well as the respective opinions of the Fiscal Council, when applicable;
- (v) directing all the Company's activities, giving them the guidelines established by the Board of Directors and appropriate to the achievement of its objectives
- (vi) proposing investment plans and programs to the Board of Directors;
- (vii) authorizing the opening and closing of branches, agencies, offices, warehouses and/or the establishing delegations, offices and representations anywhere in Brazil or abroad;
- (viii) expressing an opinion on matters on which the Board of Directors may request specific appraisal; and
- (ix) jointly with the Board of Directors, developing and executing the Profit-Sharing Plan.

**ARTICLE 26** - In particular, the Chief Executive Officer is in charge of:

- (a) planning, coordinating, directing and managing all of the Company's activities, exercising executive and decision-making functions;
- (b) exercising general supervision of all the Company's business, coordinating and guiding the activities of the other Executive Officers;
- (c) convening and constituting the meetings of the Board of Executive Officers;
- (d) coordinating and conducting the process of approval of the annual/multi-annual budget and of the investment and expansion plan with the Board of Directors; and
- (e) suggesting nominations and respective candidates for positions on the Company's Board of Executive Officers and submitting such suggestion for approval by the Board of Directors.

**ARTICLE 27** - Any other Officers are responsible for assisting the Chief Executive Officer in all tasks that he assigns to them, carry out the activities relating to the functions that have been granted to them

by the Board of Directors and perform all acts necessary for the regular operation of the Company, provided that authorized by the Board of Directors.

**ARTICLE 28** - The Officers will represent the Company whether as plaintiff and defendant, both in and out of Court and before third parties, performing and signing all acts that bind the Company.

**Paragraph 1** - In acts of appointing attorneys-in-fact, the Company shall be represented by two (2) Officers, jointly. The powers of attorney on behalf of the Company must contain a validity term, except for those for judicial purposes, in addition to the description of the powers granted, which may encompass any and all acts, including those of a banking nature.

**Paragraph 2** - For acts implying the acquisition, encumbrance, or disposal of assets, including real estate, as well as the acts of appointing attorneys-in-fact for such practices, the Company must be represented by two (2) Officers-or one (1) Officer and one (1) attorney-in-fact, jointly.

**Paragraph 3** - The Company shall be deemed obliged when represented:

- (a) jointly by two (2) Officers;
- (b) jointly by one Officer and one attorney-in-fact, appointed pursuant to these Bylaws;
- (c) jointly by two attorneys-in-fact, appointed pursuant to these Bylaws; or
- (d) individually, by an attorney-in-fact or by an Officer, in special cases, when so designated in the respective power or attorney and in accordance with the extent of the powers contained therein.

## **CHAPTER V FISCAL COUNCIL**

**ARTICLE 29** - The Company will have a non-permanent Fiscal Council, composed of three (3) effective members and an equal number of alternates.

**Paragraph 1** - The Fiscal Council will only be established upon the request of the Company's stockholder(s), in compliance with the applicable legislation.

**Paragraph 2** - The Fiscal Council, if established, shall approve its internal regulation, which shall establish the general rules of its operation, structure, organization and activities.

**Paragraph 3** - The investiture of the Fiscal Council members will be subject to the prior signature of the investiture deed, which must contemplate their subjection to the arbitration clause under Article 38.

## **CHAPTER VI FISCAL YEAR AND FINANCIAL STATEMENTS**

**ARTICLE 30** - The fiscal year will end in December 31 of each year, when the balance sheet and the

financial statements required by current legislation will be prepared.

**ARTICLE 31** - The Company may, at the discretion of the Board of Executive Officers, prepare quarterly or half-yearly balance sheets.

## **CHAPTER VII PROFIT DISTRIBUTION**

**ARTICLE 32** - Once the balance sheet is prepared, the following rules will be observed regarding the distribution of the result calculated:

- (i) the accumulated losses and the provision for Income Tax will be deducted from the results for the year, before any participation;
- (ii) after deduction of the portions described in item (i) above, an amount to be distributed as participation of the employees and managers in the Company's results, as determined by the Board of Directors in compliance with the Profit-Sharing Plan, under the terms and limits of items "k" and "l" of Article 17 of these Bylaws, shall be deducted;
- (iii) the remaining profits will be allocated as follows:
  - (a) five percent (5%) for the legal reserve fund until it reaches twenty percent (20%) of the capital stock;
  - (b) amounts intended for the constitution of a contingency reserve, if resolved by the General Meeting;
  - (c) twenty-five percent (25%) for the payment of the mandatory dividend, in accordance with Paragraph 1 below of these Bylaws.
  - (d) the profit not used to constitute the reserve under the Paragraph 2 of this Article, nor retained pursuant to Article 196 of Law 6,404/76, shall be distributed as additional dividend.

**Paragraph 1** - The mandatory dividend will be calculated and paid according to the following standards:

- (a) the tax basis of the dividend will be the net profit of the fiscal year, less the amounts allocated to the creation of legal reserve and reserves for contingencies, plus the reversal of the reserves of contingencies formed in previous fiscal years;
- (b) the payment of the dividend determined under the terms of the previous item may be limited to the amount of the net profit of the fiscal year that has been realized under the terms of the law, provided that the difference

is registered as a reserve of profits to be realized; and

- (c) the profits recorded in the reserve of profits to be realized, when realized and if they have not been absorbed by losses in subsequent fiscal years, must be added to the first dividend declared after the realization.

**Paragraph 2** - An Expansion Reserve is created, which will have the purpose of ensuring resources to finance additional fixed and current capital investments and will be formed with up to 100% of the net income remaining after the allocations dealt with in lines “a”, “b”, and “c” of item (iii), and the total of this reserve may not exceed the amount of the Company’s capital stock.

**Paragraph 3** - The Company may distribute, if authorized by the Board of Directors, interim dividends, to be approved by the General Meeting.

**Paragraph 4** - The Company may, by resolution of the Board of Directors and as approved by the General Meeting, pay or credit interest on equity calculated on the Net Equity accounts, observing the rate and limits provided for by law.

**ARTICLE 33** - The amount of dividends and/or interest on equity will be made available to stockholders within the period to be resolved by the Board of Directors or General Meeting, and may be monetarily restated, as determined by the Board of Directors, subject to the applicable legal provisions.

## **CHAPTER VIII LIQUIDATION**

**ARTICLE 34** - The Company will be liquidated in the legal cases, and the General Meeting will be responsible for establishing the manner of liquidation, electing the liquidator and the Fiscal Council that will operate during the liquidation, determining their remuneration.

## **CHAPTER IX DISPOSAL OF CONTROLLING INTERESTS**

**ARTICLE 35** - The direct or indirect disposal of the Company’s controlling interests, whether by means of a single operation or by successive operations, must be contracted under the condition that the purchaser of controlling interests undertakes to make a public offering for the acquisition of stocks subject to the stocks issued by the Company held by the other stockholders, with the due regard to the conditions and terms provided for in the legislation and in the regulations in force and in the Novo Mercado Regulations, so as to ensure them equal treatment to that given to the seller.

## **CHAPTER X ACQUISITION OF A SIGNIFICANT STAKE IN THE COMPANY**

**ARTICLE 36** - Any person, shareholder or Group of Shareholders that acquires or becomes a holder,

through a single transaction or through successive transactions (“**Acquiring Shareholder**”): (a) of a direct or indirect interest equal to or greater than 25% (twenty-five percent) of the total shares issued by the Company, excluding treasury shares; or (b) of any other rights of shareholders, including beneficial ownership or trust, over shares issued by the Company that represent a percentage equal to or greater than 25% (twenty-five percent) of the total shares issued by the Company, excluding treasury shares (“**Relevant Interest**”), must make a public offer for the acquisition of all the shares issued by the Company (i.e., a takeover bid, known in Portuguese as 'OPA') or request a registration with CVM and B3, as the case may be, within a maximum period of 30 (thirty) days from the date of the last transaction that resulted in achieving the level a a Relevant Interest, with the following minimum requirements, observing the provisions of the applicable CVM standards, the B3 regulations and the terms of this Article (“**takeover bid**” or “**OPA**”):

I. be forwarded indistinctively to all the Company’s stockholders for the acquisition of all the stocks issued by the Company;

II. the price offered must correspond to at least the highest value between: (i) the Economic Value determined in an appraisal report; (ii) the highest price paid by the Acquiring Stockholder in the twelve (12) months prior to the acquisition of the Relevant Holding; and (iii) 125% of the weighted average unit price of the Company’s stocks during the period of one hundred and twenty (120) trading sessions prior to the Public Offering of Stocks; and

III. be carried out in an auction to be held at B3.

**Paragraph 1** - The execution of the OPA takeover bid referred to in the caption of this Article shall not exclude the possibility of another person or stockholder, formulating a concurrent OPA takeover bid, under the applicable regulation.

**Paragraph 2** - The obligations contained in Article 254-A of Law 6,404/76 and in Article 35 of these Bylaws do not exclude the Acquiring Stockholder from complying with the obligations contained in this Article.

**Paragraph 3** - The Acquiring Stockholder shall be obliged to meet any ordinary requests or the requirements of CVM and B3 relating to the OPA takeover bid, within the maximum terms as set forth in the applicable regulation.

**Paragraph 4** - The obligation to carry out an OPA takeover bid under the terms of this Article 36 does not apply in the event that a person, shareholder or Group of Shareholders becomes the holder of shares issued by the Company if the achieved Relevant Participation results from: (a) corporate merger or acquisition of shares involving the Company, (b) in the case of acquisition, through a private capital increase or subscription of shares carried out in a primary offering by those who have preemptive rights or, in the case of acquisition, through a private capital increase or subscription of shares carried out in a primary offer, due to the fact that the amount was not fully subscribed by those who have the preemptive right or who did not have a sufficient number of interested parties in the corresponding distribution; and (c) in the case of public offerings for the distribution of shares (including public offers with restricted

placement efforts).

**Paragraph 5** - For the purposes of calculating the percentage of Relevant Holding, involuntary shareholding increases resulting from the cancellation of treasury stocks, the repurchase of stocks or the reduction of the Company's capital stock with the cancellation of stocks will not be computed.

**Paragraph 6** - For the purposes of the provisions in this Article 36, the following terms shall have the meanings defined below:

**“Group of Stockholders”** means a group of people: (i) bound by a voting agreement (including, without limitation, any individual, company or organization, investment fund, joint ownership, securities portfolio, universality of rights, or other form of organization that is residing, domiciled or headquartered in Brazil or abroad), either directly or through controlled, controlling or jointly controlled companies; or (ii) among which there is a controlling relationship; or (iii) under common control; or (iv) that act representing a common interest. Examples of persons representing a common interest include: (a) a person holding, directly or indirectly, an equity interest equal to or greater than fifteen percent (15%) of the capital stock of the other person; and (b) two persons having a third common investor that holds, directly or indirectly, an equity interest equal to or greater than fifteen percent (15%) of the capital stock of each of the two persons. Any joint ventures, investment funds or clubs, foundations, associations, trusts, joint-ownerships, cooperatives, consortiums, securities portfolios, universality of rights, or any other forms of organization or undertaking, appointed in Brazil or abroad, will be considered part of a same Group of Stockholders, whenever two or more among such entities are: (c) administered or managed by the same legal entity or by parties related to the same legal entity; or (d) have in common the majority of their managers, provided that, in the case of investment funds with a common manager, only those whose decision on the exercise of votes in General Meetings, under the terms of the respective regulations, is the responsibility of the manager, on a discretionary basis, shall be considered as members of a Group of Stockholders.

**“Economic Value”** means the value of the Company and its stocks that may be determined by a first-tier financial institution with operations in Brazil, by using the discounted cash flow method.

**ARTICLE 37** - The OPA takeover bid referred to in Article 36 above may be waived by the General Meeting subject to the provisions below.

**Paragraph 1** - The General Meeting must be established on first call with the presence of shareholders representing at least two thirds (2/3) of the total outstanding shares.

**Paragraph 2** - If the quorum of Paragraph 1 is not reached, the General Meeting may be established on second call, with the presence of any number of shareholders holding outstanding shares.

**Paragraph 3** - The decision on the waiver of the public offering of shares must take place by the majority of the votes of the shareholders holding outstanding shares present at the General Meeting,

excluding the votes of the Acquiring Shareholder.

## **CHAPTER XI FINAL PROVISIONS**

**ARTICLE 38** - The Company, its shareholders, management members, and members of the Fiscal Council, both acting and deputy members, if any, hereby undertake to settle through arbitration, at the Market Arbitration Chamber ("Câmara de Arbitragem do Mercado"), according to its regulation, any dispute that may arise between them, related to or arising from their status as issuer, shareholders, managers and members of the Fiscal Council (advisory board), especially those arising from the provisions set forth in Law No. 6,385 of Dec. 7, 1976, Law No. 6,404/1976, the Company's Bylaws, the National Monetary Council, the Central Bank of Brazil and the Securities and Exchange Commission (CVM), as well as other standards applicable to the operation of the securities exchange market in general, in addition to those contained in the 'Novo Mercado' Regulation, other B3 regulations, and the Novo Mercado Listing Agreement.

**ARTICLE 39** - The Company shall indemnify and hold harmless its managers, members of statutory committees, fiscal council members and other employees who hold the position or management function in the Company, in the event of any damage or loss actually suffered by such persons by virtue of the regular exercise of their functions in the Company, even if the beneficiary no longer holds the position or function for which he was elected or exercised in the Company and/or any of its subsidiaries or affiliates ("**Beneficiaries**").

**Paragraph 1** - The indemnity shall only be due after the use and only in supplemental character to any civil liability insurance coverage granted by the Company and/or any of its controlled or affiliated companies ("**D&O Insurance**"). The payments to be made by the Company shall correspond to the excess of the amount covered by the D&O Insurance and observed the limits provided in the indemnity agreement to be entered into between the Company and the Beneficiary, as referred to in Paragraph 4 below ("**Indemnity Agreement**").

**Paragraph 2** - The Indemnity Agreement may establish exception situations in which the Company makes advances to the Beneficiaries, provided that the payment of such advances is previously approved by the Board of Directors and the D&O Insurance is activated before the payment of the advance by the Company.

**Paragraph 3** - Without prejudice to other situations provided for in the Indemnity Agreement, acts performed outside the exercise of the Beneficiaries' duties that are not in compliance with the applicable legislation, regulations, or administrative decisions, the Bylaws, and the policies and codes, performed outside the normal course of business, with bad faith, willful misconduct, gross negligence or fraud, in their own interest or in the interest of third parties or in prejudice to the corporate interest, will not be subject to indemnity. If any Beneficiary is convicted, by a final and non-appealable court decision, or a final decision of any regulatory or governmental body or agency having jurisdiction, due to an act not subject to indemnity, he/she shall reimburse the Company for all costs and expenses that have been effectively paid or, as the case may be, anticipated to the Beneficiary, as a result of the obligation

undertaken under the caption of this Article, under the provisions of the Indemnity Agreement.

**Paragraph 4** - The conditions of the indemnity under this Article shall guarantee the independence of decisions and ensure the best interest of the Company and shall be determined in the Indemnity Agreement to be approved by the Board of Directors and entered into between the Company and each of the Beneficiaries.

**ARTICLE 40** - The amounts in US dollars mentioned in these Bylaws shall be used only as a reference basis for monetary restatement and shall be converted into Brazilian Real at the closing selling exchange rate for US dollars as disclosed by the Central Bank of Brazil.

**ARTICLE 41** - Those matters not expressly covered herein shall be settled pursuant to the laws and regulations in force, including the New Market Regulation.

\*\*\*